

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CULTURA E SOCIEDADE

LUIZ ANTONIO PINHEIRO

**A MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA
NA SÃO LUÍS OITOCENTISTA, ADVINDA DAS VIAGENS DE ESTUDOS DE
JOVENS MARANHENSES PARA A EUROPA: caso da Companhia Anil**

São Luís

2017

LUIZ ANTONIO PINHEIRO

**A MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA
NA SÃO LUÍS OITOCENTISTA, ADVINDA DAS VIAGENS DE ESTUDOS DE
JOVENS MARANHENSES PARA A EUROPA: caso da Companhia Anil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa

São Luís

2017

Pinheiro, Luiz Antonio

A modernização dos serviços urbanos de abastecimento d'água na São Luís Oitocentista, advinda das viagens de estudos de jovens maranhenses para a Europa: caso da Companhia Anil./ Luiz Antonio Pinheiro . – São Luís - MA, 2017.

132 f. il.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa

Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, 2017.

1. Educação Superior. 2. Jovens maranhenses. 3. Abastecimento d'água. 4. São Luís. I. Título.

CDU 316.722 (812.1)

LUIZ ANTONIO PINHEIRO

**A MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA
NA SÃO LUÍS OITOCENTISTA, ADVINDA DAS VIAGENS DE ESTUDOS DE
JOVENS MARANHENSES PARA A EUROPA: caso da Companhia Anil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Aprovado (a) em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa (Orientador)
Departamento de Geociências - UFMA

Prof. Dra. Márcia Manir Miguel Feitosa
Departamento de Letras – UFMA

Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro
Departamento de Geografia - UEMA

AGRADECIMENTOS

Fazer o mestrado era algo tão distante, um sonho cercado por enalços e percalços que com o decorrer do tempo foram se avolumando mais e mais. As ilusões foram se arrefecendo e a busca do título escolhido quase fora arquivada, se não fossem os estímulos e desafios impostos por amigos, professores e alunos aos quais expresso minha eterna gratidão e a certeza de que jamais esquecerei tão valorosa contribuição, visto que acreditaram no êxito desta empreitada.

Primeiramente, a essa grande força cósmica que convencionamos chamar de Deus que permitiu que tudo isso acontecesse ao longo de minha vida e não somente nestes dois anos como mestrando, mas em todos os momentos de minha existência, pois Este é o maior mestre que alguém pode conhecer.

À minha família que sempre acreditou em mim e são os meus maiores admiradores. Em especial, à minha mãe Norma Pereira Pinheiro, minha fiel escudeira, com quem divido a meio século vivido momentos de tristezas, superações e alegrias.

A meu pai Luiz Pinheiro (*in memoriam*) que sempre acreditou na educação como ferramenta de libertação. Dele herdei o hábito da leitura e com certeza, hoje, estaria orgulhoso por mais esta conquista.

À minha grande amiga professora Dra. Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo pelo apoio moral e por ter-me desafiado a sentir a aspereza da realidade e a fascinação da conquista.

A meu orientador, professor Dr. Antonio Cordeiro Feitosa, pela confiança em mim depositada, pela orientação e pelos comentários, sempre pertinentes.

Os professores Dr.(s) Márcia Manir Miguel Feitosa e Cláudio Eduardo de Castro que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca examinadora desta dissertação.

A todos os professores do mestrado por me proporcionarem a ampliação do conhecimento em áreas até então desconhecidas. Independente da necessidade de nomeá-los, os meus eternos agradecimentos.

Às professoras Dra(s) Linda Maria Rodrigues, Conceição de Maria Belfort de Carvalho e Klautenys Dellene Guedes Cutrim que em momentos da minha “*via crucis*” ofereceram-me estímulos e conforto para prosseguir nesta jornada.

Às amigas professoras, Henilda Ferro Castro, Flávia Helena Cabral Silva, Maria do Socorro Correia Cruz, companheiras de trabalho e irmãs na amizade, que fizeram parte da minha jornada em busca do título de mestre e que com certeza continuarão presentes em minha vida.

À professora doutora Antônia da Silva Mota, pelos presentes bibliográficos sobre História Social do Maranhão, contribuições que aguçaram ainda mais o meu apreço pelas inúmeras histórias ocorridas no século XIX em terras maranhenses.

À professora Régia Agostinho da Silva pelas orientações bibliográficas sobre a antropologia da história, de fundamental importância para a estruturação desta dissertação.

Aos professores do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão que contribuíram na viabilização de meu afastamento laboral, permitindo-me a efetivação deste mestrado.

Aos professores Dr. José Henrique de Paula Borralho pelas conversas informais, *online*, esclarecedoras a respeito da Atenas Brasileira oitocentista e a Manoel de Jesus Barros Martins –Manoelzinho – que nos corredores do CCH (Centro de Ciências Humanas) sempre esteve disposto a orientar sobre as urdiduras e tramas do poder socioeconômico em São Luís no século XIX.

“A seca assola as fontes e chafarizes faltando até água para beber, para lavagem de roupa, é preciso ir muito longe”.

Jornal Diário do Maranhão (1874)

RESUMO

A evolução urbana da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, registrou transformações sociais e urbanas, no século XIX, operando em setores da educação, saúde, agricultura, comunicação, indústria e urbanismo em decorrência da atuação de jovens maranhenses formados em Universidades da Europa. Dentre as intervenções urbanísticas para remodelar os logradouros públicos e garantir a qualidade de vida dos cidadãos, aborda-se o sistema de abastecimento d'água em um período no qual poucos domicílios possuíam água potável própria e a grande maioria era abastecida por meio das fontes públicas e do sistema de venda d'água, de porta em porta, com a utilização de carroças com pipas de madeira. As ideias trazidas do continente europeu pelo jovem engenheiro graduado na *École des Ponts et Chaussées*, de Paris, confrontam o modelo de abastecimento utilizado, para implantar um sistema mecânico de captação, tratamento e distribuição d'água nas ruas e residências ludovicenses, o qual foi objeto de forte rejeição por parte dos proprietários das “empresas” de venda d'água que tinham como representantes Ana Jansen Pereira e Cunha Santos. No presente estudo, analisam-se os processos de transformação então registrados em São Luís, especialmente o sistema de abastecimento d'água proposto e implantado por Raimundo Teixeira Mendes, com o objetivo de trazer novas reflexões sobre as transformações ocorridas na cidade na segunda metade dos oitocentos, quando o fluxo de maranhenses para estudarem nas capitais europeias aumentou e “quebrou” a hegemonia de Coimbra como único destino dos maranhenses para obterem formação superior. O trabalho tem dois pontos cruciais de análise: a condição de São Luís por trás da Athenas Brasileira; e a Companhia Anil, empreendimento responsável pela canalização das águas do rio Anil para o abastecimento da cidade com os enalços e percalços decorrentes da forte oposição feita pelos proprietários das antigas empresas de abastecimento de água da cidade, desde o século XVIII. Como fonte de pesquisas foram utilizados primordialmente os documentos da Companhia Anil, Senado da Câmara de São Luís, além dos periódicos que circulavam naquele período, obras clássicas da historiografia maranhense, e os autores contemporâneos que estudam a história social oitocentista.

Palavras-chave: Educação Superior. Modernização. Abastecimento d'água. Companhia Anil. São Luís Oitocentista.

ABSTRACT

The urban evolution of the city of São Luís, capital of the state of Maranhão, recorded social and urban transformations in the nineteenth century, operating in sectors of education, health, agriculture, communication, industry and urbanism as a result of the performance of young maranhenses graduated in European Universities. Among the urban interventions to reshape the public addresses and ensure the quality of life of the city dwellers, the water supply system is addressed in a period in which few households had their own drinking water and the vast majority was supplied through the Public sources and the system of water sales, door to door, with the use of carts with wooden barrels. The ideas brought from the European continent by the young engineer graduated at the *École des Ponts et Chaussées*, in Paris, confronted the model of supply used, to implement a mechanical system of watering, treatment and distribution in the streets and Ludovicense residences, which was the object of strong rejection by the owners of the "companies" of water sales which used to have as representatives Ana Jansen Pereira and Cunha Santos. In this present study, the processes of transformation then recorded in São Luís are analyzed, especially the proposed water supply system and implemented by Raimundo Teixeira Mendes, aiming at bringing up new reflections on the transformations which occurred in the city in the second half of the 800's, when the flow of maranhenses went and studied in the European capitals increased and it "broke" the hegemony of Coimbra as the only destination of the maranhenses to get a higher education. This survey has two crucial points of analysis: the condition of São Luís behind the Brazilian Athenas; And the Anil Company, responsible for the canalization of the waters of the Anil River for the supply of the city with the trailing and mishaps arising from the strong opposition made by the owners of the old water supply companies of the city, since the eighteenth century. As a source of research, the documents of the Anil company, the Senate of the House of São Luís, in addition to the periodicals circulating during that period, classical works of Maranhão historiography, and the contemporary authors who study the eighteenth century social history, were primarily used.

Keywords: Higher education. Modernization. Water Supply. Anil Company. Eighteenth Century São Luís.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 – Trajetória das elites intelectuais de São Luís no oitocentos.....	40
Figura 1 – Tanque da fonte do Mamoim	48
Figura 2 – Fonte e poços do Apicum.....	49
Figura 3 – Vista da nascente do rio Anil, em 1850	61
Figura 4 – Chafariz da Companhia Anil no Largo do Carmo	63
Figura 5 – Chafariz da Companhia Anil.....	71
Figura 6 – Aguadeiros de Dona Ana Jansen	73
Figura 7 – Caixa d'água da Companhia Anil no Campo d'Ourique (atual Parque Urbano Santos)	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estudantes Maranhenses na Europa Oitocentista	37
Quadro 2 – As transformações sociais	45
Quadro 3 – Residências por tipologias em São Luís no de 1857	51
Quadro 4 – Os principais acionistas - número de ações	60
Quadro 5 – As estimativas dos lucros em dois cenários.....	64
Quadro 6 – Estatutos da Companhia Anil	68
Quadro 7 – Distribuição para as Instituições Públicas	76
Quadro 8 – Despesas da Companhia Anil	89

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA	14
3	SÃO LUÍS, A ATHENAS BRASILEIRA	16
3.1	A cidade de São Luís por trás da Athenas Brasileira	17
3.1.1	Os aspectos socioculturais.....	18
3.1.2	Os aspectos educacionais	24
4	A FORMAÇÃO DE JOVENS DAS ELITES MARANHENSES NA EUROPA DO SÉCULO XIX	32
4.1	Elites Maranhenses e suas estratégias de poder	33
4.2	A ida à Europa das elites Maranhenses para a formação superior	35
4.3	O retorno à capital da Província do Maranhão	41
4.3.1	Atuação dos egressos de Universidades Europeias na cidade de São Luís.....	44
5	O ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM SÃO LUÍS ANTERIOR À COMPANHIA ANIL	46
6	A COMPANHIA ANIL	53
6.1	A contribuição do engenheiro Raimundo Teixeira Mendes	56
6.1.1	O projeto de Raimundo Teixeira Mendes para a Companhia Anil.....	61
6.2	A Companhia Anil e o sistema de abastecimento artesanal de água	67
6.3	As crises da Companhia Anil	83
7	CONCLUSÃO	93
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICES	108
	ANEXOS	123

1 INTRODUÇÃO

A curiosidade sobre os fatos ocorridos no século XIX, na cidade de São Luís capital da Província do Maranhão, sempre nos despertou a curiosidade, desde o ensino ginasial e científico quando das inúmeras visitas à seção de jornais situada, à época, no lado esquerdo do subsolo da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), onde permanecia horas lendo, nas páginas do periódico *Semanário Maranhense*, as mais díspares matérias que nos saltassem aos olhos. E sem ter a menor noção de métodos e técnicas de pesquisa científica, fazia as anotações e cotejava informações sobre acontecimentos e datas.

Ao iniciar o processo de conclusão da graduação, em 1990, retornou-se à mesma seção de jornais para “recompor” os carnavais da São Luís oitocentista. A mesma estratégia foi utilizada no ano seguinte quando da elaboração do trabalho de conclusão da especialização realizada na Escola de Comunicação de Artes da Universidade de São Paulo. Nessa trajetória, descobrimos o Arquivo Público do Estado do Maranhão, que consolidou o desejo pela investigação do passado, mas o passado das viagens realizadas pelos maranhenses para a Europa, no livro de registro dos passaportes e focando naqueles que continham o motivo da viagem – estudar na Europa.

Com a coleta sistemática de informações nos documentos manuscritos do Arquivo Público do Maranhão (APMA) foram elaborados alguns projetos de pesquisa que nunca foram formalizados no Departamento de Turismo e Hotelaria, ficando restritos à coleta e ao arquivamento dos dados e das informações obtidas. Existe considerável hiato entre a busca da documentação e a formalização do projeto “As viagens de estudos da jovem aristocracia maranhense para a Europa no século XIX: e as transformações socioculturais implantadas em São Luís advindas das referidas viagens”, para iniciar esta pós-graduação *strictu senso* focada na análise da relação entre a formação superior europeia dos filhos da heterogênea elite maranhense e suas realizações na capital da Província.

Objetivando dotar São Luís dos padrões de modernidade das capitais europeias, nas quais haviam permanecido por quase uma década, os jovens maranhenses empreenderam ações estratégicas que, grosso modo, geraram conflitos entre os grupos antagônicos da elite decisória, sendo combatidas por uns e aceitas por outros. Isto significava que, algumas vezes, o poder político e econômico dos grupos se sobrepunha às realizações de caráter técnico e científico. As citadas intervenções, fruto do aprendizado nas mais renomadas universidades do Velho Continente, para modificar velhos hábitos e costumes, encontravam ferrenhos obstáculos e eram pressionadas por diferentes camadas.

O contexto deste estudo faz referência aos aspectos socioeconômicos e políticos da capital da Província no século XIX, quando os senhores ricos das áreas urbanas e rurais enviaram seus filhos para cursarem escolas superiores no estrangeiro ou em outras cidades do Brasil. Viveiros (1954) descreve outros hábitos dos proprietários rurais, que comandavam os negócios de suas fazendas e engenhos, em habitações¹ com o conforto das suas moradas urbanas, estando sempre à frente de seus negócios, exceto em épocas de rigorosas estações de chuvas e temporadas líricas da capital da província. Esse restrito círculo adotava “sofisticados” hábitos europeus, conforme publicavam os periódicos *A Imprensa*, *O Semanário Maranhense*; *Jornal para Todos*; *Publicador Maranhense*; *A Marmota*; *A Flecha*; *Echo do Norte*; *A Nova Época*; *A Coalizão*; *Pacotilha*, entre outros, da “Athenas Brasileira”.

Esses senhores ricos com seus negócios na capital ou no interior da Província, tinham plena certeza do quanto sua hegemonia os favorecia no controle dos mecanismos do poder local. Todavia, empenhavam-se em criar novos mecanismos de controle do poder baseados na educação superior, poderoso elemento de unificação ideológica dos grupos hegemônicos (CARVALHO, 2008). No final do século XVIII, alguns maranhenses começaram a cruzar o Atlântico e o fluxo se consolidou no século XIX. Mesmo após a criação dos cursos superiores nas províncias de Pernambuco, Bahia e São Paulo, é possível verificar nos documentos da Câmara de São Luís a matrícula dos maranhenses em universidade europeias principalmente de Portugal, França. Acrescente-se a inclusão de jovens das camadas populares, de “boa índole” e com “inteligência” acima da média de seus pares, condição estabelecida nas leis da Província, para subsidiar seus estudos no Velho Continente.

Na lista dos jovens auxiliados pelo Tesouro Provincial, é possível identificar indivíduos que não pertenciam à classe popular, como Manuel Odorico Mendes da Cunha, que figura em duas matrículas em anos díspares, conforme correspondência do seu procurador, localizada nos manuscritos da BPBL, cobrando ao governo da Província os numerários de sua “bolsa auxílio” que estava atrasada, e o velho Censor – Garcia de Abranches – sempre o acusou de fazer uso dos recursos públicos e não ter obtido o diploma.

Para Galves e Basílio (2014, p. 157), João Francisco Lisboa, em 1862, traduziu com perfeição a importância dada aos estudos superiores cursados na Universidade de Coimbra, onde muitos jovens iam buscar a sua consagração, sem cujos diplomas não era dado aspirar às honras e grandezas a que então podia chegar um natural da Província.

¹ Conforme Mota (2012), a regra era a construção de verdadeiros palácios na área urbana. A aristocracia rural e os grandes comerciantes eram vizinhos; os primeiros viviam nas partes altas, no Largo do Carmo e bairro das Mercês, e os menos prestigiados socialmente, se localizavam no bairro portuário, na Praia Grande.

O ressentimento de Lisboa e de tantos outros jovens que, ao término dos estudos no Liceu Maranhense, não tiveram oportunidade de ir à Europa para a obtenção do título superior, reflete aquilo que Gonçalves (2007) afirma ter sido o projeto do ideal civilizatório progressista e moderno fundado numa matriz erudita europeia que perdurou do Período Colonial ao Segundo Reinado.

Estabelecido esse ideal, tão propagado nos periódicos maranhenses, ele se materializa no número de alunos matriculados na Universidade de Coimbra no período de 1772 a 1872, com mais de 300 jovens, a quinta colocação em nível nacional e terceira, em nível da região Nordeste, conforme os anais da Biblioteca Nacional. Outra parcela considerável foi a outras instituições da Europa, trajetória inaugurada por José Pereira da Silva, seguido anos mais tarde por João Antônio Coqueiro, Carlos Fernando Ribeiro, (futuramente Barão de Grajaú), Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Joaquim Antônio Viana, Eduardo de Araújo Trindade, Pedro Nunes Leal, Trajano Galvão, Dias Carneiro, Jerônimo de Viveiros, Antonio Gonçalves Dias, que obteve o grau de bacharel em Direito, em 1844, Raimundo Teixeira Mendes, que cursou Engenharia na *École* de Pontes e Calçadas de Paris. Ao retornarem da Europa, esses jovens tinham por propósito demonstrar o sucesso do seu processo civilizatório - a conquista do saber. Os passos seguintes incluíam ações como ingressar nos negócios da família ou na vida pública: política, advocacia, magistratura, imprensa e serviços públicos.

Considerando o exposto, esta dissertação tem como foco apresentar um estudo sobre a Companhia de encanamento das águas do rio Anil durante a segunda metade do século XIX, como consequência das viagens de estudo referidas, revelando a contribuição de Raimundo Teixeira Mendes que, entre tantas ações empreendidas no final da primeira metade do século XIX, idealizou uma empresa para captar, canalizar e distribuir águas do rio Anil para o centro da capital, nos parâmetros de modernidade da França dos oitocentos, propugnando a redução de doenças de veiculação hídrica atribuída à água proveniente das fontes públicas e privadas que abastecia a população.

A dissertação está estruturada em três blocos e seis seções, compreendendo a introdução; uma abordagem da São Luís por trás da Athenas Brasileira com seus aspectos socioculturais e educacionais; a formação superior de jovens maranhenses na Europa do século XIX, como estratégia para a manutenção do poder ao retornar para a Província e as transformações urbanas resultantes. Na quarta seção discorreremos sobre o sistema artesanal de abastecimento d'água de São Luís; seguimos com a análise da problemática enfrentada pela Companhia Anil, seu idealizador e apoiadores, a relação com o antigo sistema de abastecimento d'água, as crises enfrentadas, e a última seção, com as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada é de caráter qualitativo que, segundo Chizzotti (2006, p. 270), pressupõe que a noção de mundo é resultado do entendimento dos indivíduos mediante os diferentes aspectos de interações humanas e sociais, para fundamentar sua análise e interpretação. O autor afirma que a pesquisa qualitativa não segue um padrão porque a realidade é fluente, pontilhada de contradições, e os processos investigativos são dependentes também do pesquisador. Portanto, a pesquisa qualitativa acolhe uma modulação semântica e atrai uma combinação de tendências que se aglutinam, genericamente, sob este termo.

Diante do exposto, consideramos esta pesquisa de base documental, cujo objetivo é compreender o desenvolvimento e as transformações socioculturais operadas por jovens pertencentes à elite maranhense, na São Luís oitocentista, decorrentes da formação superior adquirida na Europa: o caso da Companhia Anil.

Por suas características, a pesquisa documental é considerada semelhante ou mesmo confundida com a pesquisa bibliográfica. Gil (2002) estabelece a natureza das fontes de ambas como parâmetro diferencial, distanciando-se da primeira por utilizar materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Nessa perspectiva, buscamos documentos que ainda não tinham recebido nenhum tratamento analítico – os documentos da Companhia do Anil no período de 1856 a 1898 e do Senado da Câmara de São Luís, além das matérias publicadas nos periódicos que circulavam no período de atuação da citada empresa, e as matérias foram selecionadas, tratadas e interpretadas, buscando extrair delas o sentido, significados e valores.

A coleta de dados foi processada em duas etapas: a primeira materializada na busca de realização de um dos jovens egressos da Europa oitocentista, constante do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, para compor o cenário da São Luís, Athenas Brasileira. No segundo momento, a pesquisa foi realizada no acervo de periódicos e pasquins maranhenses do século XIX, constante no site da Biblioteca Nacional, hemeroteca digital, onde foi localizada a primeira referência documental no periódico *O Estandarte* de 1851 a respeito do que seria o objeto deste estudo – A Companhia Anil.

A segunda etapa concentrou-se no acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão, focada nos catálogos de leis da Província e na secção de avulsos. Foram localizadas as caixas contendo os manuscritos da Companhia Anil, objeto deste estudo, idealizada por Raimundo Teixeira Mendes, formado pela *Écoles* de Pontes e Calçadas de Paris em 1848.

Para compreender o processo de implantação da Companhia Anil se fez necessário consultar os periódicos oitocentistas maranhenses e as atas da Câmara do Senado de São Luís. No tocante à transcrição dos documentos manuscritos, buscamos conhecer as normas

disponíveis no site do Arquivo Nacional (2017), procedemos a algumas adaptações e à atualização da ortografia.

Para conhecer a historiografia da formação superior dos jovens maranhenses oitocentistas, foi necessário incursionar pelos clássicos autores maranhenses – César Marques (1870), Leal (1874), Viveiros (1954) e Mário Meireles (1994), obras de historiografia nacional e maranhense, tais como: Carvalho (2008), Mota (2012) e Borralho (2009), além de artigos, dissertações e monografias; os jornais, *Publicador Maranhense*, *A Nova Época*, *O Estandarte*, *O Observador*, *A Conciliação*, *A Coalizão*, *A Imprensa*, *Pacotilha*, *A Flecha* e *Jornal para Todos*, além dos documentos do Senado da Câmara de São Luís. As consultas à Internet foram fundamentais, pois encontramos diversos artigos de grande valor para este trabalho.

3 SÃO LUÍS, A ATHENAS BRASILEIRA

Abordamos a São Luís oitocentista “oculta” pelo título de “Athenas brasileira” e efervescendo em seus conflitos sociais, disputas políticas e sociais, questões econômicas por parte dos detentores do poder político, desigualdades e escravidão (BORRALHO, 2009), evidenciando disparidades socioculturais e educacionais.

No âmbito dos aspectos socioculturais, figuravam as questões referentes ao processo da modernidade urbanística por meio da criação dos códigos de postura, com ênfase no Código do ano de 1842, que enfoca as questões relacionadas à salubridade, aos espaços públicos, ao comportamento em espaço público, à segurança, aos escravos e à educação. Em adição, permeavam o comércio de produtos importados de outros países e de outras províncias, dentre si quais de destacavam: gêneros alimentícios, indumentária, mobiliários e livros; as reclamações da população em geral, com referência à má qualidade dos serviços de iluminação pública, limpeza urbana e transporte, e os altos preços da carne verde, praticados pelos marchantes (SELBACH, 2010).

Uma parcela dos indivíduos que compunham a sociedade oitocentista reclamava das manifestações culturais praticadas pelos negros escravizados, argumentando que tais atos colocavam em risco o processo “civilizatório”. Em oposição às expressões de caráter popular, surgia o teatro erudito, com espetáculos de ópera em que parte da refinada plateia não entendia a trama e não sabia comportar-se nesse espaço (GOUVEIA NETO, 2010).

Nesse contexto da ida ao teatro, o *Jornal Para Todos* (1878) colocava uma simples feirante na plateia que reclamava da voz dos atores, por estarem cantando ao mesmo tempo, para terminar mais rápido por ser de graça o espetáculo. Esses exemplos reforçavam a ideia da existência de duas cidades: a rica e abastada, empenhada na construção de um arquétipo europeu de sociedade, em oposição a uma grande massa de indivíduos pobres e escravizados.

Como assegura Borralho (2009), o mosaico compósito da diversidade sociocultural do Maranhão, encobria segmentos sociais que ladeavam a reza do latim ao tambor de crioula, pratos “refinados” da Europa ao lado de vendeiros, quituteiras e pregoeiros que não escondiam outro Maranhão que sempre estivera ali.

Em linhas gerais, o ambiente da cidade de São Luís, capital da província do Maranhão na qual as elites políticas e letradas refinavam seus hábitos mediante vivências musicais, replicavam o entendimento de Carvalho (2008), ao expressar que a elite imperial brasileira buscava na educação superior o seu mais sólido elemento de unificação contra o “mar” de pobres e analfabetos.

Desse modo, elaboramos uma breve historiografia da educação superior no Maranhão, desde os tempos da Colônia quando a estrutura física e política da educação estava sob o monopólio dos padres da Companhia de Jesus, que ministravam o ensino religioso aos filhos dos colonos com o objetivo de transformá-los em religiosos da Companhia. Por outro lado, ainda na primeira década do século XIX, a Coroa Portuguesa fez a primeira tentativa no sentido de sensibilizar o Senado da Câmara de São Luís para custear o envio de rapazes pobres à Universidade de Coimbra. Essa política continuou em voga por todo primeiro e segundo reinados, sendo abordada, também, a educação sob a égide dos ricos senhores de engenhos e grande comerciantes. De acordo com Viveiros (1954), as riquezas acumuladas com as matérias-primas do arroz, algodão e cana de açúcar, criaram as condições ideais que permitiram aos filhos de famílias abastadas cursarem escolas superiores no estrangeiro.

3.1 A cidade de São Luís por trás da Athenas Brasileira

Para chegar à São Luís, “Athenas brasileira”, do século XIX, importa considerar a existência de inúmeros discursos que fazem alusão à cidade idealizada: arrojados projetos arquitetônicos, comerciais, educacionais e urbanísticos, dentre tantos outros sonhados nos oitocentos. O percurso tradicional – discurso – por meio dos intelectuais que a reconstroem com trabalhos de historiografia maranhense, com balizadas críticas a respeito do próprio epíteto – Athenas.

Outro caminho valoriza os relatos dos viajantes estrangeiros que se ocuparam em registrar os aspectos socioeconômicos e os ares de sofisticação europeia da elite agroexportadora, bem como os aspectos relacionados à escravidão, à urbanização, e às estruturas de poder. Existe, ainda, o “caminho oficial”, baseado em documentos do Senado da Câmara da capital da Província, onde se planejava a cidade de São Luís e seus Códigos de Posturas de 1842, 1866 e 1893.

Outra possibilidade repousa numa incursão aos periódicos oitocentistas que circulavam em São Luís, revelando o dia a dia da cidade do século XIX com o frescor, aroma, as cores, os embates políticos, as idas ao teatro, a festa de Nossa Senhora dos Remédios e os saraus. No calor dos acontecimentos, a São Luís retratada ao longo deste estudo é fruto de uma simbiose dos caminhos encontrados e percorridos ao longo da pesquisa.

3.1.1 Os aspectos socioculturais

Dissertar sobre a cidade de São Luís oculta por trás da Athenas Brasileira, é revelar suas inúmeras contradições ao discorremos sobre o sistema educacional, os conflitos do dia a dia, as acirradas disputas políticas e de poder, os conflitos sociais, econômicos, o comércio de exportação e importação e as questões alusivas à modernização urbana. Segundo Coe (2011), na transição do século XVIII para o XIX, a sociedade brasileira procurava ingressar no mundo da modernidade civilizada² das nações europeias, em especial no modelo francês, que preconizava a intervenção urbanística e nos hábitos e costumes dos indivíduos.

E São Luís não fugia à regra, pois buscou de forma mais proeminente, uma organização do seu espaço urbano – Códigos de Postura de 1842, 1866 e 1893. Selbach (2010) observa que os Códigos de Postura foram criados com base nas premissas governamentais que supunham a cidade carente de regras mínimas de organização pública e necessitava passar por profundas transformações com o objetivo de estabelecer as chamadas “legalidades urbanas”, que procuravam imprimir uma “postura civilizatória” em nível de espaços públicos e privados.

O Código de Postura de 1842 abordava as questões industriais, comerciais e artesanais; locais designados para a venda de gêneros alimentícios, bem como a higiene dos estabelecimentos; instalações de curtumes, ferrarias, limpeza das bacias das balanças de secar ou salgar couro; lançar as cascas de arroz; matadouros públicos. Assim, no citado documento, destacam-se os principais temas, a saber:

- a) **Salubridade** dezessete artigos abordavam de maneira geral a questão, como: varrição das ruas e praias, limpeza das estradas, enterro dos mortos no interior das igrejas, conduzir carne para talho na cabeça dos escravos, [...] vacinar filhos e escravos e atuação dos médicos.
- b) **Espaço público** construções em terrenos particulares, calçadas, tipos de material, cobertura, demolição, entulhos, escadas, alpendres e arborização.
- c) **Comportamento em espaço público** soltar foguetes, palavrões obscenos, batuques, fazer espetáculos, apitar ou assoviar à noite; no caso das mulheres, vestir-se de forma indecente ou transitar nua [...]; fazer fogueiras nas ruas e praças, arrancar mudas ou cortar árvores e pedir esmolas com imagem de santo. Seis artigos procuravam evitar o impedimento da livre circulação dos transeuntes nos passeios e ruas, como colocação de vasos e floreiras, bancas de vendedores, fincar paus ou levantar colunas e estender roupas.
- d) **Segurança** fechar as portas ao anoitecer, permanecer em locais de jogatina,

² De acordo com Soihet (*apud* MILER, 2006), esse discurso mostra que, naquele momento, o intelectual da América Portuguesa que, via de regra, tinha formação no velho continente adotava, em relação às camadas populares, perspectiva idêntica à dos intelectuais dos países imperialistas europeus para com as populações colonizadas, considerando-as ignorantes e atrasadas, assumindo as teorias pretensamente científicas e legitimadoras do colonialismo, como o racismo, o evolucionismo e outras formas de etnocentrismo. A ideia de civilização era bastante comum nos periódicos oitocentistas que circulavam em São Luís, para qualificar fatos positivos e, ao mesmo tempo, para denegrir acontecimentos considerados ruins, sugerindo que a população de cor ou pobre não conseguia se identificar com os ideais de progresso, higiene e civilidade pregados no período em tela.

- registro de pessoas estrangeiras, jogos de parar o trânsito.
- e) **Escravos** era preciso separar brancos de escravos, incorrigíveis de inocentes, para demonstrar, também nesse sentido, um cuidado com o “progresso” e a “civilização” eram proibidos de portar cassetetes, permanecer em locais de jogos e danças, em tabernas ou botequins, [...] sair à noite à rua depois do toque de recolher e agrupar-se na rua.
 - f) **Educação** proibia o castigo da palmatória³ nas escolas (PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1910, grifo nosso).

O Código de Postura representava uma ruptura com o passado de tradições longínquas e supersticiosas e, ao mesmo tempo, uma ponte que viabilizaria o acesso da sociedade à modernidade, ao longo do século XIX, incorporando as modificações dos espaços públicos, com profundas ressignificações urbanísticas, hábitos e costumes da população, inserindo assim, a sociedade no comportamento dito “civilizado e racional” da modernidade.

Os legisladores da Câmara Municipal, que, em sua grande maioria, haviam estudado na Europa ou obtido sua formação intelectual nos moldes europeus – no Brasil, mas, fora da Província maranhense – estavam contagiados pelo pensamento da modernidade civilizatória das ricas nações do Velho Mundo. Modernidade esta que surgiu no século XVII e desenrolava suas implicações gerais após a Revolução Industrial do século XIX. Como afirma Habermas (2000, p. 16),

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal e, à secularização de valores e normas.

O Código de Postura de 1842 foi constituído sob à pretensão de rejeitar a tradição, a qual, segundo os legisladores, ameaçava a consolidação de novas tecnologias, a natureza dos novos hábitos da classe dominante, bem como o desenvolvimento de sua cultura científica, submetendo tudo ao exame crítico da razão e à experimentação, embora esta mesma tradição tenha persistido em muitas esferas da vida oitocentista maranhense, como informa uma carta publicada no periódico semanal – *Jornal Imparcial* de 1899, escrita por um indivíduo que se autoproclama “Um amigo da Civilização”:

Quando uma grande parte da população se empenha por fazer desaparecer os busca-pés, por serem fatais, concede-se licença para estúpido e imoral folguedo de escravos denominado bumba-meu-boi, incentivo para os busca-pés, e admira-se mais que isto aconteça, quando há anos a presidência ordenou à polícia que não consentisse esse folguedo, por ser oposto à boa ordem, à civilização e à moral. Quando por causa do bumba-meu-boi não aparecem cacetadas e mesmo facadas, é causa de uma enorme

³ Artefato, geralmente de madeira, formado por um círculo e uma haste. Foi muito utilizada no passado nas escolas, por professores, para castigar alunos que não respondiam suas perguntas ou as de outros alunos por ocasião das sabatinas.

algazarra que prejudica o silêncio perturbando o sossego que deve haver para o sono, sossego que cumpre à polícia manter. Nós esperamos que a polícia reconsidere no passo irrefletido que cometeu, para não ser ela responsável perante a opinião pública, do mal que houver por causa do bumba-meu-boi (PRADO, 2007 *apud* IPHAN, 2011, p. 155).

A análise desse contexto reflete que a construção cultural⁴ de São Luís, segundo argumentação teórica defendida por historiadores maranhenses contemporâneos dentre os quais, Borralho (2009), que destaca uma dimensão ideológica simbólica e político – institucional na tentativa de transformar a cidade em uma cidade “civilizada” – letrada, moderna, culta e sofisticada, em hábitos e costumes.

Outro elemento simbólico que permeava o discurso do cidadão letrado era o pensamento civilizatório francês. Segundo Elias (2011), o conceito de civilização abrigava uma quantidade quase ilimitada de esferas da vida em sociedade, quais sejam: níveis de tecnologia ao desenvolvimento científico, os aspectos relacionados à religião e costumes, as formas de construção e tipologias de habitações, o universo gastronômico e judiciário.

Na São Luís oitocentista, os comerciantes e grupos importantes de produtores rurais foram atraídos relativamente cedo para os gostos e costumes da vida aristocrática portuguesa, que serviam como meio de distinção entre a nobreza portuguesa e a sociedade e perderam forças deixando de ser uma barreira entre as classes. As infiltrações do rico homem da terra nos círculos aristocráticos ocorreram por tradições especificamente via enlances matrimoniais oportunos.

Conforme Mota (2012), as famílias eram as principais redes de poder no Maranhão colonial, mas já no século XVIII não havia mais grande diferença em costumes entre os principais grupos aristocráticos radicados na província do Maranhão e a aristocracia de terra. Em meados do século XIX, os dois grupos falavam a mesma língua, liam os mesmos livros e observavam, com gradações particulares, as mesmas maneiras e gostos, o que pode ser constatado pela análise das matérias publicadas nos jornais oitocentistas:

Theatro nacional – de São Luiz quinta-feira 25 de março grande galla por ser o aniversário do juramento da constituição do império (primeira festa da assinatura). A primeira representação da comédia em 2 atos: Cada qual no seu Ofício: E da opera cômica em um ato O Beijo O Sr. Lisboa cantará a Ária da Opera de VERDI –

⁴ Predominava entre os intelectuais maranhenses no século XIX a ideia do evolucionismo cultural: “Se bem possa haver uma ‘degeneração’, na qual o progresso ‘evolucionário’ sofre recuos, a tendência dos ‘organismos’ culturais ou sociais é ascendente, do ‘simples’ para o complexo ou ‘heterogêneo’” (KEESING, 1961, p. 225). E no mesmo sentido era a ideia de progresso oriunda do iluminismo francês com o qual tiveram amplo contato quando estudaram na Europa ou por via dos “Saberes em Circulação na América Portuguesa: os Estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra, 1778-1823” (GALVES; BASÍLIO, 2014). E a ideia de progresso no século XIX – amplamente divulgada pelo Iluminismo francês. Segundo (CASSIRER, 1994 *apud* OLIVEIRA 2014) “é a de uma escala de estágios linearmente e teleologicamente hierarquizados (o tê-los seria a civilização europeia: o estágio final e pleno de todo desenvolvimento possível”. O Código de Postura de 1842 foi pautado nessas concepções teóricas.

ÁTILLA. A comissão administrativa do teatro faz público que os bilhetes de plateia, torrinhos e varandas estão à venda no mesmo teatro no dia do espetáculo, das ave-marias por diante (PUBLICADOR MARANHENSE, 1852).

Não obstante as inúmeras companhias estrangeiras apresentarem-se no palco do teatro de São Luís, segundo o pensamento do evolucionismo cultural vigente no século XIX na Europa e adotado pelos intelectuais maranhenses, a população não estava de toda “civilizada” para frequentar esse ambiente que era um dos principais indicadores de “civilidade moderna” sonhada pelas elites ludovicenses. A esse respeito, o jornal *A Flecha* (apud GOUVEIA NETO, 2010, p. 55) assim se manifesta:

Tu gosas de certa famasinha de entendedora, de ilustrada, de rigorosa e de não sei que mais; e, entretanto, és a primeira em desmentir a tua famasinha. Corres ao teatro em massa, pressurosa, ávida; enches os tresentos logares litteralmente, amarras o teu batalhão de lenços com um cuidado minucioso. Bem, tudo isto prova muito em teu favor. Para que, pois, ó illustrissima platéa geral! Tu desabas n`um borbórinho de riso picado de notas de trompa desafinada nos lances mais pathéticos e justamente quando o resto dos espectadores sente desejo de chorar? Tem um pouquinho de paciência; espera pela comédia final e riras então a teu gosto. Toma sentido, illustre plateia, comporta-te, do contrário chamo-te uma coisa muito feia. Quando a geral ri, o paraíso e a quarta ordem fazem coro, conversam em alta voz e interrompem o trabalho.

Moreira (2009) afirma que a concepção moderna de serviço público se desenvolve por todo o século XIX, sob a responsabilidade das províncias que tinham o encargo de organizá-lo e proporcionar aos seus habitantes um conjunto de prestações inerentes à vida urbana. Portanto, os serviços públicos eram implantados para atribuir a São Luís um caráter de modernidade e progresso. Por conseguinte, vieram os serviços públicos de abastecimento de água, educação, iluminação a gás e transporte ferroviário urbano. Em outra perspectiva, a população pobre reclamava da precariedade dos serviços de infraestrutura – a iluminação pública a gás e o transporte público, conforme segue:

V. Exc^a. é uma das representantes das invenções do progresso moderno nesta retrograda terra, há de permitir que eu formule na presente carta uma reclamação que parece a mim e a muita gente boa – muito razoável. Cheia de bom senso e de justiça. Tranquelize-se que não venho tratar da irregularidade do seu serviço. Coitado do cidadão amante do progresso! Tanto pior para ele, se entrou no bonde. As cortinas abaixadas abafam e dos interstícios do tejadilho do carro escorrem goteiras grossas como na rua e não há meio de escapar a um molho, com todas as formalidades. Isto não é bonito e a Exm^a Ferro Carris, para provar que é um melhoramento e não um incomodo (A FLECHA, 1879).

Outro ponto de aproximação entre ambos era o fino comércio alimentício, vestuário, higiene e beleza, além de utensílios domésticos, tudo importado da Europa e da América do Norte.

Antonio Almeida – Canto do Theatro LICORES – Chartrenze, coração, L’Eremite, S. Emilson, Marrasquino, Grosel, annanaz, limão e outras qualidades, vidros com fructas

em caldas, ameixas, conservas em vidros, tâmaras secas em lata, ostras, lagosta, petipois fins, ervilhas portuguesas (fazenda especial), salmon, feijão francez e carrapato Biscoitos ingleses em latas e meia lata. [...]. Em noites de espetáculo no Theatro S. Luiz: chocolate bem preparado, café, pasteis, doces, grande variedade. Manda levar nos camarotes, bastando indicar o número. Todas as noites –Bom café e doces, cerveja sempre fria (PACOTILHA, 1881, p. 4).

O anúncio do Jornal *Pacotilha*, reforça a existência de restrito círculo de hábitos alimentares refinados a modo das cortes europeias e de serem civilizados com comportamentos e emoções em conformidade com sua posição social e no círculo de poder (ELIAS, 2011). Em paralelo aos senhores ricos, existia uma grande população pobre, que conforme as publicações veiculadas nos periódicos, necessitavam de melhores políticas econômicas e sociais. As matérias publicadas nos periódicos descreviam a capital da província do Maranhão, nos oitocentos, com uma sociedade cheia de contrastes entre ricos e pobres, letrados e analfabetos, tradicional e moderna, e de homens livres e escravizados.

O Jornal *Pacotilha* (1886 p. 4) ratifica o contraste de uma São Luís alinhada ao gosto dos alimentos e bebidas importadas da Europa e outra que se debate com os altos preços dos produtos locais, ao destacar:

Com 80 reis de camarão seco, 20 reis de azeite doce, pedindo-se ao quitandeiro um bucadinho de vinagre (eles costumam dar), 10 reis de cebola, uma pimentinha e 40 reis de farinha d'água, arranja-se um almoço ligeiro por 150 reis moeda fraca. Nada mais em conta.

Em outra vertente, o Jornal *O Censor Maranhense* (1825) noticiava os contrastes e as ideias de modernização e embelezamento que estavam à disposição das elites políticas e intelectuais:

Consta-me que há por aí caixeiros que tem bastante instrução e que até alguns sabem sofrivelmente o francês, e alguns bocado de história e geografia mesmo sem instrução em Coimbra, e que raro não escreve bem. [...]. Depois de examinar outros edifícios novos bem formados, também de puças, que aquela praça guarnece, voltei pela Praia Grande vi outras excelentes casas de dois sobrados e mirante. Aquela casa é do comendador Meireles [...] na sua residência tem uma sala ricamente guarneçada que dizem os estrangeiros não ser inferior a qualquer dos novos Duques de França.

Pela crônica de *O Censor Maranhense*, é possível compreender como as intervenções nos imóveis conferiam uma atmosfera de modernidade à cena urbana, expressando a realização dos anseios das elites em se afinarem com o gosto europeu. Isso graças às ideias dos jovens que estudaram nas universidades da Europa. Gouveia Neto (2010, p. 71) assinala que:

São Luís, capital da província do Maranhão, nos idos da segunda metade do século XIX, estava imersa nas ideias de modernidade e civilidade que atravessavam o Atlântico nas bagagens e nas mentes dos jovens que iam estudar na Europa. Envolvidos como estavam nessas ideias de inovação, os filhos das elites queriam a todo custo construir nas províncias pequenos nichos de sociabilidades à moda

européia (GOUVEIA NETO, 2010, p. 71).

De modo geral os jovens egressos da Europa ocupavam os mais altos cargos nos setores Legislativo, Judiciário, Educacional, Saúde e Eclesiástico da Província e, não muito raro, o cargo de presidente da Província. Investidos nos cargos, o foco de suas atenções estava voltado para o combate à insalubridade que punha em risco a higiene e progresso da capital.

Em outras palavras,

O foco de atenção dos poderes públicos passava a ser, ao longo do século XIX, o problema da insalubridade. As habitações dos pobres, bem como o seu modo de vida, passaram a ser vistos como ameaças às condições higiênicas da cidade como um todo, por serem considerados locais de formação dos perigosos miasmas, propagadores de doenças endêmicas e epidêmicas (COE, 2011 p. 14).

Uma das questões que comprometia a salubridade e a qualidade de vida era o sistema de água potável oriunda de fontes públicas ou privadas e comercializada pelas ruas da cidade, sem observar os preceitos básicos de higiene. Para Gouveia Neto (2010, p. 54), durante o século XIX, evidenciava-se:

A falta de saneamento básico, ruas sem calçamento, água sem tratamento, dejetos jogados nos rios, enfim, a cidade apresentava todas as condições para que ela mesma se destruísse. [...] Outra preocupação das autoridades municipais era a questão da qualidade da água ofertada à população da cidade. Os fiscais responsáveis pelas fontes públicas tinham muitas dificuldades para impedir que os pobres e os escravos não tomassem banho nelas. E sobre a água vendida na capital da província do Maranhão, diz o *Jornal para Todos* que era “péssima principalmente a que vem do sitio do Sr. Comendador Vasconcellos, que é bastante salobra”.

Corroborando tal situação, a *Pacotilha* (1881) afirma que a Rampa de Campos Melo estava sendo obstruída por grande porção de lixo, latas e arcos de ferro ali depositados todos os dias; as canoas de maior calado, já a muito custo, podiam encostar só nas grandes marés, porque a Câmara não obrigava a deposição de todo o lixo no Cais da Sagração.

O sistema de abastecimento de água será abordado em seção específica e as pesquisas revelam que a população de São Luís, no decorrer de sua história, se utilizou de ribeiras, igarapés e poços para abastecimento deste recurso; muitas casas tinham poços particulares que serviam a dois ou mais vizinhos. A venda, por aguadeiros, era um negócio lucrativo administrado por Dona Ana Jansen e José da Cunha Santos, que seriam ameaçados pela empresa moderna a ser implantada por Raimundo Teixeira Mendes, graduado em Engenharia na França.

3.1.2 Os aspectos educacionais

Observamos que, ao longo do período compreendido entre 1808, ano de chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, e conseqüentemente da elevação do Brasil ao *status* de Reino Unido a Portugal e Algarves, e 1889 início da República, os paradigmas que orientaram a formação educacional dos brasileiros tinham conotação híbrida; de um lado, o pragmatismo português, representado pela Universidade de Coimbra, e, do outro o modelo francês, que estabelecia a dissociação entre ensino e pesquisa. O modelo português almejava, sobretudo, estabelecer um corpo de recursos humanos para atuar na gestão, nos negócios do Estado e também para a descoberta de novas formas de riquezas. Entretanto, essa realidade não se propagava em todas as províncias. Meireles (1994, p. 52) relata a seguir o caso específico da província do Maranhão onde a educação era deixada a cargo das ordens religiosas de franciscanos, jesuítas, carmelitas e mercedários:

E no campo do ensino superior só duas delas podem ser invocadas – a Sociedade de Jesus e a Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo. Os jesuítas [...] davam começo, em São Luís, à construção do Colégio e Igreja de Nossa Senhora da Luz e, um século depois, em 1731, ao Colégio e Residência da Madre de Deus, destinado principalmente a abrigar o curso de Teologia, Filosofia, Retórica, Gramática e Primeiras Letras que haviam fundado e que viria a ser autorizado a conferir o grau de doutor, *ex jure pontifício*. O Padre João Felipe Bettendorff, que viveu no Maranhão de 1661 a 1698 e que, por três vezes reitor do Colégio, diz-nos em sua Crônica que “os ensinamentos nele ministrados não cediam em nada aos de Coimbra e Évora”.

Ainda conforme Meireles (1994), nesse contexto, estruturado na centralização do poder político do regime colonial e estendido a todo o Período Imperial, discutia-se a criação do Ensino Superior na América Portuguesa, sem haver um consenso, devido à existência de três blocos antagônicos: no primeiro, sustentava-se que os cursos especializados, como Engenharia, Minas e Agronomia, por terem caráter mais pragmático, seriam mais apropriados à ex-colônia, na qual, segundo este tipo de argumento, faltavam as bases para os cursos mais amplos, conforme convém a uma universidade.

No segundo bloco, encontravam-se aqueles que tomavam os cursos de caráter mais humanístico como fúteis e ultrapassados, uma vez que apareciam associados ao modelo escolástico da decadente Universidade de Coimbra antes de sua reforma. Os mais extremistas, no terceiro bloco, viam nos estudos universitários o meio para nutrir o orgulho e destruir os laços de subordinação civil que politicamente deveriam ligar os habitantes à Coroa Portuguesa. Na contramão desses três blocos, o governo, ainda à época da Colônia, ordenou à Câmara de São Luís que mandasse jovens de famílias pobres estudarem em Portugal:

Pelos Avisos de 21 de outubro de 1779, ordenou-se a Câmara de São Luís que enviasse ao Reino pessoas hábeis para, depois de aprenderem, voltarem para esta Capitania a fim de exercerem os empregos de topógrafos, hidráulicos, médicos, contadores e cirurgiões, aos quais a Câmara devia estabelecer pensões alimentares enquanto elas estudassem na Universidade de Coimbra e na Academia de Marinha de Lisboa, ao que no entanto se oporia o governador local, D. Fernando Antonio de Noronha [...], a recomendação seria reiterada pela Carta Régia de 1º/5/1800 e na gestão de seu sucessor, D. Diogo Martim Afonso de Sousa Teles de Menezes, depois Conde de Rio Pardo, seriam enviados ao Reino os primeiros bolsistas do Senado da Câmara de São Luís para que estudassem matemática, medicina e cirurgia (MEIRELES, 1994, p. 55).

Na época do Maranhão imperial, continuou a intervenção do Estado para oferecer uma educação europeia a rapazes de família pobre, buscando o progresso social e cultural e a participação política dos cidadãos, tendo como objetivo dar sustentação ao Estado que, por sua vez, devia responsabilizar-se pelo desenvolvimento da Província, o que implicava a educação da população. Conforme o Decreto Lei nº 810, de 1835, da Província do Maranhão:

Art 1º O governo da Província fica autorizado a escolher três moços nascido nela, de famílias pobres, estudiosos, de talento e bons costumes, para estudarem onde mais conveniente for os ramos de ciências naturais estabelecido nas divisões seguintes: física, química, Mineralogia, Metalurgia, Botânica e Agricultura.

At. 2º Cada um dos pensionários será obrigado a estudar os ramos declarados nas três divisões do artigo antecedente, porém mais profissional e particular um deles.

Art. 3º Nenhum candidato, à exceção dos dez primeiros depois da execução desta lei, será admitido a pensionário sem ter os preparatórios de gramática latina, filosofia racional e moral, geometria, francês e inglês. A respeito, porém dos três primeiros deverá preferir-se os que tiverem os preparatórios acima exigidos.

Art. 4º O governo estabelecerá a mesada dos pensionários regulando-se pelo país para onde forem estudar, com tanto, porém que não exceda a quantia de quatro centos mil réis anuais (PORTO, 1910, p. 30).

Para Meireles (1994), no primeiro ano de funcionamento da Lei nº 810, de 05/05/1835, a Presidência da Província, autorizada pela Assembleia Provincial, mandou três jovens maranhenses, todos pertencentes às famílias pobres, estudiosos, de bons costumes e talentosos, para estudarem Ciências Naturais – Física, Química, Metalurgia e Botânica. E todos recebiam uma bolsa auxílio individual no valor de Rs. 400\$000. Foram enviados: Isidoro Francisco Meireles, para a Escola Central de Artes e Manufaturas, de Paris; Ricardo José Jauffret, Ciências Físicas, em Montpellier, e João Nunes de Campos, Medicina, em Paris. Para esses jovens elementos das futuras classes dirigentes, ou dos quadros administrativos do Estado, a viagem era uma etapa na sua formação que os dotava de amadurecimento intelectual e moral, necessário às suas futuras atividades profissionais e políticas.

Os maranhenses oitocentistas dirigiam-se à Europa com o intuito de adquirir novos hábitos e ampliar o consumo de bens europeus, ou seja, as viagens seriam um elemento a mais na formação cultural desses jovens de origem humilde, custeados pelo Estado. No entanto, fica claro que a educação superior foi o ponto de partida para a trajetória das elites, seguindo por

um caminho de treinamento profissional nos quadros da burocracia estatal ou da imprensa, evoluindo até a ocupação da deputação geral⁵, e concluindo seu roteiro nos espaços mais próximos ao poder, quer na presidência de uma Província, na pasta de algum Ministério, quer no Conselho de Estado. Soares (*apud* MOTA, 2012, p. 45) afirma que:

No Maranhão do século XIX o poder esteve intrinsecamente relacionado com o domínio velho de linhagens de famílias poderosas, as quais, semelhantes a autênticas dinastias, controlam governo, judiciário, negócios, imprensa, educação, instituições culturais, municípios, polícia e tudo mais, incluindo o registro e a memória do passado. E a perpetuação de poder sempre nas mãos das referidas famílias estava condicionado a inúmeras variáveis com destaque para educação de matriz europeia cursada no Brasil, ou em alguma capital europeia.

Para as elites oitocentistas, os estudos superiores, entre outros fatores, as diferenciavam da grande massa de analfabetos. A formação jurídica era preponderante e nela destacavam-se os “coimbrões”, maranhenses formados na Universidade de Coimbra. Segundo Lacroix (2002, p. 81),

Alguns meninos mais afortunados iam estudar na Europa, o secundário e os cursos superiores de Filosofia, Matemática, Direito ou Medicina [...] João Franco de Sá, José Alves Nogueira de Sousa, José da Silva Maia, José Maria Barreto Júnior, Raimundo Rodrigues Bayma. A partir de 1832, rapazes menos endinheirados foram estudar na faculdade de direito em Olinda.

Nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume LXII, de 1940, o total de 1.242 estudantes brasileiros frequentou a Universidade de Coimbra, entre 1772 e 1872, dentre os quais 160 maranhenses (Apêndice A). No referido documento, existe uma nota explicativa sobre a compilação da lista na qual consta:

A presente relação dos estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil, abarcando o século que vai da reforma do Marquês de Pombal, em 1772, até o ano de 1872. Constitui ela utilíssimo repertório nominal dos brasileiros que passaram pelo célebre instituto de instrução superior de Portugal, com a filiação, naturalidade, dia, mês e ano da primeira matrícula e indicação da Faculdade ou Faculdades frequentadas. Figuram neste rol os vultos mais representativos do Brasil por fim do século XVIII e por quase todo o subsequente, na política, na administração, na igreja, nas ciências e nas letras; aqueles que por suas luzes e por seus esforços fizeram a nacionalidade livre e gloriosa (GARCIA, 1942, p. 135).

Lacroix (2002) subentende que, depois de concluírem o primário, alguns meninos mais afortunados foram geralmente estudar, na Europa o secundário e os cursos superiores de Filosofia, Matemática, Direito ou Medicina, trajetória compatível com a realizada por grande parte dos filhos das elites brasileiras, unindo formação, poder, dominação e famílias.

Nas fichas (Apêndice B) registro dos alunos, na Universidade de Coimbra

⁵ Assembleia Geral Legislativa onde se reuniam os deputados provinciais.

encontram-se algumas peculiaridades: a primeira diz respeito à naturalidade; uma boa parcela simplesmente escrevia Maranhão, enquanto outra escrevia o nome de sua cidade de origem e entre parênteses o nome da Província. Desta maneira, identificou-se um considerável percentual dos filhos da aristocracia rural alcantarense com destaque para a família Franco de Sá.

Outro aspecto importante consta na coluna da observação, a notificação do desligamento dos estudantes maranhenses da Universidade de Coimbra por integrarem o batalhão acadêmico, e, dentre estes, uns foram banidos para nunca mais retornarem a Coimbra. Importa ressaltar que, segundo Fonseca (2007, p. 28), a educação superior realizada no Velho Mundo ou nas recém-criadas faculdades no Império Brasileiro era a força motriz do pensamento hegemônico que consistia na unidade das elites imperiais do Brasil.

Ou seja,

A formação na Europa constituiu-se uma tradição na história da educação das elites brasileiras. Mais que isso, ela fundamentou laços de unidade entre seus elementos, contribuindo para a formação de uma coesão que superou os conflitos intra-elites e possibilitou a construção de um modelo de dominação. A experiência da vivência no exterior tornou-se um elemento de identidade para esses brasileiros, uma vez que mesmo existindo com Portugal laços histórico-culturais, como a própria língua, tratava-se acima de tudo de um país estrangeiro, no qual os brasileiros poderiam vivenciar novos encontros culturais (FONSECA, 2007, p. 28).

De acordo com Mota (2012, p. 145), as famílias ricas da Província vislumbravam duas formas de ascenderem ao poder político: o casamento dos filhos (das filhas) com funcionários do alto escalão régio na Província, e ainda, dentro dessa mesma conjuntura, eles sentiam a necessidade legítima de educar a sua prole na Europa para ocuparem os mais altos cargos políticos da Capitania:

Vale salientar que:

Um ramo familiar empenhado na educação de seus filhos foi [...] José Félix Pereira de Burgos e Ana Tereza de Jesus, [...]. Este ramo da família deu origem a uma prole numerosa, dez filhos, seis deles homens; dos quais três foram mandados a Portugal para estudar: Peregrino, Honório e José Félix, os dois primeiros formados em letras no Colégio dos Nobres e o mais velho, José Félix, formado em matemática e filosofia em Coimbra (MOTA, 2012, p. 145).

O fascínio pela civilização europeia não foi tão sentido nas gerações românticas, como o seria nas gerações subsequentes. O nacionalismo fez com que muitos jovens brasileiros ficassem divididos, no Velho Mundo, entre a cultura de seu país e as conquistas da moderna tecnologia. A maioria deixou falar o amor pela pátria e retornava às suas províncias. Conforme registra Leal (1874, p. 327-328),

Patrício José d'Almeida e Silva, Comendador da Ordem de Cristo, e senador eleito da Assembleia Legislativa do Império Brasileiro. Atesto, que tenho conhecimento de que

o sr. Antonio Pedro da Costa Ferreira, meu contemporâneo na universidade de Coimbra, aonde adquiriu o grão de Bacharel formado, e em todo o tempo se distinguia pelos seus talentos e virtudes, restituindo-se à vila d'Alcântara d'esta província, minha e sua pátria, ali e no seu distrito, formou o seu luzido estabelecimento em prédios urbanos e rústicos, tem sido infatigável em fazer conhecer aos pães de família os grandes resultados da sociedade, quando em seu seio encerra a educação ilustrada, estimulando-os por este princípio para mandarem seus filhos recebê-la nos países dos povos cultos (LEAL, 1874, p. 327-328).

Para Fonseca (2007), as implicações de viajar para a Europa, na segunda metade do século XIX, era uma grande aventura para todos os brasileiros, mesmo com os grandes avanços da navegação a vapor, criação que ainda não possuía os avanços técnicos que garantiriam mais segurança e maior velocidade. Mas, as viagens transatlânticas tornavam-se cada vez mais presentes na sociedade oitocentista maranhense, fenômeno de fácil comprovação no livro de registro da polícia civil para passageiros e passaportes do Arquivo Público do Maranhão.

Na segunda metade do século XIX, as companhias marítimas que atendiam os viajantes brasileiros prometiam uma viagem transoceânica de 10 a 25 dias, dependendo da qualidade da embarcação, das condições climáticas, das paradas em cidades costeiras e da duração da quarentena – prática obrigatória a todos os navios que provinham do Brasil, a “terra da febre amarela”. Nos vários dias de viagem, alternavam-se momentos de sofrimento e tédio, o que é corroborado no texto a seguir:

Destinado aos estudos da Medicina, no dia 1º de maio de 1844, a bordo do brigue-escuna Leoa, seguiu para Lisboa, onde, depois de penosa viagem, chegou no dia 20 jun., indo residir na Rua da Prata, [...]. No dia 19, num pequeno barco, subia o rio Mondego, em direção à cidade de Coimbra, e no seguinte, pelas 4 e meia horas da tarde desembarcou no Cais do Porto, e foi residir numa casa junto à Universidade (MARQUES, 1870, p. 748).

Toda a ansiedade começava ainda em terras maranhenses, no processo de preparação para a viagem, tendo como primeiro desafio a escolha da companhia marítima e do pacote a embarcar, da companhia de seguros e da retirada do passaporte. Então, foi no século XIX que a viagem ao exterior, principalmente à Europa, transformou-se em uma importante conquista para a elite maranhense.

Segundo Mota (2012), o autóctone maranhense, embora enriquecido, era visto pelos portugueses aqui estabelecidos como “homens de grosso trato”, que, de certa forma, reconheciam a supremacia da cultura europeia. E sua redenção estava relacionada a duas estratégias: a primeira eram as alianças matrimoniais com as famílias senhoriais; a segunda consistia em dirigir-se ao Velho Mundo para realizar uma viagem de formação que representava aquisição de conhecimentos eruditos formais e morais, além de hábitos e costumes ligados ao refinamento social e cultural. Esta última estratégia iria possibilitar-lhes a ocupação de cargos

na administração local, pois a maioria dos cargos era destinada aos reinóis, a exemplo:

Joaquim Vieira da Silva e Sousa, destinaram-no desde menino a carreira científica de sua eleição, e logo que chegou aos dezesseis anos o mandaram para Portugal. D'ahi passou-se o jovem estudante maranhense para Coimbra. Em 21 de junho de 1822 terminou seus estudos universitários com o grau de bacharel formado direito. Preenchida, pois, sua missão distante da pátria cujas saudades e amor podiam mais com ele que a estima dos conimbricenses. E a 7 de agosto se partia da metrópole, que bem cedo seria para ele terra estrangeira (LEAL, 1874, p. 68).

Conforme Mota (2012), a parentela Belfort-Gomes de Sousa-Vieira⁶ da Silva que tinha bacharelado em Direito, pela Universidade de Coimbra, tomaram parte na Guerra da Independência. O jovem bacharel Joaquim Vieira da Silva e Sousa chegou ao Maranhão a 5 de outubro de 1822, encontrando parentes e amigos a serviço da Corte, e na direção dos negócios da Província. Entretanto, tal contexto não tolheu seu desejo de promover a independência da sua Província, que, após a adesão à independência, integrou a junta governativa.

Para além dos estudos historiográficos, percorremos as páginas dos jornais oitocentistas e os relatórios do Senado da Câmara de São Luís para analisarmos o pensamento da imprensa e dos legisladores a respeito da educação em São Luís. Vejamos a imprensa. No Brasil, a implantação da imprensa ocorreu ainda no século XVIII e foi consolidada apenas no período oitocentista com a chegada da família real ao País, 1808, por ato do próprio Dom João VI, por conta de necessidades oficiais, culturais e, ainda, de sinalização de modernidade.

Na província Maranhense, a imprensa foi implantada em 1821. Consoante Serra (1883), ainda na primeira metade do século XIX, começou a circular em São Luís a folha manuscrita, “O Conciliador do Maranhão”. O citado autor destaca que a imprensa no Maranhão evidenciou a preponderância que certas individualidades políticas e literárias exerceram no jornalismo da Província. O raciocínio de Castro e Velásquez (2011, p. 59) corrobora o de Serra (1883), o qual assinala: “todavia, é preciso considerar que a imprensa periódica como veículo de comunicação não é destituída de ideologias (políticas, sociais, culturais, religiosas e outras) dos seus redatores e colaboradores”. No periódico *Investigador Maranhense* (1836) encontramos em suas páginas anúncios de serviço de educação particular para moças, qual seja:

Dona Angélica Faustina de Siqueira ultimamente chegada da Inglaterra há onde se conservou alguns anos em colégio ensinando a língua francesa, pretende por aqui, uma casa de educação para meninas, há onde ensinará as primeiras letras, escrever, bordar, marcar & C. ensina também a língua francesa as meninas que a quiserem aprender. Todos os senhores e senhoras, que quiserem aproveitar do seu pequeno

⁶ José Joaquim Vieira Belfort – Direito (1787) e Matemática (1788); Lourenço Belfort – Medicina (1795); Joaquim Antonio Belfort – Direito (1794); Joaquim Gomes da Silva Belfort – Direito (1794); Antonio Gomes da Silva Belfort – Direito (1796); Sebastião Gomes da Silva Belfort – Direito (1798); Carlos Peregrine Belfort Pereira de Burgos – Matemática; Joaquim Vieira da Silva – Direito (1817); Antonio Belfort Pereira de Burgos – Filosofia (1818).

préstimo, podem dirigir-se ao Recolhimento desta cidade, há onde a anunciante está morando: para tratarem do preço que será módico (INVESTIGADOR MARANHENSE, 1836).

Vasconcelos (2005) destaca que o século XIX, no Brasil, foi marcado também pela modalidade de educação doméstica ou educação na casa, tornando-se largamente praticada pelas elites, particularmente a educação feminina. A casa era o espaço privilegiado em que as elites educavam os seus herdeiros, por meio de preceptores e professores particulares. A educação doméstica refletia não só o temor que os pais tinham de colocar seus filhos nas escolas existentes, por preconceitos de todos os tipos, inclusive por questões relacionadas com a saúde ou disciplina. Sobretudo a educação na casa, demarcava a diferenciação social como podemos observar neste texto:

Domingos Feliciano Marques Perdigão sempre dedicado em propagar entre seus concidadãos uma instrução sólida baseada em uma educação verdadeiramente religiosa civil, e patriótica, anuncia, que continua com o mesmo cuidado a encarregar-se de dirigir a educação, e instrução de meninos, que ainda estejam em estado de as receber. Exorta, que é desacertado mandar os meninos mendigá-la longe, e em países estrangeiros. Maranhão no Colégio de Nossa Senhora dos Remédios (PUBLICADOR MARANHENSE, 1849, p. 3).

O bacharel Augusto Cesar da Silva Rosa, diretor do Colégio São Caetano, anunciava aos pais de família que o quisessem encarregar da instrução primária e secundária de seus filhos, que no dia 2 de janeiro, começariam a funcionar as aulas do mesmo Colégio. Outro anúncio indicava a educação na própria residência: “Na rua do sol, nº 77, há uma senhora que mediante a módica mensalidade de 2\$000 ensina as primeiras letras, às meninas e aos meninos de tenra idade” (PACOTILHA, 1881, p. 4).

São Luís, por trás da Athenas Brasileira, foi detentora de complexas hierarquias simbólicas, que blindavam as estruturas de dominação social na proporção que impõem entraves que restringem a mobilidade social dos indivíduos nos mais altos escalões da administração pública provincial. Bourdieu (1989) salienta que, como regra geral, não bastaria a um indivíduo um conhecimento técnico específico para ter acesso às posições sociais dominantes. Da mesma forma, a posse do capital econômico não seria suficiente para ter acesso e se manter nas posições mais elevadas da sociedade.

Os jornais expunham as contradições das elites em detrimento das classes populares. As elites dominantes vivem num universo de abundância e facilidades, como atestam as notícias publicadas nos classificados de o *Publicador Maranhense* (1869, p. 3) a saber:

Rua Formosa ao Canto da Grande. O Barciela acaba de preparar com toda a decência e comodidade, um grande salão para seus bons fregueses divertirem-se nas horas enfadonhas, ao jogo do bilhar, tão útil, quanto recomendado à saúde. Para aqueles que

não quiserem jogar bilhar [...] Queijos londrinos novos, frutas cristalizadas, em bocetas de papelão. Tâmaras do Egito, em caixas de 2 libras, champagne, queijos flamengos. Vendem Castro Sousa & C. Rua de Nazaré nº 21 (PUBLICADOR MARANHENSE, 1869, p. 3).

As elites dominantes da Ilha valorizavam os bens supérfluos e tudo o que pudesse atestar o seu distanciamento em relação ao universo das classes populares, cujos poucos bens equilibravam seu dia a dia na busca pela sobrevivência.

Na rua da Estrela nº 27 fazem-se flores artificiais, aceita-se encomenda e prontificam-se com brevidade, vende-se doce em calda e de goiaba em caixas.

Bois de Carro, na rua da Madre Deus, casa térrea, passeio de tijolo tem a venda uma excelente junta de bois de carro muito próprio para carro de água, que se vende em conta, ou por troca de algum burro (PUBLICADOR MARANHENSE, 1868, p. 4).

Com 80 reis de camarão seco, 20 reis de azeite doce, pedindo-se ao quitandeiro um bucadinho de vinagre (eles costumam dar), 10 reis de cebola, uma pimentinha e 40 reis de farinha d'água, arranja-se um almoço ligeiro por 150 reis moeda fraca. Nada mais em conta (PACOTILHA, 1880, p. 2).

Os trechos escolhidos revelam as características das classes populares que não participaram da construção do epíteto da Athenas Brasileira (BORRALHO, 2009), ou seja, os excluídos do padrão civilizatório em construção e que na maioria das vezes não frequentaram as escolas locais e nem cruzaram o Atlântico em busca da formação superior.

4 A FORMAÇÃO DE JOVENS DAS ELITES MARANHENSES NA EUROPA DO SÉCULO XIX

Nesta seção analisamos as estratégias de formação superior europeia dos jovens oitocentistas maranhenses buscando compreender as estratégias educacionais traçadas por essa elite e o acesso ao poder e prestígio no Maranhão. Esta elite social e econômica, com atuação urbana e rural voltada para o mercado externo, era responsável pelas atividades agroexportadoras e seus reflexos na vida da Província.

Segundo Viveiros (1954), a fortuna dos senhores de engenho permitiu-lhes mandar seus filhos cursarem o Ensino Superior – em alguns casos, desde o Ensino Médio - na Europa. E quando retornavam, se inseriam nos engenhos, procurando ajustá-los aos moldes da moderna indústria europeia – inglesa. Os pertencentes à elite urbana buscavam os altos cargos públicos na magistratura, na política, religião e em outras áreas.

Para a realização do estudo foram utilizados os registros existentes nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – “Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra no período de 1772-1872”, documentação existente no Arquivo Público do Estado do Maranhão, publicações dos Jornais maranhenses oitocentistas, os relatórios do Senado da Câmara de São Luís, além de livros e artigos que abordam o objeto de estudo listando os maranhenses que não integravam as elites e foram estudar na Europa, graças ao auxílio financeiro do Estado (Apêndice C).

A província do Maranhão figurava em nível nacional na quinta colocação em envio de estudantes para a Universidade de Coimbra. Mas, assinalando apenas a região Nordeste, o Maranhão ficava na terceira posição. Esse *ranking* revelava que as riquezas advindas dos ciclos econômicos do cacau e da cana-de-açúcar eram maiores do que tudo que se produzia no Maranhão, e grande parcela dos jovens que estudaram com auxílio financeiro do governo não foram a Coimbra, cursar Direito, mas à França, Inglaterra, Bélgica, Suécia, Alemanha e aos Estados Unidos da América do Norte, onde cursaram Medicina; Engenharias; Metalurgia; Química e Ciências Agrárias, formação escolhida pelo próprio Estado, que buscava suprir as necessidades da ausência de mão de obra especializada nos seus quadros.

A utilização desse acervo permitiu-nos entender as relações existentes entre a fortuna e a educação superior internacional, sua dinâmica e assim o desenvolvimento e o processo de construção e consolidação do poder. Como destaca Carvalho (2008, p. 65):

O estudo superior foi um forte elemento na unificação da elite política do Brasil. Quase todos os membros da elite tinham formação superior. Os conselheiros mais do

que os ministros, e estes mais do que os senadores, que se equiparavam aos deputados. A grande maioria tinha formação jurídica, obtida primeiro em Coimbra (antes da Independência) [...]. Vemos, portanto, que a geração de Coimbra teve importante papel na fase de consolidação do Império (CARVALHO, 2008, p. 65).

Na Província do Maranhão, ao longo dos anos finais do século XVIII e primeira metade da centúria seguinte, os filhos das elites iniciaram o processo de escolarização superior internacional para o Velho Continente, ainda que nesse período em São Luís a educação estivesse sob o controle das ordens religiosas. Os senhores da terra, que buscavam o poder na esfera pública, trataram de enviar seus filhos à Europa, formaram novo quadro no Maranhão colonial e imperial – uma ilha de letrados num mar de analfabetos.

No Maranhão do século XIX o poder esteve intrinsecamente relacionado com o domínio velho de linhagens de famílias poderosas, as quais, semelhantes a autênticas dinastias, controlam governo, judiciário, negócios, imprensa, educação, instituições culturais, municípios, polícia e tudo mais, incluindo o registro e a memória do passado. E a perpetuação de poder sempre nas mãos das referidas famílias estava condicionado a inúmeras variáveis com destaque para educação de matriz europeia cursada no Brasil, ou em alguma capital europeia (MOTA, 2012, p. 45).

4.1 Elites Maranhenses e suas estratégias de poder

A riqueza do Estado Colonial e da Província Imperial do Maranhão foram tecidas pelos braços dos africanos escravizados, pois na primeira metade do século XIX, os africanos e seus descendentes chegavam a 84.534 (55,3%) cativos e 68.359 (44,7%) livres (MOTA, 2012). O expressivo número da população negra motivou os estudiosos a usarem a clássica expressão: “as elites brancas não passavam de uma pequenina ilhota perdida em meio a um mar de negros e mulatos”.

A diversidade da riqueza maranhense pode ser observada pelos processos de exportação de gêneros nacionais para países estrangeiros; para outras províncias do Império; exportação de mercadorias estrangeiras para outras províncias; reexportação de mercadorias estrangeiras para fora e dentro do Império.

A força motriz da economia maranhense é importada do continente africano e com incentivos fiscais e creditícios do governo colonial. Nas palavras de Alencastro (*apud* MOTA, 2012, p. 28):

Entre 1757 a 1777, foram importados 25.365 negros para o Pará e Maranhão, provenientes dos portos da África Ocidental, principalmente de Cacheu e Bissau, na Guiné portuguesa, locais até então com importância relativamente pequena no comércio escravista transatlântico. Para ajudar os colonos a comprar escravos negros a crédito de longo prazo, a taxa de juros original foi diminuída de 5% para 3%, e por fim abolida de vez, os escravos eram vendidos então pelo preço de custo cobrado na África Ocidental, acrescido de pequena taxa referente ao transporte.

Conforme Mota (2012, p. 30), a independência das treze Colônias Inglesas foi fator preponderante para a internacionalização da agricultura algodoeira e também promoveu o sucesso do arroz branco da Carolina, recém-introduzido nas terras maranhenses.

Este produto de alta qualidade, era exportado quase sem nenhuma taxa alfandegária e ainda sem concorrência no mercado europeu. Logo esta Capitania estava produzindo arroz suficiente para satisfazer toda a procura da metrópole, e um excedente substancial era reexportado de Lisboa para Londres, Roterdã, Gênova, Marselha e outros lugares.

De acordo com Mota (2012), na capital da Província concentravam-se os grandes negociantes, que eram os próprios proprietários rurais, os quais na maioria das vezes, faziam a diversificação dos negócios atuando na agiotagem, abastecimento, comércio, arrendamento de impostos, alfândega e fábricas. Além de presentes no comércio informal via negros e negras de ganho, esse monopólio proporcionava amplos poderes para interferirem diretamente na política, nas questões militares, na magistratura, no governo, nas ordens religiosas, desde a esfera local até a mais alta corte.

A ascensão dos ricos senhores das áreas rurais e urbanas aqui resultou de inúmeras estratégias, que envolveram desde os matrimônios entre consanguíneos até a constituição de alianças estratégicas fora da parentela e a ocupação de altos cargos na administração pública, religiosa e política. Ainda segundo Mota (2012, p. 59), a fortuna individual dos membros das elites era composta da seguinte estrutura:

Bens de raiz: engloba às propriedades e direitos dominiais urbanos e rurais; Escravos: em que totalizamos os valores dados a todos os escravos – domésticos, artífices, “eito” – que trabalhavam na lavoura; Recheio da casa: mobiliário, roupa pessoal e de casa, louça, objetos de metal, relógios, imagens etc. Ouro e prata[...]; Animais [...]; Mercadorias e gêneros: produtos das próprias propriedades (plantações, colheitas) e mercadorias; Utensílios, ferramentas e máquinas: instrumentos de trabalho, fornos, engenhos; dívidas ativas; dívidas passivas; dinheiro em caixa: valores em espécie; Fortuna líquida: quantia obtida após a subtração das dívidas passivas do somatório final.

Mota (2012) ainda ressalta que a maior proporção dos membros da elite era de fazendeiros e proprietários de terra na ribeira do Itapecuru, cujos filhos posteriormente tornar-se-iam advogados. As posições conquistadas tinham sucessão hereditária. Podemos ressaltar, também, que aproximadamente um terço de todo o grupo tinha algum tipo de comércio com o exterior. “Pois, assim como os artefatos e gêneros alimentícios estranhos não podiam ser importados pelo Brasil sem ser por via de Portugal, também as ciências eram cultivadas pelos brasileiros na universidade de Coimbra” (LEAL, 1874, p. 104).

4.2 A ida à Europa das elites Maranhenses para a formação superior

A elite do Maranhão oitocentista era “liberal” e influenciada pelas ideias europeias. Para Galves e Basílio (2014, p. 162), “depois dos longos anos de estudos na metrópole, o retorno desses estudantes, além de representar o incremento dos corpos burocráticos do Reino, sinalizava a chegada de suas bibliotecas, palavras e ideias, ‘ilustradas’ ou ‘tradicionalistas’”. Não obstante adepta do escravismo, no transcurso do século não houve mudança significativa.

Segundo Bortalho (2009), a educação superior europeia era “um banquete para poucos” filhos das elites e jovens menos afortunados, com a assistência do governo provincial, mesmo com a intervenção do governo provincial e da metrópole. Numa análise do conjunto das ações do governo da Província sob a perspectiva de Bourdier (1989), é fácil perceber que a citada política era concebida para reproduzir e legitimar a dominação exercida pelas elites. Na ótica de Bourdier, o sistema educacional reconhecido como legítimo, ou seja, portador de discurso “universal e socialmente neutro”, oferecia oportunidades iguais a todos sem haver preocupações com as origens sociais e familiares dos educandos ficava livre de qualquer suspeita, quando operava as suas funções de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Castro (2008, p. 5) corrobora essa perspectiva quando estuda a educação de crianças pobres e desvalidas, afirmando:

Aprofundam-se as diferenças na educação maranhense do século XIX, trazendo consigo uma bifurcação do ensino: o manual direcionando às massas populares para uma educação elementar que sustentasse o futuro emprego, assim como o intelectual objetivando formar a elite cuja representatividade centrava-se no Liceu, criado em 1838.

As elites maranhenses oitocentistas, distantes do universo das massas populares, ao concluírem o ciclo médio no Liceu Maranhense partiam em busca das melhores universidades europeias e retornavam anos mais tarde portando os títulos de doutores e bacharéis, fato que ratifica e acentua as diferenças existentes entre a classe social dominante e a dominada. Desse modo, percebemos que esse quadro era o reflexo da política educacional do governo colonial português que proibia o Ensino Superior nas colônias, pois,

Quando em 1768, a capitania de Minas Gerais pediu permissão para criar por conta própria uma escola de medicina, o Conselho Ultramarino respondeu que a questão era política, que a decisão favorável poderia enfraquecer a dependência da colônia e que “um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal. Aberto o precedente, continuou o Conselho, criar-se-ia uma aula de jurisprudência até o corte do vínculo de dependência. O governo deveria antes fornecer bolsas de estudos para que os alunos pobres pudessem fazer a viagem a Portugal (CARVALHO, 2008, p. 69).

Seguindo essa política, 1.242 estudantes brasileiros matricularam-se na

Universidade de Coimbra, no período de 1772 a 1872, transformando esta instituição no centro de formação dos altos funcionários públicos e políticos do Brasil e, conseqüentemente, do Maranhão. No período referido, podemos observar que a Província maranhense passou por profundas transformações culturais e sociais, em meio às quais observamos grupos de homens abastados, uma elite intelectual influente e que usufruía de privilégios (CARVALHO, 2008).

Conforme Galves e Basílio (2014), os estudantes maranhenses integrantes da geração de Coimbra foram responsáveis, dentre outras, pela concepção de um “jornalismo político”, “formato público de nação”. Segundo este autor, havia distinção entre os formados na Europa e os que obtiveram formação na América Portuguesa. Lisboa (GALVES; BASÍLIO, 2014, p. 1) sintetiza esse pensamento e declara ser a Universidade de Coimbra, na qual todos os talentos iam buscar a sua consagração, e sem cujos pergaminhos a nenhum era dado aspirar às honras e grandezas, a que então podia chegar um natural do Brasil”.

De acordo com Carvalho (2008), é possível afirmar que o “poder” das elites imporia-se por si próprio. Eram indivíduos que dispunham de influência, privilégios e ocupavam posições importantes dentro da sociedade, de modo geral inacessíveis ao conjunto dos seus membros. O citado autor elabora um texto intitulado “uma ilha de letrados⁷ a caminho do clube⁸”, que descreve a diversidade de relações sociais, econômicas e os destinos desses jovens.

⁷É a explicação de Carvalho (2008) a respeito da formação superior no século XIX da classe dominante brasileira em oposição à grande massa dos indivíduos analfabetos. Conforme o recenseamento brasileiro realizado em 1872, a província do Maranhão tinha 284.101 almas das quais 167.072 eram analfabetos e 82.155 sabiam ler e escrever. No caso da Ilha do Maranhão, esse sentimento de isolamento projetado pelas elites era extremamente perigoso nocivo. Implicava em uma atitude de orgulho superior em relação a todos que estavam para além da “ilha letrada”. Pior: implicava em ódio ao “estrangeiro”, pavor pelo que lhes era diferente. Isto é, negros escravizados ou libertos; índios e brancos pobres.

⁸ A caminho do clube foi a expressão utilizada por Carvalho (2008) para apresentar os caminhos percorridos pelos jovens da elite brasileira do século XIX graduados em Direito por Coimbra, no primeiro momento e posteriormente nas faculdades de Olinda e São Paulo. O autor esclarece que o Império brasileiro pôs em marcha a velha prática portuguesa de fazer circular seus administradores. Porém enquanto Portugal usava essa prática para evitar que os funcionários se identificassem demasiadamente com os interesses das colônias e desenvolvessem ideias subversivas. No Brasil a circulação era geográfica e por cargos. Os jovens da elite circulavam pelo país e por cargos no judiciário; legislativo e executivo. A circulação geográfica era essencial da carreira de magistrados e militares. Como a magistratura ligava-se estreitamente à elite, o fato tinha conotação política. A circulação geográfica com conotação política era mais nítida em relação aos presidentes de províncias com objetivo explícito de lhes permitir ganhar experiências.

Quadro 1 – Estudantes Maranhenses na Europa Oitocentista

CURSO	ESTUDANTES		PAÍS
	NÚMEROS	PERCENTUAIS	
Direito	49	46,7	Portugal
Medicina	9	8,6	
Matemática, Filosofia e Teologia	12	11,4	
Engenharias	2	1,9	Inglaterra
	5	4,8	França
	3	2,8	Suíça
	1	0,95	Bélgica
	1	0,95	E.U.A
Medicina	7	6,7	França
	1	0,95	Inglaterra
Agricultura	4	3,8	França
Ciências Naturais	4	3,8	
Método Lancaster	1	0,95	
Botânica e Mineralogia	1	0,95	
Artes e Ofício	1	0,95	
Desenho e Pintura	2	1,9	
Escritura e Desenho	1	0,95	Outra cidade europeia
Metais	1	0,95	
TOTAL	105	100	-

Fonte: Adaptado de Castro e Velázquez (2011).

É notória a preferência dos jovens pelo Curso de Direito em relação aos cursos de formação técnica (Quadro 1), o que evidencia o objetivo de ingressar nas estruturas do poder da Província maranhense e em outras regiões do Império brasileiro.

Segundo Nogueira e Nogueira (2016), os jovens que tiveram estudos custeados pelo governo provincial, não dispunham de capital econômico, mas eram detentores de capital social – amizades, laços de parentesco, contatos profissionais – que os favoreceram com conquistas materiais, como bolsas de estudos e indicação para cargos públicos. Outro aspecto relevante é que o governo nunca os enviou para cursarem Direito. Certamente, o objetivo do Estado provincial centrava-se numa formação técnica que possibilitasse a transformação do bem-estar da população por meio de intervenções urbanística, educacional e em saúde.

As famílias que tinham como principal riqueza o capital econômico, adotaram estratégias educacionais orientadas para a reprodução do próprio capital atrelado ao poder. Para tanto, seus filhos ingressavam no Curso de Direito. Para Carvalho (2008, p. 99), este curso apresentava todos os requisitos necessários para o acesso a esta condição, o que é corroborado no texto a seguir:

Partimos da suposição de que o emprego público era a ocupação que mais favorecia uma orientação estatista e que melhor treinava para as tarefas de construção do Estado na fase inicial de acumulação de poder. A suposição era particularmente válida em se tratando dos magistrados que apresentavam a mais perfeita combinação de elementos intelectuais, ideológicos e prático favoráveis ao estatismo. Na verdade, formam os mais completos construtores de Estado no Império, especialmente os da geração

coimbrã. Eles tinham a experiência da aplicação cotidiana da lei e sua carreira lhes fornecia elementos adicionais de treinamento para o exercício do poder político. Além dos magistrados, havia outros empregados públicos como militares, os diplomatas e, em certa medida, os próprios padres, também ligados pela ideologia e pelos salários aos interesses do Estado (CARVALHO, 2008, p. 99).

No entendimento de Carvalho (2008), a composição do poder era formada por uma rígida estrutura hierárquica composta por magistrados, políticos⁹, militares, diplomatas e padres, cujo requisito para acesso era o diploma adquirido nas universidades europeias. Nessa estrutura seguiam-se os advogados, médicos, engenheiros, jornalistas e professores do ensino superior.

Conforme Borralho (2009), no Maranhão oitocentista sempre existiram inúmeras imbricações entre formação educacional superior, política e poder. Tais imbricações podiam variar de grau e intensidade, ora sob a forma estética e a efervescência política, ora ditando o tom dos debates acerca do futuro da província. Ou seja, a complexidade de relações entre educação superior e poder entre os grupos da elite maranhenses nem sempre foi uniforme, pois se sobrepunham e cambiavam de direção conforme os interesses dos grupos mais fortes. Outra variável preponderante na ascensão e manutenção do poder das elites foi o enlace matrimonial entre as famílias ricas, e algumas vezes os casamentos ocorriam entre parentes. Mota (2012, p. 145) ressalta que as famílias, após consolidarem seu poder econômico, logo buscavam para seus membros ocupações nos espaços da alta administração pública da capitania e na política. A estratégia era casar as filhas com os funcionários régios e educar os filhos na Europa, pois tais mecanismos iriam garantir a hegemonia dos grupos e sua perpetuação no poder. Um ramo da família Belfort investiu pequena fortuna para educar seus filhos na Europa a ponto de levar à falência a abastada família.

José Félix Pereira de Burgos [...] deu origem a uma prole numerosa, dez filhos, seis deles homens; dos quais três foram mandados a Portugal para estudar: “Peregrino, Honório e José Félix, os dois primeiros formados em letras no Colégio dos Nobres e o mais velho, José Félix, formado em matemática e filosofia em Coimbra”. Segundo o historiador Milson Coutinho, este teria sido o motivo da ruína das finanças da família, pois o testamento da viúva do tenente-coronel acusava dívidas com a Fazenda Real, resultado do contrato de arrematação dos dízimos das freguesias do Itapecuru e Mearim. Vários dos filhos e netos do ramo Burgos-Belfort seguiram a carreira militar (MOTA, 2012, p. 145).

A disputa pela manutenção do poder cristaliza o hábito das famílias opulentas de enviarem seus filhos para estudarem na Europa. No primeiro momento, tudo indica ser uma necessidade, considerando-se que na América Portuguesa não existia curso superior, mas após

⁹ Na categoria políticos, o autor estabelece duas tipologias. A primeira diz respeito aos ricos proprietários rurais sem formação superior, mas envolvidos na política de maneira permanente. O segundo tipo diz respeito aos indivíduos com formação superior e uma longa vivência política.

a criação de cursos desse nível no Brasil, a prática continua, como forma de diferenciação de *status*. É fato que a formação europeia atribuía novas habilidades aos indivíduos, o que lhes conferia maior prestígio e poder, em geral, ou no campo de sua atuação, fato comprovado em inúmeros litígios entre os ilustres maranhenses com formação europeia e os formados em outras cidades do Império ou sem formação superior, estampados nos periódicos da capital da Província, como podemos observar no texto abaixo:

Bacharel em ciências matemáticas pela Faculdade de Ciências da Universidade de Genebra, engenheiro civil pela Escola Politécnica de Troy (E. U. A), membro do Rennsler Society of Engineers e do Club de engenharia. A atitude tomada pelo Sr. Francisco José Gomes Calaça, chefe da Comissão Hidráulica do Maranhão, em relação a mim e aos negócios da comissão de que é chefe, obriga-me a recorrer ao único meio de que posso lançar mão com eficácia – a imprensa – para restabelecer a verdade dos fatos que deve muito provavelmente ter sido alterada em todas as ocasiões possíveis (PACOTILHA, 1885, p. 1).

O enunciado referido ressaltava, de forma taxativa, o gigantesco gargalo que o separava dos “homens que não possuem dotes científicos de espécie alguma” e acentuava a importância da educação formal superior obtida na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, para evidenciar a separação das classes sociais. Com isso, o indivíduo se posicionava no privilegiado e homogêneo núcleo dos detentores de conhecimentos e habilidades inacessíveis às camadas populares e humildes da sociedade.

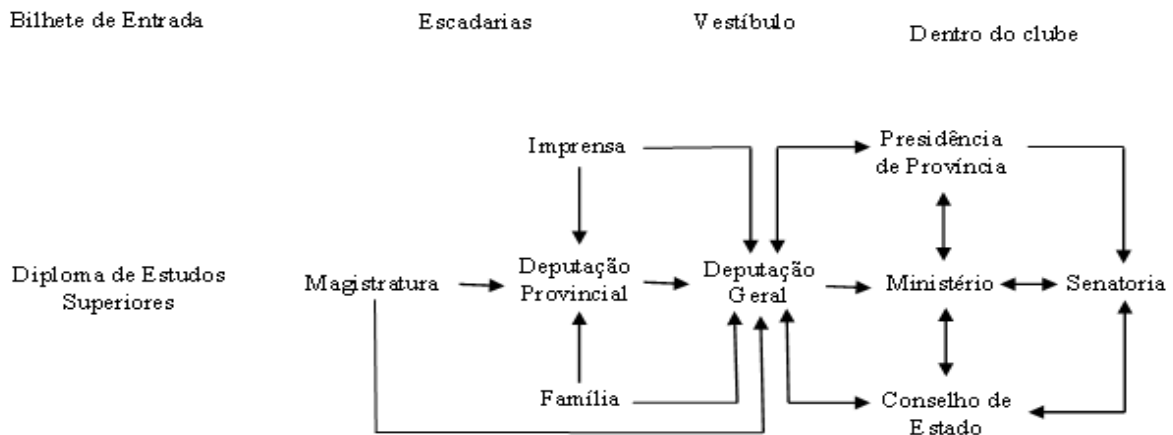
Dentro desse mesmo cenário de disputa para legitimar quem detinha o conhecimento científico chancelado por sua passagem na Universidade de Coimbra, situa-se o seguinte confronto entre Odorico Mendes e Abranches:

Nesse cenário, a condição de letrado era quase sempre chancelada pela passagem por Coimbra (ou por outra universidade europeia). Assim, não eram de menor importância as longas refregas envolvendo redatores que trocavam acusações sobre a falta de domínio da língua portuguesa ou a de conhecimento geral sobre temas candentes, ambas resultantes de uma formação distante dos cânones do saber científico e de seu lugar-tenência: a Universidade. [...]. Além da questão da legitimidade intelectual, as palavras de Abranches atingiam Odorico por outro viés: este recebera auxílio financeiro da câmara de São Luís para subsidiar seus estudos, o que deu ensejo para que Abranches lhe sugerisse, antes de alçar qualquer voo político, a devolução dos recursos recebidos, já que não os aproveitara a contento (GALVES; BASÍLIO, 2014, p. 157).

A “Ilha de letrados” encontrava-se povoada de “bacharéis” em Direito, Matemática, Letras ou Filosofia. Os jovens graduados em Coimbra podiam conseguir rapidamente um cargo de promotor ou de juiz municipal ou juiz de órfãos. Fato ocorrido com o jovem bacharel em Direito, João Inácio da Cunha – futuro visconde de Alcântara – que, no mesmo ano de sua formatura, foi nomeado juiz de órfãos de Lisboa. “Entretanto, no futuro essa situação se tornaria cada vez mais difícil”, (CARVALHO, 2008, p. 106), pois os jovens bacharéis sem emprego

público passaram a substituir seus pais que eram deputados sem educação superior na política (Fluxograma 1). Essa estratégia solidificou o predomínio de “comuns” na composição do poder e reduziu o conflito inraelite, dando coesão aos senhores ricos do Maranhão que se perpetuariam no poder por todo o oitocentos.

Fluxograma 1 – Trajetória das elites intelectuais e econômicas para acessarem o poder político



Fonte: Carvalho (2008).

O fluxograma elaborado por Carvalho (2008) que traça o itinerário das elites econômicas e intelectuais que sonhavam com a conquista do poder político, foi reproduzido em todas as províncias do Brasil, inclusive no Maranhão. A educação superior dos jovens nas universidades europeias possibilitou a homogeneidade no nível educacional e gerou o paradigma de “educação refinada”, obtendo destaque pelo fato de quase todos terem estudado na mesma instituição – Universidade de Coimbra.

A centralização dos estudos em Coimbra foi de fundamental importância também para a unificação das elites, pois favoreceu o contato e o desenvolvimento de laços de amizade entre os brasileiros – caso específico das relações entre o maranhense João Inácio da Cunha, futuro Visconde de Alcântara e senador do Império, e José Bonifácio de Andrada e Silva, futuro patriarca da independência, amizade que se prolongou por toda a vida.

O efeito homogeneizador da educação foi ainda reforçado pela predominância da formação jurídica. Entretanto, também foi possível a um significativo número de jovens formados em ciências exatas e naturais, incluindo-se os que estudaram no Colégio dos Nobres cuja formação militar dava ênfase às ciências exatas e naturais.

A formação científica destinava-se, também, a qualificar funcionários públicos¹⁰ especializados. A exemplo, o jovem José Martins Ferreira Correa seria enviado para qualquer dos Estados da Europa que entendesse mais conveniente, a fim de estudar Escritura e Desenho aplicado as Artes e Ofícios, e, ao regressar à Província, deveria lecionar gratuitamente por três anos no estabelecimento dos Educandos Artífices (CASTRO, 2008).

O ponto crucial de toda a análise é que a educação superior em Coimbra dera às elites maranhenses da primeira metade do século XIX a homogeneidade ideológica e o treinamento necessário para as tarefas de construção do poder nas circunstâncias históricas em que o Maranhão se encontrava. A viagem de estudo foi desejada por todos os jovens maranhenses oitocentistas que queriam ir ao encontro daquilo que já sabiam existir: “o civilizado” mundo europeu, projeto que poucos conseguiram realizar apreendendo as inovações reinantes na industrialização, literatura, arte e cultura. Eles ansiavam por experimentar uma nova vida nas grandes capitais ou em cidades europeias da segunda metade do século XIX. Concluídos os estudos, voltavam ao Maranhão e aplicavam os conhecimentos adquiridos nas universidades e os novos hábitos adquiridos no convívio com a sociedade europeia.

4.3 O retorno à capital da Província do Maranhão

Após quase uma década na Europa, era necessário retornar à Província maranhense, embora alguns jovens optassem por fixar residência em Portugal, uma vez que o retorno ao seio da família e de seus negócios exigiria o desenvolvimento de uma habilidade: adaptação. O compromisso e a adaptação eram características básicas diante da condição de suas famílias, cujo poder era fruto de um sistema político oligárquico e do trabalho escravo. Esse retorno é apresentado por Azevedo (1996, p. 28) no romance “O Mulato” quando relata:

[...], tomamos logo a resolução de remetê-lo para Coimbra com o fim de formar-se ele em Teologia, o que igualmente não se realizou, porque, feito o curso preparatório, escolheu o nosso recomendado a carreira de Direito, na qual se acha formado com distinções e bonitas notas. Dr. Raimundo foi sempre apreciado pelos seus lentes e discípulos e que tem feito boa figura, tanto em Portugal, como depois na Alemanha e na Suíça, e como ultimamente nesta Corte, onde, segundo diz ele, tencionava fundar uma empresa muito importante. Mas, antes de estabelecer-se aqui, deseja o Dr. Raimundo efetuar nessa província a venda de terras e outras propriedades de que aí dispõe, e com esse fim segue.

¹⁰ O governo, desde a época da colônia, enviava ao Reino pessoas para a formação superior. Conforme Avisos de 21 de outubro de 1790 para a formação em topógrafos, hidráulico, médicos, contadores e cirurgiões (MEIREILES, 1994, p. 55). Política que foi executada também por quase todo o século XIX.

O itinerário percorrido pelo personagem de Azevedo certamente foi inspirado nos indivíduos reais que povoavam o cotidiano do romancista. Caso específico do engenheiro João Antonio Coqueiro que viajou para a Europa e se matriculou na Universidade de Bruxelas, na qual obteve o título de doutor em Ciências Físicas e Matemática. Em seguida fixou residência em Paris onde obteve o título de Bacharel em Ciências pela Faculdade de Ciências de Paris. E José da Silva Maia, tendo 10 anos de idade, foi mandado à França fazer seus estudos de primeiras letras, língua francesa, tendo cursado o estudo secundário no Colégio Real de Caen. Por motivo de força maior, foi forçado a regressar ao Maranhão. Porém, em 1829 retornou à França e adquiriu o grau de bacharel em Letras e Ciências Naturais, como condição para ingressar na Escola de Medicina onde recebeu o título de doutor em Medicina, em 1838, e no mesmo ano regressou ao Maranhão (MARQUES, 1874).

Ao desembarcarem, oriundos de universidades diversas, tais com: Coimbra, Genebra, Bruxelas, Zurich, Rostok, da Faculdade de Ciências de Paris, Escola Central de Paris, Escola Politécnica de Paris, Escola de Pontes e Calçadas de Paris e do *Ramsler Polytechnic Institute de Troy*, traziam na bagagem um mundo de novidades, sonhos e ideais e, sobretudo, acreditavam que pautariam suas práticas profissionais via exclusivamente pelos conhecimentos científicos. Assim, poderiam e deveriam contribuir para o aprimoramento da vida em sociedade. Portanto, pautariam suas trajetórias profissionais realizando modificações na realidade da Província maranhense, mediante a “racionalidade” conferida pelo saber científico adquirido nas universidades do Velho Mundo. Essa intervenção, baseada no pensamento racional, diferente dos velhos hábitos que permeavam a vida em São Luís, conferia legitimidade às suas práticas. Mas essa certeza ia encontrar uma complexa e sólida resistência que se desdobrava em gigantescos embates nas mais diversas áreas de atuação.

Toda via, logo os recém-chegados, bacharéis e doutores, iriam descobrir que apenas seus diplomas não eram suficientes para efetivar as ações intervencionistas transformadoras. Isto porque, embora integrasse a restrita “ilha dos letrados superiores”, existiam conflitos intralite. Na ótica de Carvalho (2008), a influência familiar e de amigos, o patronato dos líderes já estabelecidos era suficientemente forte para levar o jovem diretamente aos postos mais altos da administração e da política provincial. À vista disso Nogueira e Nogueira (2016, p. 27), analisando a obra de Bourdieu, corroboram com Carvalho (2008), que explicita: “[...] os indivíduos ocupariam posições diferenciadas e mais ou menos privilegiadas na estrutura social em função do volume e natureza dos seus recursos – econômico e cultural – e das influências do capital social”.

Com o diploma da formação superior e o respaldo do *habitus*, descortinava-se um

horizonte amplo e aparentemente ilimitado. Contudo, Carvalho (2008) apresenta a rígida hierarquia percorrida por esses jovens recém-formados na ocupação dos cargos. Sendo a magistratura, numa visão do poder simbólico, o mais importante e seguro, seguida da imprensa, advocacia, medicina e do sacerdócio. Analisando o segundo lugar ocupado pela imprensa no “caminho seguro” a ser trilhado pelos bacharéis, Carvalho (2008, p. 54) afirma:

[...] O Império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. Mas ela não constituía poder independente do governo e da organização partidária. Havia folhas independentes, [...] e os jornais radicais. Mas eram poucos e com raras exceções não duravam muito. A grande maioria era vinculada a partidos políticos. O governo tinha sempre seus jornais, o mesmo acontecia com a oposição. Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. Muitos políticos, por seu lado, escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado.

O importante papel da imprensa oitocentista citada por José Murilo Carvalho é estudado por Galves (2015, p. 125) na obra *Ao Público Sincero e Imparcial*, segundo a qual os “jornalistas” vindos de Coimbra ingressam no corpo burocrático da Província.

Antonio Marques Costa Soares e Manuel Odorico Mendes. Costa Soares, durante a administração de Pinto da Fonseca, ocupou os cargos de oficial–maior da secretaria do governo, secretário de governo e depois secretário e diretor da Tipografia Nacional do Maranhão. No último cargo, acumulou a função, que já exercia, de redator do jornal Conciliador. Já Odorico Mendes, chegado havia poucos dias de Coimbra, assumiu a redação do jornal Argos da Lei. [...] Nos dois casos, as atividades de “funcionário público” e de “jornalistas” se confundiam.

No entanto, fica claro que, no primeiro momento do final do primeiro quartel do século XIX. Os “doutores” com formação europeia integraram o amplo domínio da elite burocrática. Este fato colaborou para amenizar os conflitos intraelite possibilitando coesão entre grupos governantes e catapultando aos altos cargos públicos indivíduos comprometidos com os objetivos e visão do governo provincial na formação política, social, econômica, religiosa, moral e cultural do Maranhão. De modo geral, acreditamos ter ficado explícito que, paralelo à educação, a ocupação segmentada a partir do arrolamento de distintas categorias profissionais que facilitaria a transmissão e reprodução das ideologias do poder constituído foi a peça fundamental. Ou melhor, a pedra angular da unificação das elites e sua perpetuação em todas as esferas do poder, isto porque a seleção e o treinamento eram realizados no pequeno círculo fechado de poucas ocupações – advogados, médicos, engenheiros e outros bacharéis em Teologia, Matemática, Filosofia e Letras.

4.3.1 Atuação dos egressos de Universidades Europeias na cidade de São Luís

Nesta subseção constam mudanças sociais como produto final da formação superior nas universidades europeias, realizada por jovens maranhenses na Europa. A situação que colocamos como análise inicial diz respeito ao tratamento daquilo que se define como mudança social: a quem interessava. Os indivíduos contemplados e o jogo político inerente a esses processos. Em termos gerais, a própria definição do vocábulo “mudança” é impregnada de variedade e sentido: “Ato ou efeito de transformar (-se). *f*ís qualquer alteração no estado do sistema. Transformação é a ação e o efeito de transformar (fazer algo ou alguém mudar de forma, transmutar algo noutra coisa). O termo deriva do vocábulo latim *transformatio*” (FERREIRA, 2017).

Muitos jovens regressaram à Província e provocaram mudanças no âmbito do convívio familiar, processando significativas transformações nos hábitos e costumes, posteriormente transferidos à coletividade. Teixeira Mendes foi um dos jovens que se ocupou com a mudança social que afetou vários grupos e pessoas. A principal mudança por ele implantada destinou-se à coletividade, muito embora não tenha contemplado os negros escravizados e a população pobre em geral.

Sabe-se que,

[...] as gerações de 1820 em diante receberam uma formação europeia, coimbrã, britânica ou francesa, prevalecendo, contudo, os hábitos parisienses. Uma nova mentalidade daqueles jovens em retorno ao Maranhão permitiu a implantação de certos comportamentos europeus, tornando as famílias menos retraídas, mais acessíveis ao trato e mais exigentes quanto às diversões. [...]. Os costumes patriarcais da Província foram se modificando: as boas maneiras cuidadosamente praticadas, e certos usos anteriores foram abolidos (LACROIX, 2002, p. 49).

As transformações nos hábitos e costumes das famílias citadas por Lacroix (2002) são explicadas por Weber (1985), apresentando como ponto central de análise a passagem das sociedades tradicionais para a sociedade moderna, cujos sujeitos adotam comportamentos cada vez mais pautados na racionalidade e que se revelam na medida do seu agir cotidiano. Para além dessas modificações, entram em cena as transformações públicas envolvendo a vida da coletividade e a própria estrutura do poder provincial, (quadro 2) vista como instrumento de manifestação das decisões do bem comum e de garantia da liberdade de todos.

Quadro 2 – As transformações sociais

ÁREAS	ESPECIFICAÇÕES	ANO
Educação	Liceu Maranhense	1838
	Biblioteca Pública	1831
	Colégio 11 de Agosto	1870
Saúde	Junta de Higiene Pública	1851
Urbanismo	Companhia Anil	1856
	Remodelação da cenografia urbana dos logradouros e espaços públicos de convivência social	1870
Transporte	Companhia Ferro Carril	1872
	Companhia de Navegação a Vapor	1855
Indústria	Mecanização da Lavoura	1881
	Parque Têxtil	1880

Fonte: Adaptado de Leal (1874), Marques (1874), Viveiros (1954) e Castro (2008).

Em geral, as modificações ocorreram na capital da Província, São Luís, onde a ruptura com o passado significaria o deslocamento do poder de dominação dos grupos antigos para os novos que tinham entre seus integrantes elementos detentores de diplomas superiores que imprimiam novo discurso na abordagem dos problemas da Província.

5 O ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM SÃO LUÍS ANTERIOR À COMPANHIA ANIL

O bordão “água é vida” carrega a sonoridade do senso comum, desprovido de conotação científica no sentido clássico e não há provocação que suporte sua contestação. Tão corriqueiro quanto seria teorizar que as cidades para existir precisam, antes de quaisquer infraestruturas, de água, pois os mais longínquos processos de urbanização dos aglomerados urbanos foram baseados no domínio e na engenharia para controle das águas.

O controle da água sempre se constituiu o requisito necessário para a fixação, o crescimento e a expansão dos aglomerados humanos que passariam por vários estágios de evolução e desenvolvimento até atingirem o *status* de cidade. No processo de conquista e povoamento de São Luís não ocorreu diferente. Como relata d'Abbeville (*apud* MARQUES, 1874, p. 265),

Na Ilha do Maranhão, embora totalmente cercada por mar, achareis boas fontes, de nascente. Naturais e sem canais, de excelente agua boa. [...]. As aguas da fonte não são cruas e tão fria como as nossas e como são mais temperadas não fazem mal, e nem causam paralisia ou outras moléstias, embora bebidas em jejum, e com o corpo quente. Em segundo lugar, além de ser muito puro o ar neste país, é também muito moderado, já pela frescura do mar, que o cerca, reforçada por boas fontes, regato e rio, tão grandes, que chegam a ter 500, 800 e mil léguas de curso, e 6, 10, 20, 30, 10, 60 e 80 léguas de largura em muito, lugares, regando a terra de um e outro lado, refrescando os animais.

Não obstante a importância da água para o desenvolvimento da população, bem como para atendimento de suas necessidades e atividades laborais e de entretenimento, a água ganhou um altíssimo grau de invisibilidade nos estudos históricos da cidade. Na historiografia maranhense poucos estudiosos detiveram-se a refletir sobre o sistema de abastecimento d'água da São Luís oitocentista.

Conforme Marques (1870), na primeira metade do século XIX São Luís contava com um sistema de abastecimento de água sustentado por fontes públicas (Apêndice D), tais como: Gavião, Salina, Telha, Açogue, Apicum, do Bispo, Marajá, Mamoim, Pedras e Ribeirão. É inquestionável o quantitativo das fontes, mas não é possível afirmar o teor da qualidade de suas águas, sendo as fontes das Pedras, Ribeirão e Mamoim destinadas para suprirem a cidade de água para consumo e os demais afazeres domésticos dos seus habitantes. Mas o uso indevido de sua estrutura física por alguns indivíduos motivou a Junta Provisória e Administrativa do Maranhão, em 1822, a expedir a Portaria nº 361 ao Comandante da polícia para coibir práticas “nocivas” à salubridade e à moral pública, pois se costumava lavar roupas e “servirem-se delas para uso de banhos a toda hora do dia, em menos cabo da modéstia, e decência pública”, e em detrimento do asseio (O CONCILIADOR, 1822, p. 1).

Considerando que a maioria das habitações, mesmo as ricas dos Largos do Carmo, Mercês e do bairro da Praia Grande, dependiam da água das fontes, uma das cenas mais comuns do espaço urbano ludovicense passou a ser a de escravos indo buscar água ou carregando barris na cabeça.

Se, por um lado, a aglomeração diária dos cativos ao redor das fontes significava um momento de reunião, isto é, a sociabilização com outros africanos longe da presença restritiva dos seus donos, conforme *O Conciliador* (1822, p. 4), um morador das proximidades da fonte do Apicum reclamava da reunião dos negros naquele local e dizia: “Ali fazem certa brincadeira ao costume de suas nações, concorrendo igualmente para semelhante fim todas as pretas, que podem escapar ao serviço de seus senhores, de maneira tal que com este entretenimento faltam ao seu dever”. Analisado por outro ângulo, esse contato na maioria das vezes resultava em disputa pela água, ocasionando brigas e tumultos nas proximidades das fontes.

Conforme Vieira Filho (1971, p. 35), uma prática muito comum no entorno da fonte era:

Ir a fonte, em busca de mulher para aplacar a sede de sexo, que grassava violentamente a colônia, onde imperou luxúria mais desgarradas, a envolver até frades de aspectos beatífico, era uma constante nesse tempo, apesar das multas e outras penalidades impostas aos transgressores. A câmara de São Paulo, por exemplo, comunicava a pena de multa de 50 réis a todo mancebo assim solteiro como casado que se achar pegando em alguma negra que vá a fonte ou ao rio.

Em São Luís, ainda no ano de 1822, a Junta Provisória e Administrativa do Maranhão não consentia que indivíduos escravizados ou livres lavassem roupa nas ditas fontes, e os que fossem pegos em transgressão, se fossem libertos, seriam logo presos por ordem da Junta; e se escravos, castigados com dúzias de bolo com palmatória de ferro, igual castigo sofreriam os que fossem pegos na prática de nudez e do banho.

A esse respeito, assim se refere *O Conciliador* (1822, p. 7):

Todos os indivíduos escravos, que durante a claridade do dia forem encontrados banhando-se não só nas três mencionadas fontes, mas também em quaisquer outras, ou poços, que hajam no circuito desta cidade, onde possam ser vistos por pessoas, que estejam nas casas próximas ou que transitem pelas ruas, e caminhos, e quando tais indivíduos forem livres, os prenderá igualmente a ordem deste governo, para que sobre estes e outros transgressores determine o castigo correccional, que for conveniente.

Em relação à fonte do Mamoim (Figura 1), era permitido a qualquer indivíduo receber em vasilhas a água de que necessitasse e lavar suas roupas fora das obras da fonte em qualquer paragem do terreno guardando o indispensável recato.

A Portaria nº 484, da Junta Provisória e Administrativa do Governo, reconhecia que o primeiro e maior dever da Câmara de São Luís era o reparo das fontes, e particularmente das obras da fonte do Mamoim que necessitava de reparos urgentes, pois o último reparo fora realizado em 1809, e justamente era a única que servia aos moradores pobres, que habitavam próximo e nas imediações da dita fonte, cuja qualidade das suas águas atraía grande parte dos moradores da cidade.

Figura 1 – Tanque da fonte do Mamoim



Fonte: Silva (1998).

Conforme *O Conciliador* (1822, p. 7), na impossibilidade de liberar o uso privativo da fonte do Mamoim, seria conveniente que o Presidente da Câmara agisse conforme descrito abaixo:

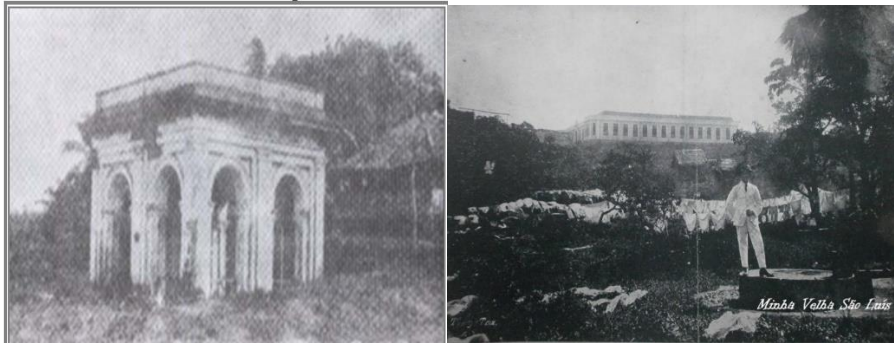
[...] ele seja o primeiro a proibir, que os soldados lavem seus corpos, e roupas junto, e nem dentro do tanque, e bicas da mencionada fonte, podendo os mesmos receber ali com facilidade em vasilhas a água precisa e lavarem ao longo do extenso terreno, que fica fronteiro a fonte, para assim se verificar a [pertencença] dos soldados, o que pode permitir-se sem ofensa pública; em cujos terrenos constando ao Governo que próximo a ela há águas que se podem aproveitar em prol dos indivíduos mencionados, determina a mesma Junta que a Câmara ali mande fazer dois poços ou tanques onde com asseio, e guarda haja maior abundância d'água para uso e serventia dos soldados e mais moradores da cidade.

As ações do poder público eram insuficientes para solucionar o problema da água, visto que um certo cidadão, usando o pseudônimo de “O Constitucional”, escreveu uma denúncia para o periódico *Farol Maranhense*, em 1828, alegando que o Império tinha uma Constituição que lhe garantia o direito de propriedade sobre o seu escravo e que este devia servir somente ao seu senhor. Logo, não podia ser usado para a prática de serviços públicos. No entanto, desobedecendo à lei, muitas vezes a força pública capturava os escravos nas ruas, obrigava-os a fazer serviços públicos e ainda os castigava com chibatadas.

Decerto que o governo não solucionava o estado de abandono das fontes, e as denúncias prosseguiram com ênfase no esquecimento das obras do Apicum onde foram gastos

muitos contos de réis e ainda assim estavam abandonadas. O agravo do descaso das obras consistia no fato de que os poços é que supriam toda a cidade, ainda que suas águas não atendessem a um terço da população (FAROL MARANHENSE, 1828).

Figura 2 – Fonte e poços do Apicum



Fonte: Álbum digital - Minha Velha São Luís (2017).

Em 1836, o periódico *Echo do Norte* denunciava que os Capuchos do Convento de Santo Antonio tiveram parte de seu terreno desapropriado pelo governo provincial e que, no referido terreno, seria construído um Jardim Botânico. Os frades, em represália, por terem perdido parte de seus domínios, cortaram as árvores que ficavam no entorno da fonte pública. A esse respeito, a imprensa local assim se manifestou:

[...] o que acabam de praticar os religiosos de Santo Antonio, conhecidos pelo nome de – Capuchos – e o que excede certamente as vistas a todos foi que uns homens acobertados com o manto da hipocrisia, e que se dizem ministros de Deus, tivessem a infernal lembrança de mandar cortar o arvoredor que a natureza espontaneamente havia produzido sobre a fonte pública de que se serve grande parte desta cidade, e cujas nascentes se acham dentro das terras do convento, e isto só com o danado fim (como é de presumir) de fazer secar a fonte, e desta arte inutilizar a construção do Jardim Público (ECHO DO NORTE, 1836, p. 1-2).

No discurso do Presidente da Província, em 3 de maio de 1839, quando da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, ele apresentou uma análise do abastecimento d'água da capital, explicitando a importância da qualidade dos recursos hídricos para o consumo da população e o dever do governo em prover a todos os cidadãos com água de melhor qualidade e que São Luís não podia ser abastecida de águas correntes por não haver nas circunvizinhanças ribeiras e rios¹¹ que pudessem ser canalizados senão por um considerável volume de contos de réis. E que, no momento, seria necessário aproveitar os olhos d'água

¹¹ Conforme a Carta da Ilha do Maranhão executada sob a direção do Dr. Justo Jansen Ferreira, a bacia hidrográfica de São Luís tinha a seguinte composição: rio Anil com seus afluentes – Igarapé do Vinhais, rio Turu, rio Angelim, rio Iguará, rio Cutim, Cutim Mirim, Cutim do Padre e os mananciais do sítio Barreto; rio Bacanga com seus afluentes – Igarapés: Tijuquinho, Batatan, Lapa, Coelho, Arapapay e Furo; os rios: Itapicuraíba, Bicas, Bacanguinha, Riachuelo, Cachorros, Grande, Mata Fome e Pedra.

existentes, fazendo construções, de modo que fosse possível recolher as águas e preservá-las das imundícies, que alguns indivíduos imprudentes ou mal-intencionados nelas costumavam lançar. Enfatizava a utilidade das fontes para o povo, indicando a Fonte do Ribeirão como a de águas mais abundantes, embora sendo aplicáveis apenas aos gastos domésticos mais grosseiros. As das Pedras, Bispo e Mamoim, embora tendo as melhores águas, apresentavam-se em estágio avançado de deterioração. Já os poços do Apicum forneciam água potável para toda a cidade. Contudo, localizavam-se à grande distância e estavam expostos às ações de vandalismo. Acrescentou ainda:

É, portanto, de urgência dar-lhes a última demão, aproveitando-se assim a avultada soma que há muito tempo se tem neles consumido. Para mais cômodo, e extenso abastecimento d'este gênero de tanta necessidade se poderá melhorar, ou construir poços fechados de onde com bombas se tirasse água na praia de Santo Antonio, rua do Vale Porto próximo à praia dos Remédios, no encontro do beco dos Barbeiros com a rua do Giz, nas praias Pequena e do Caju (MARANHÃO, 1839, p. 7).

Marques (1870) verificou apenas intervenções realizadas em 1839 na Fonte do Bispo, na qual foram feitos grandes consertos e entregue ao público em 21 de julho do mesmo ano, ocorrendo às 17 horas a bênção pelo vigário da freguesia da Conceição, ocasião em que estiveram presentes os integrantes da Câmara Municipal, havendo também grande participação de populares. À noite, houve queima de fogos de artifícios. As obras foram feitas com recursos da Câmara Municipal. A reforma foi uma das primeiras grandes intervenções do poder público no sistema de abastecimento d'água voltado para a população pobre, a considerar que a Fonte do Bispo estava localizada em espaço urbano insalubre.

Segundo Mota e Melo Neto (2015), a região onde estava localizada a Fonte do Bispo, até o século XIX, integrava a periferia da cidade, perdida no extremo sul, ainda quase mata virgem, entre o lamaçal mal odorante do rio Bacanga e os apicuns praguentos da Quinta do Gavião. Portanto, a ação conjunta dos governos provincial e municipal centrou-se em dois pontos: no controle sanitário e no urbanístico.

A Crônica Maranhense (1839) registra o estado deplorável das fontes. O conserto do Apicum pouco iria adiantar, e a conclusão dos trabalhos seria demorada. O major engenheiro Ferreira recebeu ordem do governo para examinar a fonte do Mamoim e indicar os consertos necessários e as despesas. As demais fontes da cidade teriam que ser feitas de maneira compatível com as circunstâncias pecuniárias do Senado da Câmara. Não obstante, o sistema de abastecimento d'água sofria um colapso durante o período de verão, algumas freguesias ficavam sem água, pois as fontes, por vezes, secavam.

A solução apontada pelo editorial do jornal seria os poços artesianos que tinham

essa denominação em função da região de Artois, uma das províncias em que a França se dividia. A matéria diz que a vantagem principal dos poços artesianos seria o fornecimento de águas abundantes, perenes, saudáveis e próprias para lavar, cozinhar e outros usos domésticos, além de não oscilarem de nível, como os outros. O editorial faz um paralelo entre São Luís e Portugal em termos de falta d'água, e explica que tal situação ocorre porque ambos não fazem uso dos poços artesianos. Ratifica que as águas nesta urbe são comumente escassas e em bastantes partes, de mau sabor, e insalubres. Portanto, a Província não deveria desprezar a propagação dos poços, considerando as muitas vantagens que prometia esta empresa diante da natureza do seu terreno e a esperança de melhorar a aridez dos sítios.

A década de 1850 foi um período de transformação na cidade, especialmente em relação aos melhoramentos urbanos e à renovação dos imóveis. Segundo o *Almanak do Maranhão* (1858), a capital estava organizada em três freguesias: a da Sé, a de Nossa Senhora da Conceição e a de São João Batista. A estatística predial estava composta de um total de 2.764 domicílios que o sistema artesanal de abastecimento d'água não conseguia atender de forma satisfatória. Por outro lado, Mota e Melo Neto (2015), em seu estudo sobre a atividade fabril em São Luís do Maranhão, século XVIII ao XX, analisa o ordenamento urbano e a população fixada na ilha, dando conta de que em 1858 esta seria de 27.817 habitantes, distribuídos em 4.210 domicílios.

Quadro 3 – Residências por tipologias em São Luís no de 1857

RESIDÊNCIAS POR TIPOLOGIAS EM SÃO LUÍS EM 1857					
Sobrado com três andares	Sobrado com dois andares	Sobrado com um andar	Casa térrea com mirante	Casas Térreas	Casas de Palhas
04	53	388	108	2.067	144

Fonte: Adaptado de *Almanak do Maranhão* (1858).

A matéria do *Almanak do Maranhão* (1858) aponta a renovação urbana da cidade em função da reedificação dos edifícios e da redução do número de casas térreas cobertas de palha, que no ano de 1808 eram num total de 300 imóveis e transcorrido quase meio século os citados imóveis eram em número de 144.

O espaço urbano composto de 2.764 ou 4.210 imóveis era abastecido¹² por fontes públicas que datavam do período colonial – caso específico da Fonte das Pedras e do Ribeirão, construída em 1796, no governo de D. Fernando de Noronha – construídas pelas instituições de

¹² Aguadeiros; poços; pipas; vasos; bacias de porcelana; e “tigres” integravam o primitivo sistema de abastecimento d'água e sanitário de São Luís.

poder para saciar a sede do povo. Mas, em paralelo ao sistema público, existia um sistema comercial de distribuição d'água, sobretudo controlado por ricos comerciantes. A água era entregue nos domicílios por meio dos africanos escravizados.

6 A COMPANHIA ANIL

O sistema de abastecimento de água potável na cidade foi uma preocupação constante no decorrer do século XIX, conforme noticiavam os periódicos que circulavam desde 1828 e os relatórios do Senado da Câmara de São Luís. Com a concentração populacional nos núcleos urbano e periférico da ilha, resultado do decréscimo da exportação do algodão, segundo Rodrigues (2014), a crise econômica fez migrar as populações do interior da ilha e da Província para a urbe, levando a um acréscimo no número de casas, fato que gerou problemas constantes em relação à prestação de serviços públicos, em especial o de abastecimento de água em fontes públicas

A implantação de empresas modernas foi uma constante em São Luís, no século XIX, e ocupou a intelectualidade maranhense por todo esse século. Tratava-se de analisar como estava a sociedade maranhense em relação ao mundo europeu adiantado. A modernidade, sempre importada da Europa – França ou Inglaterra –, ora era frequentemente admirada e adotada, ora considerada com cautela, tanto pelas elites como pelo povo. A importação ocorreu por meio dos intelectuais – filhos das elites, ou por rapazes de origem humilde custeados pelo Estado – que foram estudar nos grandes centros e importaram ideias e modelos lá vigentes, a adaptar-se a um novo solo: a sociedade da Athenas Brasileira.

Portanto, os ecos dessa modernidade¹³ alcançaram a capital do Maranhão, que então vivia a crise gerada pela quebra do seu sistema agroexportador internacional. A modernidade que circulava na cidade, disseminada pelos intelectuais com formação europeia, compreendia um conjunto de sistema sócio-econômico-cultural, a ter como pontos de difusão França e Inglaterra. Esses países tinham ligações educacionais e comerciais respectivamente com a cidade São Luís.

Movimento do Porto. Do Porto, barca portuguesa Castro, consignada a Francisco Marques Rodrigues & Irmãos, trouxe mala dos Correios e vários gêneros do país e 54 passageiros. De Jersey, escuna Inglesa Surprise, trouxe vários gêneros. De Liverpool barca inglesa Rival trouxe cartas avulsas e gêneros do país. De Marselha, brigue francês La Jeune Heliose, consignada a João Gualberto da Costa. Carga, vinhos e vários outros gêneros daquele país (CRÔNICA MARANHENSE, 1839, p. 10).

Mas, os senhores proprietários de terras e de escravos não estavam dispostos a

¹³ Por ‘modernidade’ refiro-me menos a um período histórico demarcado do que a uma mudança na experiência. [...], que dependeram claramente da mudança na produção demarcada pela Revolução Industrial. Foi também, contudo, igualmente caracterizada pela transformação na vida diária criada pelos avanços técnicos [...] (GUNNING, 2001, p. 39).

investirem na transformação da capital em “cidade industrial”, a atrair para ela: máquinas, rodas hidráulicas e a vapor, canos, caldeiras, trabalhadores livres, construções de galpões, chaminés, reservatórios d’água e chafarizes de ferro fundido. Das empresas da modernidade, à Companhia de canalização mecânica das águas do rio Anil foi a pioneira.

A empresa da modernidade iria contribuir também com o processo de urbanização de São Luís que sempre esteve relacionado com o papel de dependência da metrópole portuguesa com base em uma economia de exploração de matérias-primas, agrícolas – arroz, algodão, açúcar; e vegetais – óleos de mamona, andiroba, coco e gergelim; couro, dedicadas à exportação e à sustentação da própria metrópole. O primeiro projeto urbanístico para a cidade foi do engenheiro militar, Francisco Frias de Mesquita, datado de 1615. “O plano tinha o formato de quadras regulares, ruas ortogonais no sentido dos pontos cardeais” (ANDRÉS, 2014, p. 41). O citado projeto serviu de base para a expansão urbana por todo o século XIX. Urbanização que segmentava o espaço físico em territórios excludentes (PROVÍNCIA DO MARANHÃO, 1910) e separava as elites e classes abastadas das camadas populares.

O posicionamento dos intelectuais maranhenses oscilou no que diz respeito às questões alusivas à Companhia Anil. Em certas situações a empresa era extremamente desvalorizada em favor do sistema tradicional de abastecimento d’água como modelo ideal para suprir as necessidades da população.

A Lei nº 287, de 4 de dezembro de 1850, decretada pela Assembleia Legislativa Provincial e sancionada pelo presidente da província do Maranhão, Honório Pereira Azevedo Coutinho, tratava da criação de uma empresa de canalização de água potável para atender as necessidades dos moradores de São Luís. Esta Lei determinava:

Art. 1º O Presidente da Província fica autorizado a mandar levantar as plantas e fazer o orçamento da obra do encanamento d’água potável do Anil, ou de outras fontes [corroído], com tanto que tenha a mesma qualidade, e que mais facilmente pode ser trazida para esta cidade, e distribuída por diversos ponto d’ela, por meio de dutos de ferro que comuniquem com seu reservatório superior a todos esses pontos. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, p. 3).

Na gestão de Azevedo Coutinho, a Companhia de água canalizada não se concretizou, tendo em vista que ele extinguiu a Diretoria das Obras Públicas justificando que a experiência da repartição tinha apontado que os recursos consignados anualmente para obras públicas não eram consideráveis a ponto de justificar a existência da referida repartição, estruturada junto à presidência da Província. E, para justificar sua inutilidade, alegava que, naquele ano, existia apenas uma única obra de grande magnitude: o Canal do Arapahy.

Transcorrido um ano da publicação da Lei nº 287, o presidente da Província,

Eduardo Olímpio Machado, se fez presente na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, para justificar em seu discurso que a Companhia ainda não havia se concretizado em função de não ter na Província um engenheiro para o referido trabalho, reiterando: “posso asseverar-vos, que não foi por falta de vontade da minha parte. Logo, porém, que possa fazer, me empenharei na execução desta lei, cuja utilidade está acima de o encarecimento” (MARANHÃO, 1851, p. 1).

Percebemos que existe um hiato de cinco anos que separam a homologação da Lei Provincial nº 287/1850 da contratação efetiva da Companhia Anil, na gestão de Antonio Cândido da Cruz Machado, em 1855. Conforme Matos (2010), os reflexos da modernidade na São Luís oitocentista, como momento histórico, caracterizaram-se por inúmeras tentativas de ruptura de tradições, pela derrubada de determinadas convenções e de certos costumes e crenças, pela fuga dos particularismos e entrada no universalismo, ou ainda, pela entrada na era do conhecimento científico e da técnica, ou seja, na idade da razão.

Essa inserção na modernidade ou tentativas fragmentadas foram fruto do pensamento dos maranhenses que estudaram – engenheiros, médicos, filósofos, matemáticos, advogados e sanitaristas – nas principais capitais europeias. Mas, muitas combinações do moderno e do tradicional podiam ainda ser encontradas nos cenários sociais concretos da urbe.

A Companhia Anil se propunha implantar um sistema de captação e distribuição de água por meio de engenharia hidráulica, tecnologia da modernidade, importada da Inglaterra. A água seria captada no rio Anil, encanada até o centro urbano de São Luís, e distribuída via seis chafarizes em pontos estratégicos e nas residências dos senhores ricos. O sistema proposto entrava em rota de colisão com a antiga prática de distribuição da água servida em vias públicas para a população, tendo como ponto crucial da reflexão as modificações sociais na cidade, resultantes da implantação da Companhia do Anil criada pelo Decreto nº 1.755/1856 (Anexo A).

O projeto de encanamento das águas do Anil, elaborado pelo engenheiro Raimundo Teixeira Mendes – bacharel pela *École* de Pontes e Calçadas de Paris corroborava o discurso médico e político a respeito da salubridade da capital da Província e tinha por ancoragem ar puro, limpeza e higiene da cidade e não existia nada mais anti-higiênico e portanto insalubre do que o sistema de venda d’água em carroças da sociedade “Jansen Pereira & Cunha Santos”, bem como a coleta das águas nas fontes públicas cuja infraestrutura, limpeza e higiene eram de responsabilidade do governo provincial.

A cidade desejada pelos legisladores – Códigos de Postura de 1842, 1866 e 1893 – era pensada considerando a necessidade de manutenção do ar puro. Segundo Coe (2011), o

ponto de convergência e atenção do poder público provincial voltou-se, a partir da segunda metade do século XIX, para os problemas relacionados, de forma direta e indireta, com a salubridade das camadas sociais debilitadas economicamente, de modo que os pobres, com suas formas de vida e habitações, tornaram-se foco de ameaça às condições ideais de higiene do espaço urbano da cidade, por serem considerados geradores dos perigosos miasmas propagadores de doenças.

A imprensa local destacava:

Na Rua do Trapiche, desde a porta, dos armazéns do tesouro provincial até ao canto da rampa do Campos Melo, há um lamaçal que exala um cheiro pouco agradável, e muito pouco conveniente a já prejudicada salubridade pública. Deus queira que com o calçamento do Largo de Palácio desapareçam uns caibros e tijolos que lá existem há muito tempo. Está novamente se capinando a Fonte do Ribeirão. Já era tempo (JORNAL PARA TODOS, 1877, p. 4).

A curta matéria do Jornal para Todos denunciava a ausência de limpeza de um logradouro privilegiado, vizinho do poder, ratificando o que já foi dito a respeito do espaço citadino idealizado pelos legisladores e a real situação da cidade. Por analogia, não eram muito diferentes as condições dos equipamentos e materiais da empresa distribuidora de água nos logradouros de São Luís, cujas práticas anti-higiênicas desde o processo de captação, armazenamento e distribuição alimentavam o discurso higienista de médicos e engenheiros que entendiam a higiene pública e privada como um dos fatores capazes de introduzir a capital da Província no “processo civilizatório” (COE, 2011).

Todavia, o elemento para garantir a salubridade, higiene e logicamente a qualidade de vida de todos os habitantes – a água potável – era comercializada sem os padrões mínimos de higiene. E os legisladores, nos dois primeiros Códigos de Postura fizeram um silêncio a respeito do assunto de que a Companhia do Anil vinha moldada nos preceitos higiênicos mais avançados do século XIX, segundo seu idealizador.

6.1 A contribuição do engenheiro Raimundo Teixeira Mendes

As primeiras informações sobre Teixeira Mendes, idealizador da Companhia Anil, foram encontradas em Marques (1870, p. 427), que registra:

Já falecido, é natural de Caxias, bem como seu primo, também eng. Torquato Teixeira Mendes. Estudou em Paris e esteve em serviço do Governo dirigindo as obras do Canal do Arapahy, da igreja de São Joaquim do Bacanga, da Fonte do Apicum, do Dique, da Companhia Anil, quando se procediam aos encanamentos à caixa d'água e da Companhia Fluvial de Navegação a Vapor, construindo a casa da fundição.

Estudando a participação de brasileiros nas “Grandes Écoles” francesas no século

XIX, no período de 1825 a 1903, Figueirôa (2006, p. 31)¹⁴ relaciona 11 estudantes incluindo quatro maranhenses: Henry Rose Guillion, 1833; Manuel Jansen Pereira, 1862; Hildebrando Teixeira Mendes, 1879 e Aguiar Silva, sem o indicativo do ano de matrícula. Outro elemento complicador para estabelecer os traços do idealizador da Companhia do Anil é que existe um homônimo, também natural de Caxias, mas nascido em 1855, que estudou engenharia em Paris. Diante das evidências, optou-se por acreditar que o homônimo seja filho do renomado engenheiro. Nos documentos da Câmara de São Luís e dos periódicos oitocentistas, o engenheiro aparece quase que diariamente, em função da posição que ocupou na gestão de negócios privados e na administração pública.

Martinus Hoyer o saúda em nome da Casa da Praça, quando do seu regresso da Inglaterra onde esteve resolvendo os negócios da Companhia (VIVEIROS, 1954). Em relação à sua formação superior afirmada por todos os historiadores maranhenses do século XIX e XX e diante da impossibilidade de termos acesso aos arquivos da Escola de Pontes e Calçada de Paris, não nos foi possível verificar a informação em fonte documental.

Na gestão de Eduardo Olímpio Machado, Teixeira Mendes foi nomeado Administrador das Obras Públicas, inspetor interino das obras do dique, encarregado da construção da igreja matriz do Bacanga. Professor sem ônus da Casa de Educandos Artífices das disciplinas de Geometria e Mecânica Aplicada às Artes e de Noções Gerais de Aritmética e Álgebra. Integrante da comissão formada pelos médicos Saulnier, Sérgio e Faria de Matos, responsáveis pela supervisão dos cemitérios da Irmandade da Santa Cruz dos Passos de N. S. Jesus Cristo e da Santa Casa de Misericórdia, conforme Lei nº 338, de 22.11.1854 (PUBLICADOR MARANHENSE, 1854, p. 2-4).

A trajetória e atribuições profissionais de Teixeira Mendes são explicadas por (FIGUEIRÔA, 2006), “as principais atividades dos engenheiros no último quartel do século XIX no Brasil eram, basicamente, a construção de edifícios, os estudos e projetos de portos, e o projeto e construção de estradas de ferro”. Ora, o século XIX, em São Luís, tinha nos advogados coimbrões o centro da intelectualidade e do conhecimento científico. E para um engenheiro penetrar esse círculo quase que “hermeticamente fechado” não era tarefa simples se forem consideradas as atividades desenvolvidas por eles, que eram vistas como inferiores se comparadas ao trabalho intelectual de advogados e professores.

Figueirôa (2006) registra que, de forma gradual, o século XIX passava a absorver e a entender os trabalhos dos engenheiros para além das questões tecnicistas, tanto na Corte

¹⁴ Os 11 estudantes não são nomeados com precisão anual, causa provável da ausência do nome de Raimundo Teixeira Mendes.

quanto nas outras províncias do Império brasileiro. Os seguintes fatores corroboram esse “novo olhar” em torno dos engenheiros:

‘Progresso’ e ‘Civilização’. No Brasil do século XIX, particularmente na segunda metade, havia a percepção de que estas mudanças estavam em processo no Ocidente e urgia o ingresso na modernidade. As elites intelectuais brasileiras entendiam o progresso técnico-científico não somente como “algo de que se ouvia falar”, mas sim como um objetivo que o país “deveria perseguir, para atingir o status de moderno”. Os projetos modernizadores que circularam então nesta transição, implantados total ou parcialmente, requisitaram engenheiros das mais diversas formações, fosse para obras de saneamento, reorganização urbana, construção de novas cidades (FIGUEIRÔA, 2006, p. 10).

O presidente da Província, Antonio Cândido da Cruz Machado, via nos profissionais da engenharia não apenas técnicos especializados, mas profissionais encarregados de intervir nos espaços urbanos para melhorá-los. Como assegura Figueirôa (2006), de 1825 até 1903 um número expressivo de jovens brasileiros estudou na França, mais especificamente nas Grandes Écoles de Engenharia: *Polytechnique e Ponts-et-Chaussées*. Entre esses jovens, estava Raimundo Teixeira Mendes, descendente de família maranhense, integrante da elite econômica e intelectual.

Ao retornarem às suas províncias, os jovens traziam em suas “bagagens” a convicção de poderem implantar e gerenciar inúmeras mudanças técnicas, garantindo sua continuidade e correta implantação. Teixeira Mendes organizou com as firmas comerciais Leite & Irmão e José Pedro dos Santos & Irmão a Empresa de Navegação a Vapor dos Rios do Maranhão e procurou firmar contrato com o Governo da Província. Seu projeto registrava os mínimos detalhes técnicos, prevendo renda e despesa; levantava mapas da produção exportável; estudava o consumo do combustível, o tempo das viagens, o custo da alimentação do pessoal, o desgaste do material, etc. Por isso, convencia o público. Em breve, estava o capital da empresa subscrito, por conseguinte, o governo sancionou via Lei nº 429, de 20 de agosto de 1856, a criação da Companhia de Navegação a Vapor e deu-lhe o monopólio de vinte anos sobre a navegação. “Antes de levantar todo o capital, logo que apurou 20.000 libras, Mendes partiu para a Inglaterra, a fim de contratar e assistir a construção dos navios. As suas preferências foram pelos fabricantes Fawcett, Preston & Cia” (VIVEIROS, 1954, p. 256). Porém, seus opositores o atacaram violentamente por meio dos periódicos *O Observador e Diário do Maranhão*.

Os projetos modernizadores para remodelar São Luís¹⁵ também faziam parte dos

¹⁵ Segundo o *Almanak do Maranhão* (1858), em 1857 quando a Companhia Anil deu início aos trabalhos de canalização das águas do rio Anil, a estatística predial da cidade estava composta de 4 casas de sobrado com três andares; 53 casas de sobrado com dois andares; 388 casas de sobrado com um andar; 108 casas térreas com mirante;

planos de Teixeira Mendes, que estabelecia um diálogo entre a modernidade, o progresso e a saúde. Segundo Cerasoli (1998),

Os engenheiros brasileiros, “ávidos por produzir grandes e eficazes transformações direcionadas ao progresso intelectual e material, sustentados por conhecimentos científicos e por suas convicções político-ideológicas”, colocaram-se à frente dos grupos concretamente promotores do cientificismo e do progressismo típico deste momento histórico. A ilustre e operosa classe seria capaz de transformar os conhecimentos matemáticos e físicos em resultados práticos para a sociedade, conquistando o conforto e o bem-estar da população. Os próprios engenheiros se auto proclamavam portadores dos mais elevados conhecimentos da civilização, indispensáveis ao alcance do progresso – discurso recorrente desde as últimas décadas do século XIX no Brasil – e promotores do bem comum para a nação (CERASOLI, 1998, p. 35).

Portanto, o projeto modernizador era uma obra que integrava o tripé de saneamento básico – água potável encanada, com o objetivo de criar condições sanitárias ideais para os moradores de São Luís. O citado projeto foi veiculado sistematicamente nos periódicos, objetivando a busca de capital para financiar a empreitada. A demora em capitalizar a empresa se deu em função de ser um projeto audacioso em termos técnicos e administrativo/políticos, pois implicaria entrar em rota de colisão frontal com a empresa artesanal de distribuição de água de Ana Jansen Ferreira Leite e seu sócio e compadre José da Cunha Santos.

Assim,

Ausente de sua terra natal e de espírito empreendedor, o jovem engenheiro compreendeu logo a necessidade da canalização da água que São Luís consumia. Vitoriosa a empresa de navegação fluvial e costeira que organizara, Teixeira Mendes atirou-se a tarefa de instalar uma companhia que fornecesse melhor água a São Luís, e de maneira mais higiênica e cômoda. O plano, exposto em sucessivos artigos pela imprensa, teve aceitação, e um dia, na Casa da Praça, os maranhenses subscreveram o capital necessário – 300 contos de réis, dos quais 50% foram recolhidos imediatamente a caixa da nova empresa. Nunca se vira sucesso tão grande no Maranhão! Só duas famílias – Vieira da Silva e Gayoso – subscreveram 2/3 do capital! O nome de Teixeira Mendes era a garantia (MORAES, 2012, p. 48).

O engenheiro tinha consciência das dificuldades que enfrentaria o seu projeto por estabelecer uma forte oposição ao monopólio da venda das águas de Ana Jansen. Conforme Moraes (2012), a referida senhora tinha uma percepção distorcida do projeto de encanamento das águas do Anil. E ironizava a formação superior de Raimundo Teixeira Mendes – “Olhe, Nhô Mundico aprendeu foi fazer calçada, não foi vender água. Eu ainda não entrei na dança”. E foi célebre, embora muito pouco estudada nos dias de hoje, a luta travada entre Ana Jansen e a Companhia Anil. Inegavelmente, Ana Jansen era o arquétipo perfeito das “Senhoras Donas”, que, segundo Campos (2010), eram mulheres brancas, matriarcas, que carregavam consigo uma

2.067 casas térreas e 144 casas de palha. Um total de 2.764 domicílios que o sistema artesanal de abastecimento d’água não conseguia atender de forma satisfatória.

carga simbólica de valores como: respeito, poder econômico, administrativo e político. Desenvolviam grandes riquezas. Senhoras que tinham seus capangas e mandavam dar suas surras, incendiar jornais; “conservadoras” ou “liberais” conforme suas conveniências.

Importa registrar que, em 1856, o empresário português João Gualberto apresentou um projeto para introduzir o primeiro motor a vapor em terras maranhenses, no mesmo ano em que Teixeira Mendes propôs ao Governo da Província fazer o abastecimento da cidade com água do Apicum por meio de uma rede de canos de ferro. A proposta de João Gualberto foi batida pela de Raimundo de Brito Gomes de Sousa e Dr. Raimundo Teixeira Mendes, o que implicaria sérias dificuldades à Companhia Anil.

A Companhia Anil teve em seu primeiro ano um total de sessenta acionistas que fizeram a aquisição de 1.418 ações (quadro 4). Os acionistas majoritários – Fazenda Provincial e Raymundo Brito Gomes de Souza, com 400 e 300 ações respectivamente; e os maranhenses com destaque na vida pública e econômica da Província. Por outro lado, a participação do Tesouro Provincial foi motivo de inúmeras críticas na imprensa (O OBSERVADOR, 1856) que levantou questionamentos a respeito do uso dos recursos do Erário Público em tempos de penúria e calamidades sociais, com luxos e ostentações direcionados a empresa particular, em vez de salvar a sociedade e guerrear a fome pública.

Quadro 4 – Os principais acionistas - número de ações

OS PRINCIPAIS ACIONISTAS	NÚMERO DE AÇÕES
Fazenda Provincial	400
Ten. Coronel Raymundo Brito Gomes de Sousa	300
Major. João Vitor Vieira da Silva	200
Robert Achilles Freburg	100
Dr. Raymundo Teixeira Mendes,	20
Dr. Domingos Feliciano Marques Perdigão	10
O Barão do Coroatá	5
Dr. Carlos Fernandes Ribeiro	10
O Barão de São Bento	20
Outros	353
Total geral	1.418

Fonte: Adaptado de Jornal *A Nova Epocha* (1856).

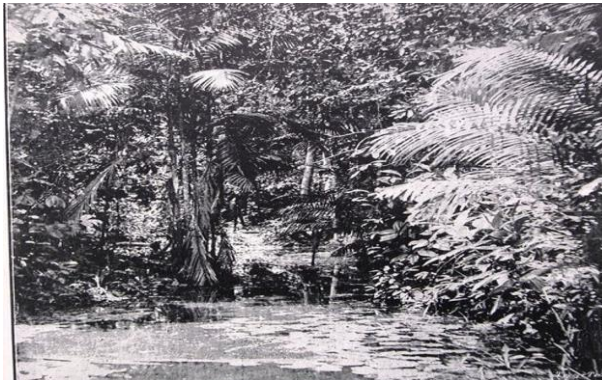
Do mesmo modo, o engenheiro Raymundo Teixeira Mendes, idealizador do supracitado empreendimento, adquiriu 20 ações. Moraes (2012) diz que o nome de Teixeira Mendes fora a garantia para que os senhores das terras pertencentes às tradicionais famílias – Vieira da Silva, e Gayoso – subscrevessem 2/3 do capital necessário à implantação do empreendimento.

6.1.1 O projeto de Raimundo Teixeira Mendes para a Companhia Anil

Informações sobre a atuação de Raimundo Teixeira Mendes constam em Marques (1870), citando que esteve a serviço dos governos de Eduardo Olímpio e Franco de Sá –, dirigindo as obras do Canal do Arapapaí, da igreja de São Joaquim do Bacanga, da Fonte do Apicum, do Dique, da Companhia Anil, quando se procediam aos encanamentos da caixa d'água e da Companhia Fluvial de Navegação a Vapor, tendo construído a Casa da Fundação.

Sem dúvida, o engenheiro Teixeira Mendes tinha competência para elaborar e gerenciar o projeto de encanamento das águas do Anil, conforme noticiavam, em 1855, os jornais *A Nova Epocha* e *Diário do Maranhão*, tendo concorrido, quando solicitado, via licitação pública em conformidade com a Lei nº 287, de 1850, na gestão do presidente da Província, Antonio Cândido da Cruz Machado.

Figura 3 – Vista da nascente do rio Anil, em 1850.



Fonte: Revista do Norte (1905).

A nascente do rio Anil, conforme Marques (1870), fica a oriente da capital, aproximadamente a 5 km, e leva suas águas doces e cristalinas ao braço de mar em frente à ponta de terra onde se situa o Largo do Palácio do Governo. Recebeu essa denominação em função da plantação e instalação de uma fábrica, no ano de 1762, de anil, tem um curso de 5.200m, era navegável até o porto da fábrica de tecidos, acima da confluência do Cutim do Padre. Por suas características naturais qualidade das águas e volume, foi escolhido por Teixeira Mendes para a implantação do projeto de abastecimento da área urbana de São Luís.

O jornal *Diário do Maranhão*, em 16 de novembro de 1855, publicou o projeto técnico para captação e encanamento das águas do Anil, de autoria de Teixeira Mendes, o qual constava de 5 (cinco) itens, a saber:

- a) Considerações gerais – tinham como objetivo dar uma descrição completa do projeto e apresentar o orçamento da obra, pondo de parte cálculos que não eram

compreendidos por todos. Para os que o examinassem, e não fossem leigos, indicava as fontes onde foram fundamentadas as questões matemáticas. Além disso, constava uma descrição detalhada acerca do Sítio Anil.

- b) Roda hidráulica a Poncelet – afirmava que esta, por meio de uma bomba hidráulica de [chapeleta], elevaria a 13,2 metros d’água por segundo à altura de 2m,327 para um pequeno tanque onde embocava o cano que deveria trazer as águas à cidade.
- c) Consumo d’água - admitindo que a população do Maranhão [São Luís] era de 20.000¹⁶ almas, ter-se-ia 1:000:000 litros a fornecer em 24 horas ou 11, 6 litros por segundo. O Anil fornecia por segundo 69,1 litros; foi o resultado que obteve por uma medição, e neste número dizia poder-se ter confiança porque, apesar de todas as preocupações para evitar a fuga d’água, esta ocorria quando se tapava o leito do rio perto da ponte de madeira do Sítio Anil.
- d) O percurso do encanamento - para melhor aproveitá-lo, deveria o cano vir em linha reta, para se aproveitar a maior inclinação possível, obtendo maior velocidade, cujo efeito era diminuir as dimensões do cano na sua seção transversal e o custo. Do outro lado, para vir em linha reta seriam necessárias grandes escavações, que muito avultariam em preços, além do que, cortando alguns igarapés, ramificações do grande Igarapé do Anil, seriam necessários pontes e aquedutos, cuja construção tornar-se-ia dispendiosa.

Distribuição dentro da cidade – a linha mais alta das colinas da cidade de São Luís segue a direção leste/oeste, partindo do quartel, seguindo a Rua da Paz, Largo do Carmo, Rua de Nazareth e Largo de Palácio (Anexo B). Esta linha quase divide a cidade em duas partes iguais, devendo ser colocados chafarizes: 1º, no Campo do Quartel; 2º, no Largo de São João; 3º, no Largo do Carmo; 4º, no Centro da Praia Grande. Destes pontos, fácil seria ramificar os dutos para toda a cidade. Na imagem a seguir o Chafariz do Largo do Carmo, assim como os demais, foram importados da França. Diferem radicalmente dos chafarizes públicos implantados no Rio de Janeiro por mestre Valentim. Segundo Trebor (2000), as chamadas

¹⁶População de São Luís era de: 25.000 hab em 1835; 35.000hab em 1868. O número de residências era de 2.764 casas em 1856 (LOPES *apud* RODRIGUES, 2014, p. 112) ano em que teve início os trabalhos da Companhia Anil. O Censo realizado pelo Governo Imperial em 1872 apresentava a população da capital com 24.578 habitantes, distribuídos por freguesias da seguinte forma: N.S. da Vitória, 6.4000; N.S. Conceição 7.628; S. João Batista, 7.427; S. Joaquim do Bacanga 2.052 e S. João Batista dos Vinhais 1071. O número de residência era de 4.415 distribuídas nas freguesias da seguinte forma: Nossa Senhora da Vitória 952; Nossa Senhora da Conceição 1.625; São João Batista 1.292; São Joaquim do Bacanga, 397 e São João Batista dos Vinhais 149.

fontes d'art e chafarizes, em ferro fundido, destinados para ornamento dos espaços públicos foram moda na Europa do século XIX. E em princípios de 1830 foram produzidos em série, e importados por diversas províncias do Brasil.

Conforme, *Diário do Maranhão* (1877, p. 1-2), queixavam-se os moradores do Largo do Carmo, da constante vozeria e cantorias que faziam os negros, negras e moleques que ali iam comprar água. Travavam entre eles brigas, os insultos “indecorosos” eram proferidos em altas vozes, sem “respeito” aos transeuntes e famílias, que residiam nas proximidades.

Figura 4 – Chafariz da Companhia Anil no Largo do Carmo



Fonte: Cunha (2008).

Os chafarizes da Companhia Anil, em um total de seis, além do valor utilitário, tinham também o valor estético – materializado pelas ornamentações que enriqueciam estes monumentos do espaço urbano, nas decorações das pias e dos tanques, pois, “[...] Utilizam conchas e cornucópias, cavalos-marinhos e figuras mitológicas, de ninfas e de divindades do mar e das águas ligadas às fontes, e de alegorias de musas que remetem à doutrina positivista do francês Auguste Comte” (JUNQUEIRA, 2000. p. 3).

Os chafarizes também eram guarnecidos por quatro lampiões e gradil de ferro com função de proteção das águas. O do Largo do Carmo (Figura 4) era o único que funcionava 24 horas. Devido a sua privilegiada localização, nessa área da urbe, segundo Mota (2012), estavam construídos os verdadeiros palácios da aristocracia rural e os dos mais importantes homens de negócios.

Dessa maneira, a resolução da implantação do chafariz no Largo do Carmo atendia aos interesses políticos e econômicos. Pois, de acordo com o *Publicador Maranhense* (1857) o quarteirão que compreendia O Largo do Carmo¹⁷ e adjacência possuía uma boa urbanização

¹⁷ Em 1874, o cidadão José Joaquim Machado mandou arrancar os degraus de cantaria do chafariz do Largo do Carmo, bem como os do chafariz da Praça do Mercado alegando que fizera tal coisa, em execução de uma dívida que moveu em juízo contra a Companhia do Anil (PUBLICADOR MARANHENSE, 1874, p. 2).

com uma razoável estrutura de estabelecimentos comerciais e meios de hospedagens, tais como: Hotel do Comércio, Hotel do Porto e Hotel Maranhense. Em suas adjacências estavam: Hotel Central, localizado no início da Rua Formosa, Hotel Europa, localizado na Rua Grande esquina com a Travessa do Sineiro, Hotel Luzo – Brasileiro, na Rua 28 de julho e localizado a Rua da Paz. Com todos esses estabelecimentos, justificava o funcionamento por 24h do chafariz do supracitado logradouro.

Para demonstrar as vantagens do empreendimento em relação ao antigo sistema, explicita-se a seguir, no Quadro 5, os cálculos (os valores são em contos de réis)¹⁸ de volume de produção e de consumo de água indicando ainda as vantagens para a Companhia.

Quadro 5 – As estimativas dos lucros em dois cenários

Preço	Produto bruto	Despesas anual	Juros cap. 6%	Juros a 8%
1° a 10 rs caneco	18:250\$00	4:725\$260	9:470\$390	12:627\$187
2° a 20 rs caneco	36: 500\$000			
Rendimento líquido (nas duas situações)				
Sendo os juros de capital 6%		Sendo o juro 8%		
A 10 rs - 4:054\$350		997\$553		
A 20 rs – 22:304\$350		19: 147\$553		

Fonte: Adaptado de *Publicador Maranhense* (1857) e *Diário do Maranhão* (1855).

O quadro elaborado por Teixeira Mendes projetava dois cenários futuros com despesas e receitas na venda d'água da empresa. Esse quadro demonstrativo consistia em uma estratégia para viabilizar a comercialização das ações da Companhia com os capitalistas, comerciantes e senhores latifundiários, visto que o investimento na compra das ações era considerado um emprego vantajoso para capitais disponíveis. E tendo a Companhia tanta importância, inúmeras vantagens e privilégios eram garantidos via assinatura do contrato com o governo provincial do Maranhão.

A publicação do projeto na imprensa gerou divergências na ocasião da escolha do local do emprego de recursos públicos em uma empresa privada. Os grupos dividiram-se em duas correntes: os que apoiavam a localização nas terras do Anil, pertencentes aos herdeiros Cascais, distantes a 9 km do centro urbano, e os que preferiam a localização junto aos baixos do Apicum, fronteiro à Quinta do Barateiro (distante do centro a 1,8 km). As variáveis desfavoráveis às águas do Apicum diziam respeito à sua proximidade com o Cemitério dos

¹⁸ “Conto de réis é uma expressão adotada no Brasil e em Portugal para indicar um milhão de réis. Sendo que um conto de réis correspondia a mil vezes a importância de um mil-réis que era a divisionária, grafando-se o conto por Rs. 1:000\$000. 1 réis era igual a R\$ 0,123. 1 mil réis igual a 123,00. Já 1 conto de réis (mil reis) seria 123.000,00. Hoje (2017) o valor corresponderia a US\$ 38.557,99” (GOMES, 2007, p. 240).

Passos e as constantes inundações quando das altas marés. Fenômeno que deixava suas águas salobras e impróprias para o consumo.

O emprego de recursos do Tesouro Provincial em obra particular revelou-se uma premissa da Presidência da Província e do Senado da Câmara, que, após os esperados embates políticos, sancionou o contrato.

O projeto apresentava outras especificações relacionadas: à capacidade da caixa d'água no Largo do Quartel; à força da máquina e ao combustível consumido por hora; aos valores necessários para a aquisição do maquinário na Inglaterra: embarque e desembarque e assentamento deste; aos custos das casas de máquina (fornalhas e reservatório superior); aos canos de esgotos para o tanque inferior; à marcação do terreno para o encanamento que envolvia as valas para o cano; às obras de alvenaria, ponte aqueduto de 68 arcos, ponte de um só arco sobre o Cutim, canos para escoamento das águas do monte, encanamento de Betão, usando a fórmula de Mr. Saint – Vennt (BEER; JOHNSTON JUNIOR, 1995, p. 152)¹⁹.

Nas notas encontramos os cálculos para: determinação das dimensões dos tubos; remoção do calçamento das ruas por onde deveria passar o encanamento; recomposição do calçamento das ruas depois de assentados os tubos; escavações; chafarizes: uma espécie de obelisco com torneiras. Os recursos humanos abrangiam: engenheiro, ajudante de engenheiro, feitor, foguista e empregados na roda hidráulica, além de combustível e conserto de canos, entre outros.

Providências, nesse sentido, são observadas no Relatório a seguir:

O Presidente da Província do Maranhão, usando da autorização que lhe confere a lei provincial, nº 287, de 4 de dezembro de 1850, para promover a organização de uma companhia, e com ela contratar, pelo modo mais conveniente, a execução da obra do encanamento da água potável do rio Anil para esta cidade, e de sua distribuição, por diversas partes dela, por meio de dutos de ferro que comuniquem com um reservatório superior a todos eles; havendo considerado sobre a proposta, que lhe foi apresentada pelo cidadão Raymundo Brito Gomes de Souza para a incorporação de uma companhia, que tome a seu cargo esta empresa; e tendo ouvido o procurador fiscal do tesouro público provincial, resolve celebrar com o referido cidadão Raymundo Brito Gomes de Souza (MARANHÃO, 1856).

O projeto modernizador era uma obra que visava estruturar a política de distribuição de água potável encanada, com o objetivo de criar um estado sanitário ideal aos moradores de São Luís. O citado projeto foi veiculado sistematicamente nos periódicos, objetivando angariar capital para financiar a empreitada. A demorada capitalização da empresa foi atribuída ao

¹⁹ O princípio de Saint-Venant tem sido largamente utilizado por engenheiros civis, pois com base nesse princípio pode-se classificar, por exemplo, um bloco de fundação em rígido ou flexível, podendo-se então dar o tratamento matemático mais adequado aos blocos de fundação entre duas estacas em uma estrutura construída onde a visualização desses blocos não seja possível (BEER; JOHNSTON JUNIOR, 1995, p. 152).

caráter audacioso do projeto, em termos técnicos e políticos, e de entrar em rota de colisão frontal com a empresa artesanal de distribuição de água de Ana Jansen Pereira e seu sócio José da Cunha Santos.

Conforme, *O Observador* (1856), o empresário português, introdutor do primeiro motor a vapor em terras maranhenses, João Gualberto, em 1856, apresentou também um projeto ao governo da Província para fazer o abastecimento da cidade com água do Apicum por meio de uma rede de canos de ferro. Mas a proposta não apresentou as devidas especificações técnicas, tais como: orçamentos, cálculo aproximado da água que poderia ser fornecida em 24h, os processos químicos para purificação das águas. Foi orçada em 80 contos de réis, porém batida pela de Raimundo de Brito Gomes de Sousa e Dr. Raimundo Teixeira Mendes. Essa derrota de João Gualberto vai implicar, posteriormente, sérias dificuldades à Companhia Anil.

Essa suposta “preferência” direcionada ao projeto de Teixeira Mendes foi tratada como uma luta entre brasileiros e portugueses. Tal proposição pode ter contribuído para a baixa procura por parte de investidores da Casa da Praça de aquisição das ações da Companhia. Conforme noticiava *O Observador* (1856), a aprovação da proposta de um brasileiro em detrimento da proposta de um português levantou contra a empresa todo o comércio português. Na verdade, incorporar uma companhia sem licença da Praça do Comércio era reconhecer e desrespeitar essa potência. Potência que contava com aproximadamente 14 firmas portuguesas comerciais de exportação, que comercializava algodão e prestava auxílio financeiro à produção agrícola (MELO, 1990).

A distribuição espacial geográfica dos chafarizes tinha uma conotação social. Isto é, privilegiava os logradouros onde residiam o maior número de famílias ricas e os negociantes de porte médio. Inquestionavelmente, esses segmentos não necessitavam dos serviços públicos, pois tinham as suas chácaras no Caminho Grande e estas eram providas de mananciais potáveis. Além disso, dispunham de uma logística própria para fazer transportar a água até seus domicílios, e não raro a existência de poços nas residências urbanas.

O sistema das águas encanadas do Anil estava destinado a suprir as necessidades das elites residentes nos imóveis em torno dos chafarizes do Largo do Carmo, Largos de São João e Santo Antônio, Campo do Ourique, Praça do Mercado e Praça do Açogue Velho. A população pobre, que residia nos arrabaldes da cidade, não fora contemplada sequer com uma torneira pública. Conforme Mota (2012), nos oitocentos a segregação social por localização dos domicílios era comum; a aristocracia rural residia no Largo do Carmo e no bairro das Mercês, e no referido logradouro o chafariz da Companhia Anil deveria funcionar 24 horas.

O jornal *A Nova Época* (1856) comprova a teoria de Mota (2012) quando publica

a resposta de Raimundo Brito Gomes de Sousa a respeito da credibilidade da Companhia Anil: “[...] possuímos mais de 200 escravos situados em duas fazendas de cultura de arroz, algodão, e cana de açúcar; [...]. Possuímos dois prédios nesta cidade, sendo um deles um dos melhores existentes em São Luís”. Enfim, os senhores de engenho e lavoura residiam em São Luís.

A distribuição dos chafarizes em pontos estratégicos era fruto do minucioso estudo de Teixeira Mendes, que levou em consideração a ocupação urbana – o número de domicílios nas freguesias. As águas do encanamento foram distribuídas por seis chafarizes, colocados no centro da Praça que ficava a oeste do Quartel do Campo de Ourique; na Praça do Mercado; em comum acordo com seus empresários: nos Largos de Santo Antonio, de São João, e do Carmo e na Praça do Açougue Velho, cercados de engradamento de ferro, em distância de oito a dez palmos, com tanques que se conservavam sempre cheios, e quatro lampiões em cada um, sustentados por colunas de ferro e acessos em noite escura. Os chafarizes²⁰ foram importados da Europa²¹:

6.2 A Companhia Anil e o Sistema de Abastecimento Artesanal de Água

A Companhia Anil tinha entre seus principais aliados o presidente da Província Antonio Candido da Cruz Machado, que, segundo matéria publicada no periódico *A Nova Época*, de 5 de dezembro 1856, destacava o espírito de modernidade do seu presidente que pretendia introduzir São Luís no “mundo civilizado” da modernidade, asseverando:

[...] Em menos de um ano, tem recebido benefícios, que saltam aos olhos; a implantação do espírito de empresas industriais, qual a navegação fluvial a vapor, e a do encanamento das águas potáveis do Rio Anil, a abertura do canal da Lajem Grande, que será o toque mágico, que fará surgir das margens do Mearim um tesouro de prosperidade: a construção da estrada da Estiva, que comunicando a Ilha de São Luís

²⁰ No mês de junho de 1860, foram instalados nos logradouros públicos de São Luís os seis chafarizes importados da França pela Companhia Anil, como previa o contrato celebrado em 1856, em seu art.º 5º, que dizia da obrigatoriedade da instalação de um reservatório e de seis chafarizes. Para o serviço – diário e noturno – de venda de água.

²¹ Em função da sua formação em Paris, Teixeira Mendes adotou as chamadas fontes d’art, chafarizes – estátuas com iluminação e ornamentos em ferro fundido destinados para os espaços públicos que estavam em moda na Europa do século XIX e princípios do XX, e resultaram da associação da produção industrial e da criação artística. Segundo Trebor (2000), as fontes d’art foram produzidas em série, a partir de 1830, na região francesa da Champagne, no Departamento do Marne, na cidade de Vitry-le-François, onde foi instalada a fábricas Val d’Osne. Essa produção eternizou grandes mestres escultores e esses ornamentos urbanos foram exportados para diferentes partes do mundo. Os objetos realizados em ferro fundido surgiram como materiais extraordinários para os elementos funcionais e ornamentais exteriores, dado que regularmente pintados apresentam grande resistência às intempéries e à passagem do tempo, por não serem permeáveis à umidade ou as águas. O exemplo da resistência desses monumentos urbano é a figura acima que já está em São Luís a exatos 161 anos; que depois da falência da Companhia Anil, foi comprada pelo governo do Estado e instalada em 1973 nos jardins do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, cujo edifício foi a residência do Tenente Coronel Raimundo Brito Gomes de Sousa, presidente da Companhia Anil.

com o continente por via terrestre, mediante uma barca de passagem, no estreito do mar de Guaxenduba, conhecido como rio dos Mosquitos, trará a abundância aos mercados da capital, e de todos os distritos da Ilha; a abertura da estrada da Barra do Corda a cidade de Caxias, que será a pedra angular do edifício da prosperidade.[...]. A continuação da estrada de Caxias a Teresina, do canal do Arapahy e outros melhoramentos (A NOVA ÉPOCHA, 1856, p. 1).

No mesmo ano da celebração do contrato da Companhia Anil com o Tesouro Provincial, foram aprovados pelo governo Imperial, via Decreto nº 1.755, de 26 de abril de 1856, os estatutos da citada empresa em sete seções (Quadro 6). O relacionamento externo da Companhia com o Governo estava estreitamente subordinado ao contrato, e o estatuto estabelecia as relações internas entre a Diretoria e os Acionistas. As propostas recebidas pela Companhia eram apresentadas à Assembleia dos Acionistas, a quem cabia a decisão. Exemplo disso é a resposta a petição de D. Caetana M. de Assunção Guedes, que pede à Diretoria a indenização de suas terras no Anil. O Diretor respondeu a Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, presidente da Província: “versando em questões do foco, não devo tomar sobre mim a responsabilidade de semelhante informação, pelo que ele me dirige o advogado e apresentar a questão à Assembleia dos Acionistas, a quem compete deliberar sobre a questão” (COMPANHIA ANIL, 1857).

Quadro 6 – Estatutos da Companhia Anil²²

ESTATUTOS	TÍTULOS E ESPECIFICAÇÕES	Nº ART.
TÍTULOS	1º DA COMPANHIA	11
	2º DA ADMINISTRAÇÃO	09
	3º DA DIRETORIA	03
	4º DOS ACIONISTAS	02
	5º DOS DIVIDENDOS	02
	6º DOS EMPREGADOS E SEUS ORDENADOS	03
	7º DA ASSEMBLEIA GERAL	13
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS		03

Fonte: Adaptado de Estatuto da Companhia Anil (1856).

O mesmo ato aprovou o Estatuto da Companhia do Anil (Anexo C), ratificando o contrato provincial celebrado entre Antonio Candido da Cruz Machado – presidente da Província – e Raymundo Brito Gomes de Souza – empresário que assumia a Presidência da

²² Atendendo ao que me representou a Diretoria da Companhia do Anil, que tem por fim abastecer de água potável a Capital da Província do Maranhão, hei por bem aprovar os estatutos da mesma companhia, os quais com este abaixo assinado por Luiz Pedreira de Couto Ferraz, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e seis de abril de mil oitocentos cinquenta e seis, trigésimo quinto da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador – Luiz Pedreira de Couto Ferraz. – Conforme José Bonifácio Nascentes d’Azambuja, Oficial Maior interino. Aprova os Estatutos da Companhia do Anil, que tem por fim abastecer de água potável a Capital da Província do Maranhão.

Companhia, sob os protestos de opositores como descrito no texto abaixo:

[...] artigo 7º sobre o qual temos muita dúvida. Essa disposição, que parece inconstitucional, é perfeitamente inútil, pois nenhuma outra indústria de venda d'água na cidade poderá resistir à da companhia, salvo se a água do encanamento for má, e nesse caso o governo não pode obrigar o povo a bebê-la. [...]. Assim nos parece que o governo deverá só garantir a Companhia Anil o privilégio de nenhuma outra companhia poder encanar água para a capital, ou do Anil ou de qualquer outro rio, durante o prazo marcado no contrato, sem ferir de morte as empresas já existentes, as quais terão aliás todas de cair legitimamente pela concorrência. [...]. Companhia que com tantas vantagens e preferências, não pudesse resistir à concorrência da venda d'água conduzida tão dispendiosamente à capital por canoas tripuladas d'escravos, depois vendida em carros puxados por bois ou cavalos. Essas nossas reflexões, que publicamos às pressas, com toda boa fé, não prejudicam, por certo, a opinião que formamos da empresa, a qual prestamos a nossa franca e leal adesão (O ESTANDARTE, 1856, p. 4).

O redator deixa explícita sua posição a respeito do empreendimento com ideias em defesa dos negociantes de água e dos aguadeiros e renunciando os entraves pelos quais haveria de passar a Companhia. Para melhor entender a preocupação dos senhores proprietários do monopólio do abastecimento d'água, transcrevemos o art. 7º do Contrato, que estabelecia: “O governo concede a Companhia o privilégio exclusivo da venda d'água por sessenta anos, contados depois de cinco, concedidos para a conclusão das obras, ficando desde então proibido todo o comércio d'água que não for da Companhia” (O ESTANDARTE, 1856, p. 3).

Entretanto, um dado relevante, as matérias no período de 1854 a 1872, não abordam o clamor da população em relação aos serviços prestados pela Companhia de água. São todas matérias de cunho político e até de caráter pessoal, com ênfase na habilidade e competência técnicas do engenheiro responsável e da diretoria da empresa.

Dentro desse prisma, os periódicos, por meio dos discursos, elaboraram suas estratégias com o objetivo de materializar a consolidação de sua autoridade em relação a alguém ou a um determinado grupo social e até mesmo na legitimação de determinadas escolhas. Segundo Carvalho (2008), os periódicos eram uma espécie de amálgama, produto final de um determinado grupo social ou político que os fabricou segundo a ideologia de seus protagonistas. Conforme discursou o jornal *A Conciliação*, em seu editorial, na primeira edição, consta:

[...] atitude de egoísmo, a força impulsiva da imprensa converte a ideia individual em conhecimento comum, faz desaparecer a linha divisória, que separa o filósofo, o pensador, e o artista do resto da multidão, dá ao complexo dos homens a natureza de uma só família, cujos membros acham-se como que estreitamente ligados pela comunicação do pensamento de cada um. [...]. Quando se trata de política, esta interessa a todos sem distinção de artífices ou lavradores, comerciantes ou letrados, de simples operário ou de ricos proprietários (A CONCILIAÇÃO, 1856, p. 1).

De acordo com o editorial exposto, fica evidente que os jornais buscavam chamar

a atenção dos leitores em geral para, em um segundo momento, conquistar-lhes a confiança e transformá-los em clientes fiéis assinantes e/ou anunciantes. O que era válido e importante era conquistar seguidores para suas causas políticas, sociais ou empresariais.

Conforme já mencionado, a Companhia Anil colocava em perigo o poderoso comércio dos sócios Ana Joaquina Jansen Pereira e José da Cunha Santos. O poder passou a ser exercido como disputa e luta, isto é, criou-se uma acirrada resistência e uma série interminável de lutas e afrontamentos que ultrapassavam as letras dos periódicos e pasquins. Nessa relação de força, os proprietários das terras às margens do rio Anil foram aos tribunais e alegaram:

Ilmo. Sr. João Bernardino Jorge Junior, sendo nós abaixo assinado os únicos e legítimos senhores e possuidores das terras do Anil, e tendo-se organizado uma companhia para o fim de levar a efeito a condução das águas do Anil, para o abastecimento desta cidade, a bem do nosso direito de justiça, remetemos a V.Sa. os títulos pelos quais somos senhores e possuidores das ditas terras, e o publicador maranhense, onde vem o contrato feito com o empresário d'aquela companhia para que se sirva V. Sa., esclarecer-nos se nossas terras devem ser consideradas propriedade pública ou particular. (O ESTANDARTE, 1856, p. 2-3).

Apesar dos contratemplos enfrentados pela Companhia Anil, suas atividades continuavam em ritmo de desenvolvimento normal, cumprindo-se as etapas de aquisição dos materiais e de contratação dos novos serviços, como noticiado pelo *O Observador* (1856, p. 2):

Acabaram de chegar ao nosso porto os seis chafarizes, tubos e ferragem para a caixa d'água do Largo do Quartel encomendados pela Companhia Anil, a qual também agora contratou com o engenheiro Raimundo Teixeira Mendes todas as obras do encanamento desde o sítio do Castro até à cidade, com exclusão da caixa d'água e custos dos chafarizes, pela soma de oitenta e um contos de réis, obrigando-se o dito engenheiro a dar tudo concluído até 6 de junho de 1860.

A matéria estampada pelo periódico *O Observador* encontrava ressonância no relatório do presidente da Província, apresentado na abertura da Assembleia do Senado da Câmara de São Luís. Encontravam-se em estado adiantado os trabalhos da Companhia Anil que, via encanamento, iria trazer água potável do rio Anil sob a administração dedicada do tenente-coronel Raymundo Brito Gomes de Sousa.

De maneira geral, o estado adiantado das obras e o desembarque dos chafarizes vindos da Europa, levou os empresários da comercialização artesanal d'água refletirem sobre os impactos negativos para seus negócios, quando do funcionamento da Companhia Anil. Diante da possibilidade de terem seus lucros comprometidos, vincularam matéria na imprensa da Corte, no jornal *Correio Mercantil* conforme fragmento textual abaixo:

[...] a Companhia Anil, me obriga ainda a falar deste assunto, por ver que o nobre deputado ali, assim como faz aqui seu irmão, o gerente da mesma Companhia, só

tratam de levar confusão a este negócio, que seja lícito dizê-lo, é um fardo, um pesadelo para a Província e para o público desta capital (CORREIO MERCANTIL, 1862, p. 1).

Para rebater as ditas acusações, o presidente da diretoria da Rio Anil fez publicar, também uma longa matéria no periódico local *A Nova Época*:

[...] A companhia sem crédito, a que parece fazer alusão o Sr. Rego, a companhia imaginária, se é a Companhia Anil, da qual sou o gerente, e de seus diretores os Srs. Comendador José Vieira da Silva, Dr. Joaquim Ferreira Vale e honrados negociantes desta Praça J. Duchemin e major José Antonio da Silva Guimarães. E tem por acionista os seguintes nomes sobre eles deve recair a análise do Sr. Rego, e com ele é que nos deve provar porque é que a Companhia não tem crédito (A NOVA ÉPOCHA, 1856, p. 2-3).

Foto 5 – Chafariz da Companhia Anil



Fonte: Pinheiro (2017).

O chafariz fonte d'art acima que pertenceu à Companhia Anil e que após seu desmonte esteve em local ignorado, em 1973 foi comprado pelo governo do Estado do Maranhão e instalado nos jardins do recém-criado Museu Histórico e Artístico do Maranhão no imóvel Solar dos Gomes de Sousa, que pertenceu à família de Raimundo Brito Gomes de Sousa, o gerente e maior acionista da supracitada Companhia. Portanto, o chafariz voltou para casa.

Analisando as matérias de acusação e de defesa, transparece que a acusação tem medo da cidade “nova”, que ia se delineando, moldada pelas mãos de médicos e engenheiros que se empenhavam em consolidar um discurso higienista e de salubridade (FOUCAULT, 1979), como questão *sine qua non* para adentrar no “mundo civilizado” e moderno.

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é

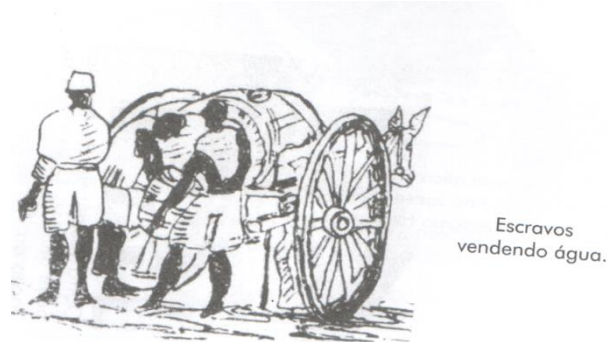
correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio (FOUCAULT, 1979, p. 90).

As estratégias medicinais urbanas dispostas no Código de Postura e nas diretrizes estabelecidas para a implantação da Companhia de Águas encanadas do rio Anil encontraram amparo nas proposições estruturadas por Foucault (1979), que concebeu a medicina urbana - medicina das coisas – como inerente ao ambiente físico onde circulam o ar, a água, os sujeitos, as decomposições e os fermentos; uma medicina das condições, de vida e do meio de existência, o que é corroborado no seguinte texto:

Era um dia abafado e aborrecido. A pobre cidade de São Luís do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. Quase que se não podia sair à rua [...]; as carroças d'água passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem-cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes (AZEVEDO, 1996).

O romance foi lançado em 1881, e nesse ano já funcionava a Companhia das Águas de São Luís, que substituiu a antiga Companhia Anil. Fica claro que o sistema artesanal de distribuição de água sobreviveu às duas companhias. O número de domicílios com água canalizada era de 964 residências; 12 estabelecimentos públicos; e 139 casas com água até a porta, que ainda não consumiam água, além dos chafarizes do Largo do Carmo, Largo do Quartel, Largo de Santo Antônio, Praça da Alegria, Praça do Mercado e Praça do Comércio. As torneiras da Rua da Alegria, Rua da Madre Deus, Rua 28 de Julho, Rua do Ribeirão e dos Remédios (COMPANHIA ANIL, 1881).

Figura 6 – Aguadeiros de Dona Ana Jansen



Fonte: Moraes (2012).

Os aguadeiros de Donana Jansen buscavam as águas nos poços de Vinhais e do Apicum para vender pelas ruas da cidade, fazendo uso das pipas em carroças puxadas por muares e vendidos de porta em porta por 20 réis o caneco. Segundo Moraes (2012), o serviço era feito com a completa ausência dos padrões mínimos de higiene por africanos escravizados “sujos e imundos”. E não existia entre a população indivíduos –capitalistas, comerciantes ou políticos – que pensassem em modificá-lo, pois Ana Jansen com Cunha Santos tinham o monopólio de tal sistema.

A descrição do sistema de abastecimento d’água feita por Azevedo (1996) foi a mesma situação que Raimundo Teixeira Mendes encontrou quando retornou da Europa em 1848, passando a empreender esforços de toda natureza para modificá-la. Enfim, uma luta com várias conotações. A primeira englobava questões política e econômica; a segunda, a modernidade versus a tradição – representada a primeira por Raimundo Teixeira Mendes, suas habilidades, competência técnica e conhecimento científico; a segunda representada por Ana Joaquina Jansen Pereira, poderosa “senhora dona”, que sempre travou grandes embates em várias frentes com uso de métodos violentos.

Então,

O Presidente da Província do Maranhão, usando da autorização que lhe confere a lei provincial, nº 287 de 4 de dezembro de 1850, para promover a organização de uma companhia, e com ela contratar, pelo modo mais conveniente, a execução da obra do encanamento da água potável do rio Anil par esta cidade, e de sua distribuição, por diversas partes dela , por meio de dutos de ferro que comuniquem com um reservatório superior a todos eles; havendo considerado sobre a proposta, que lhe foi apresentada pelo cidadão Raymundo Brito Gomes de Souza para a incorporação de uma companhia, que tome a seu cargo esta empresa; e tendo ouvido o procurador fiscal do tesouro público provincial, resolve celebrar com o referido cidadão Raymundo Brito Gomes de Souza (MARANHÃO, 1856).

Os opositores do presidente da Província, que não eram poucos, estabeleceram alianças secretas para, por todos os meios, inviabilizarem a concretização do encanamento das

águas do Anil. Para além das questões do art. 7º do Decreto nº 1.755/1856, as lutas iniciais foram travadas na Assembleia Provincial em três sessões para a aprovação do Contrato da Companhia.

Nas sessões 26, 26 e 27 aprovou a assembleia em segunda discussão, e com as alterações que mencionamos anteriormente, o projeto de lei, que aprova o contrato celebrado entre o governo e o cidadão Raimundo de Brito Gomes de Sousa, rejeitando o artigo aditivo oferecido ao mesmo projeto pelo Sr. Pereira Cardoso. Na sessão 27 aprovou, em terceira discussão, tal qual passou na segunda, o projeto de lei, que aprova o contrato celebrado entre o governo provincial e o cidadão Raimundo de Brito Gomes de Sousa para o encanamento das águas do Anil, rejeitados os artigos aditivos oferecidos aos mesmo projetos pelos Srs. Padre Camilo e Sotero (O OBSERVADOR, 1856, p. 2).

A imprensa tomou partido nas discussões segundo os vínculos político-partidários de seus proprietários, e redatores-chefes²³ tratavam de desqualificar qualquer discurso – progressista e/ou conservador – dos seus opositores. E os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas, permeadas de interesses econômicos e políticos. Nesse jogo, ficam explícitas as questões alusivas aos poderes exercidos por indivíduos, grupos, empresas, cientistas e comunicadores.

Os proprietários das terras, José Raimundo Nunes Cascais, Caetana Maria D'assunção Cadet e Francisco José Gonçalves Vieira, solicitaram indenização pelo uso das mesmas e conseqüentemente das águas do Anil, tendo em vista que este rio tem suas nascentes nas referidas terras. Alegaram que o seu leito fora feito de forma artificial pelos antigos proprietários do local e que tal obra envolveu grande soma de contos de réis, e ameaçaram embargar as obras caso a Companhia não lhes pagasse os devidos valores. Depois das discussões regulares entre a Companhia e os ditos herdeiros, e ouvindo o Provedor-Mor da Fazenda Provincial, Joaquim José de Moraes, que opinou a favor dos herdeiros, foi a Companhia obrigada pelo juiz Miguel Marcelino Veloso e Gama a pagar uma indenização de 10\$000 rs anuais.

Além dessa situação, outras lutas foram travadas, pois, conforme Viveiros (1954), o negócio da água vendida de porta em porta proporcionava excelentes lucros e estreitava as relações entre Ana Jansen e Cunha Santos que se transformaram em compadres. A esse respeito, o historiador assim se manifesta:

²³ A grande maioria dos jornais estava vinculada a um partido ou a algum político. Os jornalistas, por sua vez, eram políticos, escreviam nos jornais o que não ousavam dizer no Senado da Câmara. Todos tinham formação superior adquirida na Europa e em outras cidades do Império Brasileiro. O jornal O Observador, era dirigido por Cândido Mendes de Almeida; Diário do Maranhão, por Fábio Alexandrino de Carvalho Reis; Temístocles de Aranha, no jornal do Comércio; Jornal da Lavoura, Teófilo Leal Coqueiro; A conciliação tinha o autor do Pantheon Maranhense - Antonio Henriques Leal - como redator principal em parceria com Antonio Rego. O Estandarte era impresso na tipografia do Dr. José da Silva Maia.

[...] Santo José da Cunha, para o seu negócio, abastecia-se de água nos poços de Donana Jânsen, no Apicum e em Vinhais, donde lhe vinha em pipas, conduzidas em carros de bois e em canoas. Das fontes da famosa matrona tornou-se o melhor freguez. [...] Vendiam-na ao preço de dez réis o caneco (18 litros) às portas das casas, aonde vinham nos carros de pipas, com pouca higiene. A fama da excelência da água neutralizava êste defeito. O negócio desenvolveu-se, propiciando bons lucros aos sócios. E foi para não perdê-lo que Ana Joaquina Jânsen Pereira e José da Cunha Santos moveram aquela infernal campanha contra a Companhia das Águas do Rio Anil, fundada pelo engenheiro Raimundo Teixeira Mendes, a qual se propunha a canalizar as águas do Rio Anil para o abastecimento da nossa cidade. A luta devera ter custado bom dinheiro, mas Donana Jânsen era a maior proprietária de prédios urbanos e de latifúndios da Província, e a barraca de José da Cunha Santos já se transformara em armazém de fazendas, cereais e ferragens (VIVEIROS, 1954, p. 426-427).

As empresas da modernidade pouco ou nada fizeram em favor das camadas sociais menos favorecidas. Teixeira Mendes projetou estrategicamente a fixação dos seis chafarizes em pontos cruciais da cidade, como forma de desestruturar o comércio ambulante das águas e possibilitar uma melhor logística no transporte das águas dos chafarizes até as residências, mas esqueceu os moradores dos arrabaldes, que, das ditas empresas, só receberam as construções indesejáveis. Conforme Selbach (2010), o Código de Postura de 1842, em seus artigos 21 e 22, determinava que os curtumes e as fábricas de fogos de artifícios e pólvora fossem edificadas nos subúrbios, como no distrito da Madre Deus e do Apicum por diante.

O Código de Postura²⁴ de São Luís de 1842 encontrava-se permeado por um discurso higienista – salubridade – estruturado em dezessete artigos que abordavam de forma ampla as preocupações com a limpeza das ruas, praças, praias e entulhos; proibía o enterro dos mortos no interior das igrejas, tendo por base a teoria dos miasmas defendida pelo médico e político José da Silva Maia – Dr. Maia, como era chamado pelos seus correligionários. E a implantação da Companhia Anil alinhava-se ao discurso político e intelectual teórico. Não obstante, o jornal *A Conciliação* impresso na typ. Bem-te-vi, do Dr. José da Silva Maia²⁵ circulava constantemente com matérias contra a Companhia Anil.

Embora o discurso higienista/salubridade em forma coercitiva do Código de Postura tivesse como foco os pobres habitantes da capital da Província que fixaram suas moradias no espaço urbano em áreas menos favorecidas, mas, muito próximas das moradas das

²⁴ O Código de Postura não legislou a respeito do sistema de abastecimento e fornecimento de água na cidade. Apenas o art. 57º diz que é proibido lançar o Timbó, ou ervas venenosas nos igarapés, rios, poços e lagos. Transcorridos 24 anos da primeira publicação do Código de Postura de São Luís, foi lançado um novo código em 1866, que também dedicou apenas um artigo à questão da água: “Art. 164º fica proibido tomarem banho, lavarem roupa e animais próximo das fontes, que fornecem água para o consumo público. Aos contraventores a multa de cinco mil réis”.

²² O alcantareense José da Silva Maia foi um dos jovens pertencentes à elite econômica do Maranhão e fez todos os seus estudos na França, para onde foi mandado por seu tutor aos 10 anos de idade (MARQUES, 1870, p. 743-744).

elites e da classe abastada, antagonicamente, a Companhia Anil de Águas não tinha como estratégia favorecer o bem-estar dos pobres. Estes continuariam a buscar água nas fontes públicas espalhadas na região central e periférica/urbana. O único ponto voltado para a distribuição gratuita de água fora seletivamente elaborado pelo poder provincial em comum acordo com os diretores da empresa. E constava no Contrato.

Quadro 7 – Distribuição para as Instituições Públicas

ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS	CANECOS D'ÁGUA
Palácio do Governo	30
Secretaria do Governo	05
Casa dos Educandos Artífices	60
Santa Casa de Misericórdia	30
Tesouro Provincial	10
Quartel de Polícia	70
Cadeia Pública	40
Total	245

Fonte: Adaptado de Companhia Anil (1862).

Como poderemos depreender da correspondência a seguir, os empresários da Companhia esperavam alguns benefícios por parte do presidente da Província:

Illm^o. e Exm^o Senr.

Tendo chegado da Inglaterra no Navio [corroído] por intermedio da Casa Comercial inglesa de Gunston Ede [e C.^a] para a Companhia Anil quinze canudos de chumbo para solda de canos de ferro de sua canalização: rogo a V.Ex^a., que se digne ordenar ao Inspetor da Alfandega que entregue livre de direitos, visto como tem a Companhia esse privilegio. Aproveito-me da oportunidade para apresentar a V^a.Ex^a os meus

Illm^o e Ex.m^o Senr. Dr. Pedro Leão Veloso

D. Presidente da Província

Raimundo Brito Gomes de Sousa

Gerente da Comp^a. Anil (COMPANHIA ANIL, 1861).

Estando na presidência da Província Antonio Cândido da Cruz Machado, as relações da Companhia com o Governo transcorreram em clima cordial e eram bastante próximas, no sentido de que a Companhia Anil se situava numa posição de grande dependência em relação ao Presidente da província e ao Senado da Câmara de São Luís. A Companhia nada deliberava sem a anuência do governo que cercava seu funcionamento administrativo, projetos, movimento financeiro e capital. Seu funcionamento dependia do governo, que exigia o envio de relatórios, balancetes e pareceres da Assembleia dos Acionistas²⁶ em que tinha assento o

²⁶ 1) “Senhores Acionistas. Pela segunda vez vem esta Diretoria, em conformidade do artigo 22 dos Estatutos, dar-vos conta do estado e andamento dos trabalhos, do seu movimento de fundo e das deliberações por ela tomadas até o fim do mês findo. Ao último relatório que lhes fora apresentado na reunião de 20 de janeiro de 1857, tens pouco a acrescentar graças a marcha regular dos trabalhos. Começaremos pondo os fatos das deliberações que tens, demandas, passando depois a dar outra de que julgar-me submeter a vossa ilustrada consideração: 1) A

procurador fiscal do Tesouro Provincial.

Com a alternância dos presidentes da Província após Cruz Machado, quase sempre as relações transcorriam de forma amistosa. Porém, em algumas ocasiões, é notório certo desentendimento através da troca de correspondências entre o diretor da Companhia do Anil e o presidente da Província. Isso ocorria quase sempre quando havia problemas de ordem financeira, nos quais a Companhia se julgava desprestigiada ou prejudicada nos seus interesses econômicos. A exemplo:

Transmito a V. Exa o mapa junto dos juros semestrais o que em virtude do artigo 12 do contrato de 3 de março de 1856 celebrando com o governo da Província por mim tem direito os acionistas da Companhia Anil. Mando da autorização que me foi [cumprida] pela Diretoria em sua sessão de 10 do corrente, rogo a V. Ex^a que depois do examina-lo, haja de ordenar ao Tesouro Provincial que me seja paga a sua importância em tempo competente (COMPANHIA ANIL, 1857).

Por outro lado, o Palácio do governo evidenciava sua ascendência sobre a Companhia e fazia as relações funcionarem²⁷, pois o Tesouro Provincial era o maior acionista

elevação dos preços das tarifas da escavação; 2) A mandar vir da Inglaterra, seiscentos braços de cano de ferro; 3) A comprar os materiais, precisos para as obras de pedreiro e carpina que se vai começar, fazendo e alugando os armazéns, que forem parceiros para sua arrecadação; 4) A oficiar a presidência pedindo que dessa ordem ao Tesouro para fazer as entradas de fundo por conta das ações da Província independente da nova deliberação sua; 5) A dar o maior impulso possível aos trabalhadores da escavação; 6) A mandar cópia em um livro especial aos Relatórios apresentados a Assembleia Geral bem como os pareceres da Comissão de exame de contas visto não ter ela mandado transcrever no seu livro das atas, o relatório anterior; 7) A contratar o fornecimento de tijolos especiais que devem servir para abobadar os canos; 8) A mandar vir da Europa a bomba exigida pelo Engenheiro; 10) A oficiar um engenheiro encarregado da direção da Companhia pedindo-lhe informações exatas, sobre as obras e seus cargos; 11) A impor a multa correspondente aos acionistas que fizeram sua entrada, depois do prazo para ela marcado de conformidade com o artigo 8 dos estatutos. 12) A anunciar-vos que ficará marcado o prazo de quinze dias a contar de 15 de maio, para a terceira entrada de fundos, que já se efetuou e finalmente a convocar-vos, para esta reunião.

2) Temos cento e vinte tantos trabalhadores empregados, número este que absorve grandes somas, porém marcham os trabalhos com tal rapidez que a escavação, que em parte tem chegado a ter treze metros de profundidade, metade seguramente em pedra, estar hoje em concluída em mais de meios ocupando seus trabalhos, cerca de duas terças partes do terreno. Novas explicações têm sido feitas dando em resultado novos rumos que além de encurtar a distância tem diminuído a escavação que haveria se seguisse o primeiro, melhoramento estes filhos do conhecimento exato do terreno.

3) A encomenda feita para Europa de cem metros cúbicos de cimento para o revestimento em torno dos canos de alvenaria, que haviam sido calculados em cinco contos de reis, não pode importar em mais de quatro, a vista do preço porque vieram dois terços, já recebidos e que foram armazenados nos armazéns do Anil e nos dar casa da residência do Gerente que de bem os pós a disposição da Companhia. Haverá por tanto uma economia de um conto de reis, pelo menos, graças ao zelo do Acionista que se encarregou de mandar ver esta encomenda. Marchando com rapidez os trabalhos da escavação, e devendo acontecer o mesmo com um dos canos, em cujo terreno, temos a terra, a água, e quase toda pedra precisa já tirada, reconhecemos a necessidade de encomendar logo os canos de ferro que devem ligar nas bacias de alvenaria, e desta encomenda se encarregou o acionista Clemente José da Silva Nunes, mediante a comissão de nove por cento e o recebimento de quatro centos de reis adiantados. Tem o prazo de anunciar-vos que apenas dois dos senhores Acionistas ultrapassaram, em uma das prestações, o prazo marcado para elas por razões que aceitamos, não os isentando com tudo da multa correspondente, visto como não nos é lícito alterar o desposto no art. 8 dos estatutos e cheios de confiança como sabeis, espero como nos és excelentes resultados que esta empresa tem necessariamente de oferecer-lhes.”

²⁷ A Companhia do Anil sempre solicitava ao governo a liberação sem taxas alfandegária dos materiais importados da Inglaterra. O governo atendia as solicitações tendo em vista o fornecimento de água gratuitamente as intuições públicas. Mas tal fornecimento já estava previsto no art. 9º do Contrato nº 1.755 de 1856.

com 400 ações. Em 1861, a Anil dirigiu um ofício ao então presidente da Província, Francisco Primo de Sousa Aguiar, com a pretensão de firmar a sua posição e ponto de vista concernentes aos problemas da qualidade e frequência das águas nos chafarizes. A Companhia deixava claro que não estava disposta a abrir mão dos privilégios que lhe concedia a lei, e explicitava:

A Diretoria da Companhia Anil, tendo procedido as diversas experiências, o resultado delas que as águas vêm com regularidade e abundancia aos chafarizes desta cidade, pelo que a companhia está habilitada para venda de água no dia 1º de janeiro vindouro; assim o participo a V. Exª para seu conhecimento, e afim de que só sirva mandar previamente examinar as obras, em ordem a tornar-se efetivo o privilégio do fornecimento das águas que gera a Companhia pelo seu contrato (COMPANHIA ANIL, 1861).

Inesperadamente a presidência da Província recusou o recebimento das obras da Companhia e nomeou uma Comissão que iria avaliar o empreendimento. A decisão do governo estabeleceu uma relação bélica “velada” entre ambos e atingiu o ponto máximo na gestão do governo de Antonio Manuel de Campos Mello.

No início as relações da Companhia Anil eram de parceria estratégica com o governo, como evidenciam as correspondências enviadas pelo Dr. João da Silveira de Souza, presidente da Província, oferecendo as ações da empresa do Anil para sua maior opositora Ana Joaquina Jansen Pereira, na tentativa de neutralizar a referida ameaça, mas ela respondeu de modo lacônico:

Illmº Senr.Dr. João da Silveira de Souza
Respondendo a Carta que V.Exª se dignou-me escrever em data de 4 do corrente, tenho à declarar à V.Exª que não me é possível por ora [corroído] para ações da Companhia Anil de que V.Exª trata na referida carta.
Sou com a maior estima e respeito.
Maranhão, 8 de novembro de 1859
De.V.Exª
[corroído]
D. Anna Joaquina Jansen Pereira (COMPANHIA ANIL, 1861).

A recusa categórica de Ana Jansen significava que, mesmo com a construção da Companhia Anil, ela pretendia continuar com seu sistema de abastecimento d’água que marcou São Luís durante o século o XIX suprimindo os imponentes casarões dos senhores ricos e da classe abastada com o sistema da fonte de Vinhais. Para tanto, lutaria em várias frentes: política, imprensa e pela força física para deslocar os chafarizes da cena urbana da cidade e manter suas carroças d’água em primeiro plano nas vias públicas da cidade e em todos os pontos com a venda de água, como excepcional estrategista. Então,

[...] pacificamente, Mendes ergueu a roda hidráulica no Anil, construiu o cano de alvenaria condutor da linfa ao Campo d’Ourique, levantou aí depósitos, derivou dele o encanamento de ferro para os seis bonitos chafarizes importados da Inglaterra e

localizados nos Largos do Quartel, do Carmo, de Santo Antonio e Praça da Alegria, Mercado e do Comércio. [...] ai Donana Jansen entrou na dança. [...] Ainda não tinham decorrido oito dias da inauguração da Companhia das águas do Rio Anil, e aparecia boiando nas águas do depósito do Campo d’Ourique um gato morto, já em putrefação (MORAES, 2012, p. 49)²⁸.

No relato de Viveiros (1954) existem alguns equívocos: o nome da empresa no período de 1855 a 1867 era apenas Companhia Anil, conforme o Decreto Imperial nº 1.755, de 26 de abril de 1856, que aprovou os Estatutos da Companhia; a localização dos chafarizes para o abastecimento de água, de acordo com o Contrato assinado em 3 de março de 1856, que em seu artigo 5º estabelecia o Campo d’Ourique, os Largos do Carmo, São João e Santo Antonio; Praça do Mercado e na Praça do Açougue Velho. Somente nos anos de 1880 é que o chafariz do Largo de São João seria removido para a Praça da Alegria (Anexo D), em virtude de uma deliberação da Assembleia.

Quanto ao gato em estado de putrefação, jogado na caixa d’água no Campo d’Ourique, após pesquisa exaustiva nas fontes documentais, nos relatórios da Companhia, periódicos e registros da polícia, nada foi encontrado alusivo ao fato.

Após a inauguração da empresa, o Sr. Ex-Conselheiro Antonio Manuel de Campos Mello, presidente da Província, não recebeu as obras da Companhia e nomeou uma comissão²⁹

²⁸ Conforme Relatório enviado ao Palácio do Governo em dezembro de 1861. “[...] Obrigados os arrematantes por si, por seus fiadores, a conclusão das obras que deviam entregar em fevereiro próximo passado, sob pena de multas severas iguais às que pagam a Companhia se por ventura as obras, por culpa sua se não concluíssem dentro do prazo convencionado, caminhavam elas rapidamente para o seu [serviço], quando a chegada aqui de uma das máquinas a vapor de que carecia, perdeu-se o navio que a trazia a bordo, sendo [baldados] os esforços que para [acelerar] fizeram o Governo e a Companhia. Teve, portanto, a Companhia de ceder à arrematante prorrogação de prazo até a chegada da nova máquina, que foi imediatamente [corroído].”

²⁹ Por se recusar a receber as obras da Companhia Anil e, conseqüentemente, não ter pago os juros devidos aos acionistas conforme estabelecido no Contrato, Gomes de Sousa – Souza, deputado provincial da bancada maranhense na Corte, usou a tribuna da Assembleia Geral Legislativa para denunciar o corrido.

“[...] Em poucas palavras, a sua conduta para com a Companhia Anil, pela posição insular da capital do Maranhão, pelo terreno elevado em que é [sita] e pela sua posição em um dos extremos da ilha foi preciso, querendo-se abastecê-la de água potável, construir encanamento longo e dispendioso, ajudados de máquina a vapor. Depois de lutar durante cinco anos com dificuldades inerentes à natureza do objeto e a nossa inexperiência na matéria, a companhia encarregada da construção das obras terminou-as felizmente, excedeu apenas de alguns meses, e por motivos de força maior, o prazo marcado para a conclusão dos seus trabalhos. Pela extensão dos encanamentos, pelas dificuldades peculiares do terreno que eles atravessam, afim de levantar as águas a altura conveniente, é a primeira e principal obra que nesse gênero temos hoje no Brasil”.

Entretanto, senhores, essa obra, que há custo de 300 contos à província, de que 100 pertencem ao governo, o Sr. Major Aguiar empregou todos os meios para arruinar! [...]. As obras do Anil estão concluídas; o governo só tinha que aceitar e mandar pagar os juros que haviam sido garantidos à Companhia; ele, porém não as aceitou. Nomeia uma comissão, e essa comissão, senhores, que deve examinar obras hidráulicas de primeira ordem, de nomeação um major de engenheiros pelo Presidente da Província, é composta de curiosos que nada entendem de engenharia! Os engenheiros da província, dir-se-á, são parentes, são amigos, são interessados na Companhia Anil; é verdade; mas os membros da comissão são os mais encarniçados inimigos da companhia, são os vendedores d’água cujos interesses devem ser contrariados logo que triunfem os direitos da Companhia, que, por seu contrato, tem a venda exclusiva d’água.

[...] Sobre a Administração do Sr. Conselheiro Campos Mello, seu procedimento para com a Companhia Anil tem sido o mais reprovável. As obras no conceito de S. Ex. são gigantescas, entretanto ele não as aceita! As águas são salobras; S. Ex. as bebe em Palácio, e, entretanto, nomeia comissão para examinar a qualidade delas! Há dois

composta por Francisco Cesar de Sousa Amaral, João Antonio dos Santos e Joaquim Luiz Simões Lírio, para examinar as obras da Companhia Anil. A nomeação respondia ao movimento político articulado pelo partido antagônico à Companhia.

Os integrantes da Comissão não eram engenheiros, não entendiam de máquinas a vapor e entre eles havia proprietários de fontes d'água. Joaquim Luiz Simões Lírio era um dos maiores comerciantes d'água no modelo artesanal de suas fontes do Gavião, o comprova a matéria do periódico *A Coalizão*, de 28 de junho de 1862, que publicava o parecer do cirurgião – mor, José Silvestre dos Reis Gomes, de que as águas da fonte do Gavião de propriedade do Sr. Joaquim Luiz Simões Lírio, eram impróprias para o consumo, em função da proximidade com o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Uma segunda evidência foi encontrada no Relatório da Companhia Anil, enviado ao presidente da Província “[...] todos os poços de que se abastece a cidade são descobertos, incluindo o do membro da comissão Joaquim Luiz Simões Lírio, que é um dos maiores vendedores de água” (COMPANHIA ANIL, 1862).

Com o propósito de justificar a não aceitação das obras da Anil, o periódico oficial publicou o Relatório da Comissão, nele destacando alguns pontos para neutralizar o discurso de Gomes de Sousa na Assembleia Geral Legislativa, quais sejam:

Que as águas dos Chafarizes são diferentes das que correm no rio Anil; que as águas bebidas por S. Ex. Conselheiro Campos Mello são postas em repouso e depois coadas; que o Sr. Deputado Gomes de Sousa é irmão do gerente da Companhia Anil e que o gerente da Companhia tem ações beneficiárias e capitais empregados na empresa (PUBLICADOR MARANHENSE, 1862, p. 2-3).

Os articuladores contrários à Companhia, dotados de interesses específicos, mantinham o antigo sistema artesanal de abastecimento d'água que lhes proporcionava grande lucro, expansão do capital e colocavam-se na arena mobilizando grandes forças – a imprensa, a política e a força física³⁰ para imobilizar as ações operacionais e gerenciais do empreendimento de canalização de água do Anil.

Na perspectiva teórica de Bourdieu (1989), o campo é o espaço político. O lugar de uma ampla disputa pelo poder que se concretiza via articulação entre o monopólio de discursar e operar em nome de seus aliados. É nesse sentido que o Dr. Maia acionou, no Senado da Câmara Provincial de São Luís, as obras do sistema de esgoto da Empresa:

meses que escrevi para o Maranhão: - Não façam representações, não se cansem; não é lá, é aqui, na Câmara dos Srs. Deputados, em maio ou junho, que se há de decidir se as águas que correm no rio Anil são potáveis ou não” (A COALIÇÃO 1862, p. 2-3).

³⁰ “Inimigos cheios de ódio contra a Companhia, que supunham perdida, o qual com surpresa, viram concluir seus trabalhos, tentaram-na arruiná-la. Miseráveis são comissionados para entupir a origem dos encanamentos e fazer os canos arrebentar logo que as bombas começassem a funcionar. Outros quebram e destroem chafarizes no interior da cidade.” (A COALIÇÃO 1862, p. 2-3).

A questão suscitada pela Câmara Municipal da capital, contra os canos de esgoto mandados abrir pela Companhia Anil, foi decidida pela autoridade competente conforme era de esperar. A Câmara Municipal não exerceu a sua vingancinha; o Dr. Maia não levou avante os planos da sua alminha pequeninha (A COALIÇÃO, 1862, p. 3).

O grupo mandatário dos “aguadeiros ambulantes” não se abateu com a derrota na Câmara e reagiu para desestabilizar o engenheiro idealizador e responsável pelo projeto de encanamento das águas do Anil. A base do discurso era o ataque ao prestígio que o referido engenheiro desfrutava no Palácio do governo e em outras esferas do poder local. Teixeira Mendes também era acusado de nepotismo e de incapacidade técnica para executar as suas obras, como segue:

[...]. Quanto melhor seria, que uma bem-intencionada e econômica administração diminuísse a despesa de mera afilhadagem e se deixasse de pregar tanto pela abertura de estradas, navegação a vapor e outros dessa ordem. O que tem feito e o que faz o administrador de obras públicas? Quis ir a Caxias visitar sua família, apareceu por encanto a estrada de Teresina. A utilíssima fonte do Apicum, que fornece de tudo a população exceto de água. [...] Pergunta-se em que se emprega o Sr. Diretor das obras públicas com um ajudante e dois escriturários, não se sabe. O senhor Torquato Teixeira Mendes, que veio de França é primo do Sr. Raimundo Teixeira Mendes, está engenheiro da estrada de Teresina, que já foi feita, e que ainda se há de fazer (O ESTANDARTE, 1854, p. 2).

A matéria exposta no *O Estandarte* não entendia as categorias de “progresso” que vinham no bojo da modernidade que, paulatinamente, estavam desembarcando na capital da Província, e as transformações que essas construções poderiam operar de forma objetiva nas relações sociais da população de São Luís, que necessitava incorporar estes novos produtos: navegação a vapor, água potável canalizada mecanicamente e o canal de Arapahy. Modernidades que, ao longo da segunda metade do século XIX, iriam provocar nova estruturação social urbana. O outro vértice da matéria incorporava elementos permeados de objetividade política, instituições e autoridades, ou seja, a Secretaria de Obras Públicas e suas relações – capital social – com as mais altas instâncias governamentais da Província que o mantivera no cargo desde a época da gestão de Eduardo Olímpio Machado. E explicitamente o “texto” não aceitava como naturais essas relações e sua permanência no cargo. Antes, denunciava como promíscua e prejudicial ao “desenvolvimento” da Província e aos cofres públicos. Teixeira Mendes não se deixou intimidar e reagiu publicando uma longa matéria, da qual se apresenta esta síntese:

O azedume com que sou tratado não me agasta; já estou acostumado com as amenidades do "Estandarte". Fui mimoseado com a sua afeição desde que mereci alguma estima do falecido Presidente Dr. Machado. Em correspondências, nos jornais do Rio, fui destoado por gente do "Estandarte", e neste jornal fui amargamente

agredido, sem motivos. Entretanto, eu chegava a esta Província alheio a todos os ódios de partidos, decidido a não tomar parte ativa na política; [...] pois que ninguém tinha o direito – razão – de ajuizar de minha pouca capacidade?" "Abusei da paciência do público, e peço-lhe perdão, mas era necessário provar ao "Estandarte" que, não procurei e nem desejo agredi-lo; ataquei informações exatas (VIVEIROS, 1954, p. 215).

O fator mais agravante nas relações de poder de Teixeira Mendes com o Palácio de Governo foi a nomeação de seu primo Torquato Teixeira Mendes, por ter cursado, também em Paris, Engenharia na Écoles de Pontes e Calçadas. Seus opositores compreendiam o seu poder político para a nomeação, sobretudo esse poder simbólico na luta pelo controle, armazenamento e pela distribuição das águas na área urbana da capital. Era esse poder que precisava ser desestruturado, assim pensavam os donatários do antigo regime das águas, sob risco de perderem seu poder “legítimo” adquirido em lutas anteriores.

Para desestruturar o discurso publicado no *Estandarte*, a diretoria da Anil – Joaquim Serapião da Serra, Raymundo Teixeira Mendes, Joaquim Gomes de Macedo, J. Duchemin e Raymundo Brito Gomes de Sousa, invocara seus direitos de exclusividade na venda d’água em conformidade com o contrato celebrado com o governo provincial:

[...] A contar do dia 3 de junho próximo vindouro, ninguém mais poderá vender água senão a Companhia, seus agentes ou aqueles que para isso a comprarem nos chafarizes. Desde hoje até o dia 03 de junho, dará a Companhia água de graça a toda a população da capital, findo este prazo, continuará a venda à razão de 20 réis por cada caneco, e quatrocentos réis por pipa (A COALIÇÃO, 1862, p. 4).

Com a instalação dos chafarizes nos principais logradouros e posteriormente as instalações de torneiras em áreas periféricas na Rua da Madre de Deus nas proximidades do centro, o moderno sistema de distribuição de água principiava desestabilizar o monopólio do antigo sistema e oferecer mais qualidade na água potável consumida pelos ludovicenses. Embora a Companhia Anil enfrentasse inúmeros percalços no desenvolvimento de suas ações técnicas e administrativas, fica evidente que o grupo Jansen & Santos não teria mais o controle da distribuição da água. Este será o assunto analisado na próxima seção: as crises enfrentadas durante as tentativas de consolidação e expansão do sistema de abastecimento d’água que vai se estender da etapa chafarizes à canalização das águas para o interior das residências dos ricos senhores maranhenses.

6.3 As crises da Companhia Anil

A problemática situação do abastecimento de água em São Luís, no século XIX, esteve sempre à espera de que o poder público a solucionasse. As tentativas foram inúmeras e todas infrutíferas até o desembarque de Teixeira Mendes na cidade, em 1849, que assumiu a direção da Repartição de Obras Públicas, em 1852, e elaborou o projeto de canalização das águas do Anil com o objetivo de pôr fim à falta deste recurso. O projeto foi concretizado parcialmente em 1856 e finalizado seis anos mais tarde, estabelecendo novas diretrizes e estratégias para o abastecimento de água³¹. Contudo, estas foram os motivos das instabilidades pelas quais passou a Companhia, da celebração do contrato à inauguração dos chafarizes.

O ápice da crise ocorreu na gestão do governo de Antonio Manuel de Campos Melo, que não reconheceu as obras da Companhia como concluídas, por conveniência política. Após efetuar essa ação, Campos Melo imediatamente constituiu uma comissão para verificar *in loco* todas as instalações, que descrevem o seguinte:

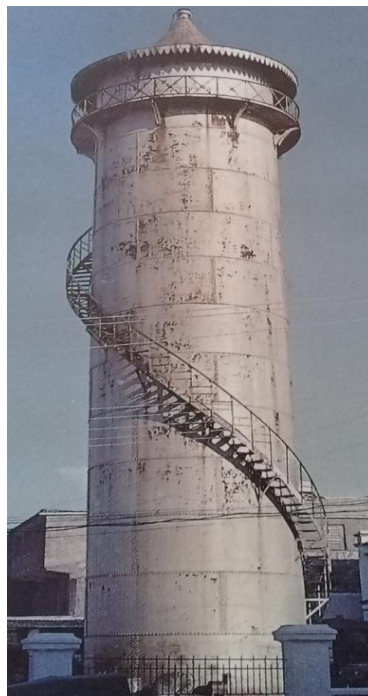
[...]. Os canos de alvenaria necessitam de uma porta que vede introduzir-se qualquer imundícia que vá obstruir os canos. Esta preocupação deverá ter sido tomada antes de principiar-se a venda d'água nos chafarizes. Também a falta de fiscalização em toda extensão do curso do rio Anil acima da represa, em ordem a evitar que se continue ele a prestar-se para lavagem de roupas e outros mistérios. A casa da máquina do morro do Castro falta o reboco das paredes. A caixa d'água no Campo de Ourique tem o grande inconveniente de ser facilmente acessível e prestar-se, descoberta como é, a ser depósito de quanta imundice lhe quiserem lançar (COMPANHIA ANIL, 1862).

O processo de avaliação foi realizado em duas etapas: uma consulta aos documentos da Companhia, os planos, descrições técnicas das obras e orçamentos em vista dos quais havia sido assinado o termo de contrato, o que facilitaria a orientação da Comissão em verificar se as obras feitas estavam de acordo com o Plano aprovado pelo governo provincial, mas o projeto original fora modificado, conforme o artigo 4º do Regimento: “[...] a companhia, porém poderá fazer as modificações, que forem aconselhadas pelos melhoramentos modernos, ou pelas circunstâncias resultantes de sua execução” (COMPANHIA ANIL, 1862). Portanto, o referido Plano bem como o orçamento em nada serviu à Comissão.

³¹ A Companhia Anil, foi criada no dezenove, quando as questões sanitárias na Província se resumiam a tigras, vasos e bacias de porcelana e a água vinha das fontes públicas e de poços situados nos quintais, e as chamadas doenças tropicais assolavam a população da capital. As doenças transmitidas pela água obedeciam a duas condições: a primeira, ligada à água não tratada (das fontes contaminadas) e à falta d'água e higiene pessoal. A segunda condição ocorreu, segundo Barros *et al.* (1995), por insetos que tem nas águas paradas seu habitat. As patologias transmitidas são respectivamente: diarreias, disenterias e cólera; giardíase; amebíase; infecções na pele e nos olhos, como tracoma e o tifo, relacionado com piolhos, e a escabiose; e malária, febre amarela, dengue e filariose (elefantíase).

Na avaliação de campo, os itens verificados foram: represa, casas de máquinas e demais obras isoladas de alvenaria; encanamentos; máquinas; a caixa d'água e chafarizes. A caixa d'água estabelecida no campo d'Ourique era composta de dois compartimentos divididos por meio de uma parede de 6 palmos de espessura, tendo as laterais 4 ½ palmos para cima com a inclinação de 2:12. A sua altura interior é de 20 palmos e a exterior de 11, o que no entender da Comissão tinha o grande inconveniente de ser facilmente acessível e prestar-se, descoberta como estava, a ser o depósito de quanta imundícia lhe quisessem lançar.

Figura 7 – Caixa d'água da Companhia Anil no Campo d'Ourique (atual Parque Urbano Santos)



Fonte: Silva (1998). A foto é de 1972 quando a caixa já era propriedade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Maranhão.

Enfim, o parecer e o laudo técnico de todos os itens avaliados apresentaram problemas de inúmeras ordens.

Tendo por base as informações da Comissão, o presidente da Província não recebeu as obras da Companhia e enviou a sua diretoria o seguinte despacho:

1ª Seção. Palácio do Governo do Maranhão, 7 de maio de 1862.

Em resposta ao ofício, que Vmces. me dirigirão com data de 2 do corrente, comunicando-me que as águas dos chafarizes já estão boas, e por isso julgam ter chegado o momento de pôr-se essa execução o seu privilégio, tenho a dizer-lhe que, a vista do parecer da Comissão médica e de outras pessoas habilitadas, a quem julguei conveniente ouvir a este respeito, e uma vez que a Diretoria assine um termo, em que se declare 1º que a Companhia se obriga a fazer a cobertura da caixa d'água sita junto ao quartel do Campo D'Ourique. Colocar em cada chafariz os quatro lampiões, e a realizar estas duas obras no prazo de seis meses, que poderá ser elevado a mais três,

sendo mandado fazer à custa da Companhia (COMPANHIA ANIL 1862).

Para a Companhia, os consertos só poderiam ser feitos mediante novo acordo com o governo, que lhe garantisse a prorrogação do prazo, o que foi indeferido, tendo a empresa que recorrer à Assembleia Legislativa Provincial para conseguir novo prazo. Além do mais, considerava ainda que teria de sacrificar as reservas³² particulares da diretoria e deixaria de pagar os juros dos acionistas, para realizar os reparos ordenados pelo governo.

A Comissão não tinha imparcialidade, uma vez que tinha inimigos políticos e comerciais da Companhia Anil, entre eles Joaquim Luiz Simões Lírio, que era um dos maiores vendedores d'água. Portanto, tudo indica que o Relatório teve a intenção clara de adiar o pleno funcionamento da Companhia Anil em relação ao abastecimento de água de São Luís. E um dos itens mais agravantes do relatório referia-se à qualidade das águas e seu acondicionamento na caixa d'água no Campo d'Ourique. Outro aspecto apontado no documento relacionava-se à administração das obras: “a incapacidade da direção da empresa em controlar as atividades domésticas e laborais praticadas pela população ribeirinha as margens do rio Anil”. Por último, o Relatório também apontou partículas ferrosas nas águas³³. O laudo apresentado pela Comissão de inspeção³⁴ dizia, grosso modo, que a citada empresa era um contradiscurso nas metas e objetivos da política higienista da Província, pois a água tinha impurezas.

O Relatório, que foi amplamente divulgado, teve reflexos nas finanças da Companhia; a diretoria usou como estratégia a distribuição de água de forma gratuita por um mês, para toda a população, para conseguir ganhar a confiança de seus consumidores e validar a qualidade da água. Contudo, no viés político administrativo, quando a diretoria solicitou o pagamento dos juros de suas ações ao Tesouro Provincial, teve seu pedido parcialmente negado.

A diretoria da Companhia Anil, nos termos da 2ª parte do art.12 do respectivo contrato, pede que lhe sejam pagos os juros convencionados, vencidos no 1º e 2º semestres do ano findo, na importância de 24:000\$000 rs. Informe o tesouro Público

³² A Companhia estava sem capital de giro em função de uma despesa inesperada com uma máquina a vapor inglesa importada. Mas o navio que a trazia a São Luís “perdeu-se” em pleno oceano. Incidente que forçou a Companhia a fazer a aquisição em caráter urgente de uma nova máquina.

³³ Para manter a qualidade das águas e a integridade das obras, a Diretoria da Anil solicitou ao governo dois soldados: um para guarda do reservatório de água na cidade, até que fosse possível realizar a sua cobertura; e outro para o Anil, até que a população tivesse educação suficiente para não mais lavar roupa e nem lançar imundícies.

³⁴ A “guerra” estava declarada entre a presidência da Província e a Companhia Anil, que rechaçou a Comissão de inspeção das suas obras, bem como os seus integrantes. Tais manifestações, num primeiro momento foram feitas na imprensa local, na da Corte e finalmente na Assembleia Geral Legislativa no Rio de Janeiro em um longo discurso feito por Joaquim Gomes de Sousa – deputado provincial pelo Maranhão. Discurso que já foi reproduzido anteriormente, e cujo destaque foi o questionamento a respeito da competência técnica da Comissão, pois nenhum dos seus integrantes tinha a formação em engenharia, portanto, não tinham competência para emitirem seus pareceres a respeito das obras, dos equipamentos e instalação da Companhia. O segundo destaque diz respeito às alegações políticas. Isto é, à perseguição feita pelos presidentes: Francisco Primo de Sousa Aguiar e Antonio Manuel de Campos Mello.

Provincial com urgência (COMPANHIA ANIL, 1862).

A resposta negativa do presidente da Província foi baseada no parecer fiscal do procurador do Tesouro Provincial, por entender que, nesse período, não tinha havido fornecimento d'água na empresa:

A vista da informação do Tesouro Público Provincial, firmada no parecer do Doutor Procurador Fiscal, e da terminante e clara disposição do artº 31 da lei nº 609 de 21 de setembro de 1861, a suplicante só tem direito aos juros vencidos de 1º de janeiro até o 4 de março do mesmo ano. Palácio de Governo do Maranhão. 8 de Abril de 1862. Antonio Manoel de Campos Mello (COMPANHIA ANIL, 1862).

Todavia, os litígios entre o governo e a Companhia Anil não eram superados, pois ambos apresentavam pensamentos divergentes. Esse aspecto era alimentado veladamente pelas relações sociais e políticas construídas no passado com os proprietários das fontes d'água e seus defensores. Nesse cenário, se a empresa conseguisse consolidar-se, as formas tradicionais de abastecimento tenderiam a ser deslocadas da cena socioeconômica cotidiana, o que conduziria seus proprietários à perda de suas relações de dominação e privilégios. Os proprietários, para não abdicarem de seus mandos e posições, aplicavam severas ações coercitivas ao empreendimento, para legitimarem pela força – física e política – seu espaço no cenário econômico. Tais aspectos foram denunciados no seguinte Relatório apresentado na Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia Anil (Apêndice E):

Em consequência de alguns atos de vandalismo praticados nas obras do encanamento para inutiliza-las e que conheceis, dirigimos ao Digno Chefe de Polícia interino, pedindo-lhe providências imediatas e enérgicas, por que isso dependia o futuro de uma empresa que atento às dificuldades de nossas obras e capitais empregados, e hoje no seu gênero, talvez a primeira do Império e que simboliza o trabalho, a coragem, a confiança finalmente nas associações visto como esteve, desde o seu começo, cercada sempre da mais violenta oposição de pessoas de mesquinhos interesses particulares (COMPANHIA ANIL, 1862).

O desabafo denúncia da Companhia, no Relatório de 1856, já circulara anos atrás pelas páginas do periódico *O Observador*,³⁵ registrando que, no ato da assinatura do Contrato, houve uma discussão articulada calculadamente pelos Anapurus, tendo a sua frente Sotero dos Reis, mestre em latim, Dr. Caetano José de Sousa, e o tenente coronel José M. Barreto, com o objetivo de impedir a assinatura.

³⁵ No periódico *O Observador* escrevia Cândido Mendes de Almeida, que foi o mais odiado inimigo de Ana Jansen, e a quem coube maior soma de injúrias e ultrajes. O jornal *O Guajajara*, de propriedade da Matrona, publicou em matéria de capa a sua biografia que o desqualificava em todos os aspectos. E as agressões não foram apenas nas páginas do jornal. Foram agressões físicas: retirado do teatro em noite de espetáculo, arrancado a força do vapor que o levaria ao Rio de Janeiro para tomar posse com deputado provincial na Assembleia Geral Legislativa. O curioso nesse processo é que Cândido Mendes quando escreveu a respeito da Luta entre a Companhia Anil e Ana Jansen nunca mencionou o nome da referida matriarca. Por certo, adotou tal postura para sua própria sobrevivência frente ao ódio dos Jansen.

Ninguém tinha feito guerra mais sistemática à Companhia, aberta e velada, como João Gualberto da Costa, Presidente da Caixa Filial, que havia utilizado sua posição para dificultar aos acionistas da Empresa Anil transações com a referida Caixa Filial. Para além dessa violência simbólica, existia a violência ao patrimônio material da Companhia, obstrução em vários pontos do encanamento, impedindo a passagem d'água até a caixa no Campo de Ourique, obstrução dos canos que ligavam os chafarizes à rede geral. Nessas circunstâncias, a água deixava de ser fornecida e acarretava incontáveis prejuízos aos seus empresários, mas a firma Pereira Jansen & Santos Cunha atendia livremente a população.

Sem a comercialização da água e com a necessidade de reparar os danos causados por vândalos e finalizar o acabamento das obras dos chafarizes que haviam sido objeto de uma ação da Câmara para obstruir a construção dos esgotos, os reparos e melhorias ficaram comprometidos. No aspecto segurança, a diretoria solicitou a autorização ao Chefe de Polícia para organizar seu próprio grupo de segurança armada para policiar mais de doze quilômetros por entre matas fechadas, capoeiras e terrenos alagadiços, sugestão aceita e autorizada pela chefatura de polícia. Porém, em uma rápida manobra dos opositores da Companhia, a concessão foi cassada por meio de ofício do Presidente da província ao Chefe de Polícia, ato que deixou o patrimônio da empresa vulnerável aos atos de vandalismo e contaminação das águas.

Por falta de pagamento dos juros devidos à Companhia pelo Tesouro Provincial e sem a venda d'água, a empresa ficou em situação financeira tão frágil que obrigou o seu presidente a fazer a abertura de um crédito particular para usar o capital na própria Companhia a qual já devia quatro contos de réis, e cuja situação financeira apresentava tendências negativas, conforme podemos constatar no trecho seguinte:

O gerente da companhia que além de estar ainda em grande parte, no desembolso do dinheiro que sem juros emprestou a companhia no ano findo, e sem receber ordenados desde 1º de janeiro de 1860 até dezembro de 1861, dos quais a favor da companhia havia desistido, sacrifício este que vós tão dignamente hesitasse na última reunião, não recebe também ainda um só réis de seus ordenados neste semestre, partilhando conosco a falta de recebimento de juros de seus fundos capitais, desde janeiro de 1860. O engenheiro da Companhia Dr Francisco Gomes de Souza, pediu exoneração de seu cargo, nós a aceitamos, pela razão de que o nosso digno colega Dr Raimundo Teixeira Mendes, ofereça a Companhia seus serviços também na qualidade de Engenheiro, resultando daqui a economia de um conto de reis anuais (COMPANHIA ANIL, 1862).

No contexto político, entraves financeiros e sistemáticas ações de violência que se formaram em torno da Companhia começaram a desestruturá-la internamente a partir do seu alto escalão. Todos os problemas em que estava envolta eram frutos de um determinado poder que passou a ser exercido de forma concreta, operacionalizando todas as suas técnicas de modo detalhado, para que o inimigo – a Companhia Anil – não tivesse a menor chance ao cair em sua

mais fina e requintada malha, quando das lutas cotidianas para se desvencilhar e tentar sobreviver. Esses “tentáculos” do poder concretizavam-se nas receitas que, segundo informa o Relatório do segundo semestre de 1862, foi de R\$ 1:020:720. O Relatório também aponta que, no período de sua elaboração, continuava a Companhia a sofrer com a concorrência da venda de água de forma artesanal pelas ruas da cidade. Fato que concorreu para a queda da venda diária dos chafarizes a [R\$ 40.000].

Para tentar reverter a perda nas receitas, a diretoria da Anil, publicou no jornal *O Estandarte*, uma matéria para lembrar ao governo seus direitos de exclusividade na venda d’água em conformidade com o contrato celebrado:

[...] A contar do dia 3 de junho próximo vindouro, ninguém mais poderá vender água senão a Companhia, seus agentes ou aqueles que para isso a comprarem nos chafarizes. Desde hoje até o dia 03 de junho, dará a Companhia água de graça a toda a população da capital, findo este prazo, continuará a venda à razão de 20 réis por cada caneco, e quatrocentos réis por pipa (A COALIÇÃO, 1862, p. 4).

Nesse período apenas foram embargadas a venda d’água dos negociantes Machado e Silva e dois ou três carreteiros. Ficou notório que a presidência da Província cedeu à causa dos donos de poços e fontes, que não eram poucos e começaram a movimentar-se contra a Companhia Anil por estar dando água corrente de graça à população. O episódio ganhou manchete na Corte, via *Correio Mercantil* (1862), cuja matéria fora “Os aguadeiros do Maranhão”. Diante das proporções do problema e do conflito de interesses, o Palácio do Governo por despacho comunicou aos envolvidos na questão que não iria mais se envolver na problemática, remetendo os interessados para os tribunais judiciais.

O governo provincial deveria tomar atitude para embargar a venda desse tipo de água, isto é, pôr em prática o art. 7º do Contrato, que garantia a exclusividade da venda d’água por sessenta anos à Anil. Como essa medida não era executada, os rendimentos presentes e futuros que teriam a Companhia estavam em risco e seria impossível garantir os lucros de 8% do governo, tão interessado quanto a diretoria³⁶ no aumento das receitas, de acordo com o quadro demonstrativo a seguir:

Quadro 8 – Despesas da Companhia Anil

DESPESAS	Funcionários	CAGROS E OCUPAÇÕES	
			VALORES
		Guarda Livro	116.932,00
		Maquinista	65,00
		Folguista do maquinista(2)	24:500
		Vigia do encanamento	100:000

³⁶ Na presidência da Companhia Anil, estava Joaquim Serapião, em caráter *pro tempore*, ao Tenente Coronel Raimundo Brito Gomes de Sousa. E Raimundo Teixeira Mendes com o cargo de engenheiro da Companhia e sem ônus para a mesma.

		Engenheiro	2:645
		Gratificação do gerente	720.000
	Gastos gerais	Combustível	3:658,540
		Limpeza do encanamento e outras	780:000
	Jornais		313:961
TOTAL GERAL			13:178:349

Fonte: Adaptado da Companhia Anil (1862).

A Companhia iniciou as obras em 1856 com o capital inicial de 200:000\$000, divididos em 2.000 ações de 100\$000 cada. No transcorrer dos trabalhos surgiram dificuldades de ordem técnicas, o que levou a diretoria da empresa a solicitar ao erário público auxílio financeiro no valor de 100:000\$000 para finalização das obras. O gasto total foi de 300:000\$000. A diretoria justificou para a assembleia dos acionistas que o acréscimo final fora em consequência de alguns atos de vandalismo praticados nas obras do encanamento para inutilizá-las, desde o seu começo, cercada sempre da mais violenta oposição dos negociantes d'água e aguadeiros. Vandalismo que o aparato policial não conseguia coibir, pois alegavam escassez de recursos e falta de pessoal.

Em termos de receitas, o relatório apresentava apenas o valor de Rs 1:020:720 sem explicar a sua composição. Apenas dizia que o rendimento diário dos chafarizes fora de Rs 40.000. O relatório de 1862, além de questões financeiras apresentadas, apontava para uma série de preocupações referentes ao abastecimento de água de São Luís, por parte da Companhia, a considerar que o governo não havia obrigado os vendedores de água a respeitarem até aquele momento os direitos da Companhia, que era a exclusividade na venda d'água. E que, por questões políticas, apenas foram embargadas as vendas dos negociantes Machado e Silva e de dois ou três aguadeiros. Por esse motivo, o rendimento diário dos chafarizes apresentava déficit.

Quando em 1855 Teixeira Mendes publicou o projeto das obras do Anil, o item recursos humanos fazia menção apenas a 1 engenheiro, 1 ajudante, 4 feitores (se existiam os feitores, é fato que o empreendimento iria fazer uso da mão de obra escrava) e 2 empregados da roda hidráulica. Um dos problemas que enfrentou foi a baixa qualificação da mão de obra local devido, sobretudo, à “indisciplina” do trabalhador livre. Parece cabível pensar que a prática profissional e habilidades dos ditos “homens rudes” (REIS, 2005), tais como: pedreiros, oficiais carpinteiros, ferreiros, serralheiros, ladrilhadores, tijoleiros, telheiros e até mesmo marceneiros seriam necessárias à execução das obras da Anil.

Segundo Tedeschi (2014), os oficiais mecânicos, na América Portuguesa, realizavam os serviços ordinários essenciais dentro das urbes. Assim, alfaiates, sapateiros,

oleiros, barbeiros, entre outros, viveram do exercício de sua especialidade servindo aos cidadãos. Dentro do conjunto desses oficiais, um segmento específico esteve envolvido no sistema artesanal de abastecimento das águas nas cidades. Pedreiros, carpinteiros, canteiros e calceteiros promoveram no espaço urbano uma variedade de obras, atendendo às irmandades, aos particulares e ao Senado da Câmara. Em São Luís, conforme o *Almanak do Maranhão* de 1849, esses oficiais mecânicos não aparecem no item: Artes e Ofícios. Essa ausência é sentida pela Companhia do Anil, pelo mal que causaram ao princípio das obras, não só para os trabalhos de escavação (COMPANHIA ANIL, 1857).

Em um curto espaço de tempo, a falta de mão de obra foi resolvida. Conforme Relatório da Companhia Anil (1857), os trabalhadores empregados nas obras da empresa giravam em torno de cento e vinte (120) trabalhadores, número este que absorvia grandes somas de contos de réis³⁷, porém marchavam os trabalhos com tal rapidez que a escavação, em algumas partes tinha chegado a ter treze metros de profundidade.

De outubro a dezembro de 1862, a situação da Companhia se complicou dramaticamente. Na direção oposta, o poder dos senhores ricos e abastados proprietários das fontes de água assumiu propeções gigantescas, formando uma coalisão em direção ao novo sistema de abastecimento de água da capital, desestabilizando-o em todas as esferas, e com isso perdeu as condições de sustentação a empresa moderna frente ao antigo modelo. Assim, ao Sistema Anil, com inimigos poderosos bem definidos – governo provincial, os ricos comerciantes d’água, alguns periódicos, grosso modo, a Câmara Provincial, só restava aos empresários e acionistas da empresa capitular, conforme exposto nos dois ofícios das assembleias gerais dos acionistas, realizadas em 23 e 27 de dezembro do ano em curso - (1862) – enviados ao presidente da Província o Conselheiro Antonio Manoel de Campos Mello:

A Diretoria da Companhia Anil tem a honra de comunicar a V. Exa que consultada a Assembleia Geral dos Acionistas reunida no dia 21 em sessão extraordinária sobre a matéria da portaria da V. Exa de 16 do corrente mês, a mesma Assembleia Geral, com exceção única do voto do Dr Procurador fiscal do tesouro Provincial, recusou a ceder a inovação nos termos da autorização conferida a V. Exa pela Assembleia Legislativa Provincial. Outro sim que também com exceção única do voto do Dr Procurador Fiscal, resolveu que se processe termo ao fornecimento que ate esta data tem feito a

³⁷ “Os gastos com ordenado dos empregados inclusive os do Engenheiro, exploração do terreno, estradas, nivelamento e escavações a quantia de R\$12230\$996, tendo a princípio como acima dissemos, a falta prolongada de trabalhadores feito avultar as despesas da administração” (COMPANHIA ANIL, 1857). O Engenheiro, não Teixeira Mendes, pois este elaborou o projeto da Companhia, mas nos dois primeiros anos não integrava a equipe de execução. Somente no ano de 1859 passou a integrar a equipe. “Levo à presença de V. Ex. a inclusa cópia do contrato feito pela Diretoria, com o Dr. Raimundo Teixeira Mendes, sobre o qual já tive a honra de falar a V. Ex., e de participar-lhes que a mesma Diretoria vai para o dia 15 corrente a Assembleia Geral dos Acionistas” (COMPANHIA ANIL, 1859).

Companhia das Águas do Rio Anil para consumo da capital, abandonando-se ao Governo o encanamento, visto pertencer um terço das ações (COMPANHIA ANIL, 1862).

A diretoria informava também ao governo que entrou com um protesto por perdas e danos perante o Juiz do Comércio, e por isso estava abandonando a Companhia, por considerar que a Administração Pública da Província, deliberadamente, deixara de honrar suas obrigações com a Anil. Obrigações que estavam previstas no Contrato, principalmente as relativas à garantia de juros nos dez primeiros anos de duração da Empresa e ação para pôr fim à concorrência ilegal dos vendedores de água para o consumo da cidade.

Por fim, o ofício da diretoria descreve a situação lamentável em que se encontrava a Companhia, imposta por seus opositores que mobilizaram forças políticas, econômicas e sociais para provocarem a liquidação da Empresa, apoiadas no tático discurso da má qualidade das águas canalizadas e na incapacidade para atender as demandas da população, fazendo uso da imprensa aliada para difusão em toda a cidade, e no uso da força física para produzir os efeitos desejados.

Ademais, informava um novo ofício que por não ser mais possível um diálogo com o presidente Campos Mello, que, segundo a Companhia, tinha se recusado a socorrê-la via renovação do contrato, não considerou a Lei Provincial de 1850, que tinha o encanamento das águas do rio Anil como um benefício importante para a capital. Diante de todos esses motivos, passaria a se reportar diretamente ao Ministro da Fazenda na Corte, mencionando:

Acessando o recebimento do ofício de V. Exa no qual nos declara para satisfazer as exigências do Exmo Snr. Ministro da Fazenda que precisa um resumo do que de mais importante se há passado sobre a Companhia Anil e declaramos a V. Exa que diretamente ao ministro levamos o exigido (COMPANHIA ANIL, 1862).

Não resta dúvida, porém, de que esforços para manter as relações amistosas entre o palácio do governo e a diretoria da Anil haviam falhado. A população sofreria as consequências no sentido de não se livrar do flagelo da falta d'água. No quinquênio 1863-1867, ocorreu um fluxo de correspondências entre a diretoria da Companhia e o governo. Em um dos últimos ofícios, datado de 15 de julho de 1866, foi relatado:

Na qualidade de Diretores da Companhia Anil, anos a anos [corroído] de passar as mãos a V. Exa em virtude da exigência do Corpo Legislativo Provincial, ontem feita e de compreendida de com ela, a nota dos credores da companhia e a copia desta última Assembleia Geral dos Snhs Acionistas (COMPANHIA ANIL, 1862).

Com esse ofício, a diretoria da Companhia do Anil cessava as suas atividades iniciadas em 1856, sem conseguir resolver o problema do abastecimento d'água da capital da Província, o que não é de admirar, se analisarmos que por uma década o empreendimento sofreu

toda espécie de retaliação vinda de todas as direções. Os promotores das retaliações continuariam no comando do abastecimento artesanal de águas pelas ruas e casas de São Luís.

7 CONCLUSÃO

As reflexões elaboradas sobre a problemática que envolveu o regresso dos jovens maranhenses formados em universidades europeias nos levam a considerar as estratégias utilizadas para abordar e concretizar o alcance dos seus objetivos, isto é, propor e implantar modificações no meio social que os circundava, com base nos seus conhecimentos e nas suas formações superiores na Europa. Porém, elas foram fragmentadas no âmbito das famílias ou nos círculos sociais e políticos de uma realidade ampla e complexa que se desejou conhecer e compreender.

A materialidade do sistema de formação superior nas universidades europeias, por parte dos jovens maranhenses, custeados por suas famílias ou pelo Estado, consistiu no acesso à formação de um restrito grupo de homens brancos com domínio da escrita e da leitura. Via de regra, a pedra angular para consolidar a hegemonia e o controle sobre o sistema político, econômico, educacional e social de seus grupos familiares. Essa hegemonia foi reforçada em um local comum de formação – Coimbra, que concentrou o maior fluxo de estudantes da Província maranhense, em relação a um pequeno grupo formado nas universidades da França, Bélgica, Suíça, Alemanha, Itália e dos Estados Unidos da América do Norte.

Os jovens que não pertenciam às elites e, ainda assim, foram estudar na Europa, sob a tutela do governo provincial, que tomava a decisão a respeito de quais estudos superiores seriam cursados por esses jovens, nenhum foi enviado para cursar Direito em Coimbra. É notória a manipulação ideológica do Estado para fortalecer seu aparato técnico-científico. E todos esses jovens, ao retornarem à Província, deviam exercer, por dois anos, funções burocráticas, técnicas ou pedagógicas, sem receber quaisquer remunerações, pois estavam saldando com o Tesouro Provincial a dívida dos contos de réis, gastos com sua formação no exterior, a título do erário público.

Os jovens de famílias ricas que formaram a elite burocrática, dando coesão ao grupo governamental, eram comprometidos com a “visão nacional”, a geração coimbrã, traziam uma orientação estadista e treinamento para as tarefas de construção do Estado. Sobretudo, a ocupação do cargo público era um indicador do poder das famílias. O itinerário percorrido era magistratura, deputação provincial, deputação geral, presidência da Província, ministro, conselheiro de Estado e o posto final – senador. Entre tantos maranhenses, Antonio Pedro Ferreira da Costa, o Barão do Pindaré percorreu esse caminho. Já os jovens que não foram à Coimbra e obtiveram graduações na área da engenharia, em sua maioria, não ingressaram na burocracia estatal; retornaram aos negócios da família, promoveram a mecanização da lavoura

e deram início ao processo de industrialização da Província.

Foi nesse cenário, que esses jovens com a formação europeia introduziram um discurso modernizador em torno da capital da Província, o qual se espalhou, sobretudo, pelo vale do Pindaré e ribeiras do Itapecuru, implantando a mecanização das lavouras e dos engenhos de cana-de-açúcar. Na capital modernizaram a imprensa, e essa imprensa fazia ecoar, como caixas de ressonância dessa modernidade, a introdução dos muitos artigos de moda masculina e feminina, livros, fotografia, produtos alimentícios, espetáculos teatrais, navegação a vapor e a empresa hidráulica; ditos como modernos na cidade, proclamando-os como redenção do atraso e da “incivilidade” de São Luís. No caso específico da empresa hidráulica, ela foi o elemento símbolo na tentativa do desmonte do antigo sistema de abastecimento d’água. Diante da ameaça dessa empresa, considerada moderna, os senhores proprietários de poços, fontes, empresas d’água e aguadeiros se mobilizaram objetivando inviabilizar esse aspecto da modernidade que iria lhes tirar ganhos monetários e sociais.

Embora esses ecos da modernidade já tivessem desembarcado na Ilha, uma situação continuava inalterada: o sistema de fornecimento de água. As fontes públicas e poços continuavam como lugares de abastecimento das famílias pobres e ricas respectivamente. A aglomeração dos negros escravizados e dos indivíduos pobres em torno das fontes sempre preocupou as autoridades: presidência da Província, Senado da Câmara e o chefe de Polícia, e uma das preocupações dizia respeito à discussão sobre o banho, lavagem de roupas e nudez nas fontes, fato que colocava em risco o fornecimento de água da cidade. As fontes abasteciam significativo número de usuários e todos os domicílios dos cidadãos pobres, e o controle das mesmas passou a ser realizado por guardas, para fazer cumprir as Portarias Nº 360 e 361 que previam punição com prisão para o indivíduo livre, e com castigo físico – 24 palmatoadas, o africano escravizado que fizesse uso indevido das águas das fontes e ou adotasse comportamentos que colocasse em risco a “moral pública”.

Nesse contexto, a repercussão da instalação da Companhia de Navegação a Vapor, realizada por Raimundo Teixeira Mendes, assim como sua formação superior na França (*École des Ponts et Chaussées*) por ter ocupado o cargo de Diretor das Obras Públicas influenciaram na sua escolha para a concepção do projeto técnico da Companhia Anil. Além disso, o fato de ter sido o engenheiro executor dos trabalhos da empresa de navegação a vapor, e de já possuir grande capital intelectual com empreendimentos deste tipo, fez com que o gerente Raimundo Brito Gomes de Sousa o contratasse para a implantação da Companhia Hidráulica Anilense, implantação que ameaçou a desterritorialização do controle no abastecimento d’água potável – água com valor econômico e poder político – dos pioneiros proprietários das empresas

artesanais d'água, que, na iminência de verem seus rentáveis negócios serem desmontados, fizeram uso de todas as estratégias e recursos disponíveis para desqualificar, perante as autoridades e a opinião pública, o novo empreendimento. A batalha foi hercúlea, longa e desgastante para os administradores da empresa, a ponto de os principais alvos, Teixeira Mendes e Raimundo Brito Gomes de Sousa, virem a público por meio da imprensa para tentar resgatar e reabilitar junto à população suas habilidades e competências e a funcionalidade da Companhia.

Na São Luís oitocentista, as divergências a respeito da instalação da empresa hidráulica de água encanada estavam relacionadas com a execução do contrato, que, inicialmente, estabelecia o monopólio de sessenta anos sobre a venda d'água, com benefício do Erário Público. Mas a falta de definição sobre o recebimento do sistema das obras e a qualidade da água dos chafarizes, ocasionou discordâncias entre a gerência e a comissão responsável pela fiscalização das obras. Além disso, no decorrer dos trabalhos, outros impasses sucederam-se, como a transposição da canalização sobre o rio Cutim do Padre e a localização e estrutura da caixa d'água no Campo d'Orique.

Entre os motivos para determinar os locais de instalação dos chafarizes, além dos critérios técnicos, foi considerado o poder aquisitivo dos residentes das freguesias nas quais a cidade estava dividida. Dessa forma, a Companhia acentuou a segregação social quando implantou os chafarizes nos principais logradouros públicos. As residências pobres localizadas nas áreas periféricas não foram contempladas, pois, segundo pensamento de Teixeira Mendes, “a pobreza não tinha condições de adquirir o caneco d'água com dezoito litros devido ao seu alto valor”. E não dispunha de utensílios para armazenar grande quantidade de água potável. Essa conjuntura socioeconômica levou os empresários da Anil a acreditarem que nessas localidades a venda d'água seria muito baixa, por isso não justificava a instalação de um chafariz.

Ao longo do processo de implantação de canalização das águas do Anil, para além das relações contratuais, o Governo exercia grande domínio sobre a Companhia, que se colocava, assim, numa posição de grande dependência em relação ao Palácio, de quem esperava "benefícios" para a execução das suas ações. Fato constatado, na correspondência trocada entre a Companhia e o Governo, “pedidos” a este de que pagasse os juros semestrais em tempo competente a que tinham direito os acionistas da empresa, ou solicitava-lhe a liberação sem taxas alfandegárias dos materiais importados da Inglaterra.

As relações Companhia - Governo quase sempre decorriam num clima de perfeita cordialidade, quando no governo da Província esteve o mineiro Antonio Cândido da Cruz

Machado. Em algumas poucas ocasiões, pressentimos um certo mal-estar, embora passageiro, através da troca de correspondência entre o Diretor da Administração da Companhia do Anil e o Palácio do governador. Entretanto, a partir da gestão de Benvenuto Augusto de Magalhaes Taques a Antonio de Campos Mello, esse mal-estar foi transformado em relações litigiosas. Curioso é que isso ocorreu quando estavam por trás problemas de ordem financeira, nos quais a Companhia se julgava desprestigiada ou prejudicada nos seus interesses econômicos e contratuais. Em 1862, a Anil redigiu um ofício ao então Presidente da Província, Antonio de Campos Mello, com a pretensão de firmar a sua posição e ponto de vista concernentes aos problemas de lucro do seu capital. Primeiramente, a Companhia deixava claro que não se propunha abrir mão dos juros do 1º e 2º semestres daquele ano que lhe concedia a Lei, nos termos da 2ª parte do art. 12 do contrato firmado entre ambos no ano de 1856. E, nos parágrafos seguintes, falava – em tom de ameaça e de exasperação – sobre o abandono do encanamento por parte do governo, visto pertencer um terço das ações emitidas ao Tesouro Provincial. Ante uma existência precária quanto ao lucro do seu capital, pelo fato protestou, por perdas e danos, perante o juiz do Comércio.

No primeiro ano de funcionamento da empresa Anilense, a queda na venda d'água nos chafarizes levou a Companhia a exigir do governo a proibição da comercialização d'água por parte dos aguadeiros, sob risco de levar a obsolescência dos chafarizes. É que a manutenção do abastecimento doméstico por meio das fontes públicas, vinha contribuindo para a baixa rentabilidade nas receitas da Companhia.

Se o relacionamento externo da Companhia estava intrinsecamente subordinado ao Governo provincial, as relações internas entre a sua Direção e os Acionistas possuíam características análogas. As demandas direcionadas à Companhia eram apresentadas à Assembleia dos Acionistas, a quem cabia a decisão final. Exemplo disso é a resposta ao ofício em que o Governo pede à Diretoria da Anil "informação sobre o pagamento da indenização dos proprietários das terras do Anil, onde a empresa instalara suas máquinas e equipamentos para o encanamento das águas". A Companhia respondeu dizendo que se comprometia a apresentar o assunto ao advogado, à Assembleia dos Acionistas, "a quem cabe deliberar sobre a questão".

A imprensa, que se autointitulava imparcial na questão, escrevia que a Companhia nascera em má hora, sem necessidade pública, condenando-a sem a mínima reflexão. “Repelida pelo público”, lançada nos braços do governo e obtendo dele tudo, desde um contrato anticonstitucional e lesivo aos interesses da Província, chegou ao ponto de o próprio presidente da Província rogar ao comércio que comprasse as ações da empresa.

A defesa dos interesses dos opositores não se aplacou perante o discurso de Teixeira

Mendes, ao contrário, se agigantou; eles fizeram uso, inclusive de violência física. E em outra frente, os jornais *O Estandarte*, *A Coalizão*, e *A Conciliação* escreviam longas matérias com o objetivo de acelerar e mesmo acentuar a instabilidade e o declínio da Companhia. O curioso é que os citados jornais diziam que suas matérias não eram tendenciosas e muito menos desfavoráveis ao empreendimento das águas canalizadas do rio Anil; que estavam escrevendo de forma livre, sem passionalidade e somente a verdade dos fatos, sem levarem em consideração a individualidade dos envolvidos na problemática histórica, tampouco o partido ou ideologia política dos citados.

De todo modo, o empreendimento de canalização das águas do rio Anil representou uma tentativa de inovação baseada no modelo em execução em muitas cidades da Europa, o que provocou disputa entre as elites pelo mando do sistema de abastecimento d'água local, por implicar sérios riscos aos empreendimentos já em operação. Como envolvia a elite mais esclarecida, influenciada pelos jovens que foram estudar na Europa, parte dela representava a modernidade, e outra parte, mais conservadora, resistia à mudança. O certo é que ambas detinham por gerações o controle do abastecimento d'água de forma artesanal de São Luís e pretendiam permanecer no comando enquanto tivessem poder econômico e político.

As investigações apresentadas neste estudo buscaram entender as transformações implantadas no sistema urbano de abastecimento d'água potável, a partir da criação da Companhia hidráulica Anil, incorporada pelo Tenente Coronel Raimundo Brito Gomes de Sousa na segunda metade do século XIX. O papel do empresário consistiu em assinar o contrato com o governo provincial, contratar o projeto de autoria do engenheiro de pontes e calçadas, Raimundo Teixeira Mendes, formado na *École des Ponts et Chaussées* de Paris. O estudo procurou tecer as relações entre os usos da água da Companhia Anil, o sistema público das fontes e a oposição dos empresários monopolistas do mercado das águas.

O vandalismo, o furto, os aguadeiros e a falta d'água em alguns chafarizes, no entanto, consistiram nos três principais problemas enfrentados pela administração da Companhia Anil no abastecimento urbano. Entre as táticas dos opositores e as estratégias do Senado da Câmara, o consumo das águas foi marcado por disputas e conflitos. Ao mesmo tempo, vimos que não houve o cumprimento na íntegra do contrato acerca da exclusividade na venda das águas e que a Câmara de São Luís fazia concessão aos aguadeiros na venda livre d'água foi uma prática político-administrativa comum. Nos momentos de falta do líquido nos chafarizes da Companhia, os ânimos da população se exaltavam nas ruas, largos e nas manchetes dos periódicos, contra a política provincial que favorecia a Anil. A imprensa noticiava que o objetivo fundamental da empresa do Anil seria a obtenção de dividendos sobre

o capital investido e, assim, o abastecimento somente foi estruturado nos logradouros ocupados por indivíduos detentores de adequado poder econômico, resultando na não incorporação de grande parte da população residente na periferia do núcleo urbano aos serviços.

Enfim, a Athenas Brasileira, que buscava incessantemente a sua inserção na modernidade e progresso aos moldes do Velho Continente, reforçava e preservava traços e marcas do passado recente e remoto, na questão captação, distribuição e controle no abastecimento d'água. A urbe parecia um mapa paradoxal, progressista e escravista, monárquica, colonial e modera. Essa amálgama de contradições formou acordos políticos, econômicos, e alianças secretas para alcançar o objetivo fundamental: o desmonte da Companhia Hidráulica do Anil. Objetivo concretizado em sua plenitude no segundo mestre do ano de 1862. A coalizão articulada pelo poder político provincial e municipal, e a força econômica dos proprietários das empresas artesanais de abastecimento de água, apoiados por boa parcela da imprensa local, impuseram fim ao empreendedorismo de Raimundo Teixeira Mendes e Raimundo Brito Gomes de Sousa.

REFERÊNCIAS

ÁLBUM DIGITAL - Minha Velha São Luís. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/MinhaVelhaSaoLuis>>. Acesso em: 12 set. 2017.

ALMANAK DO MARANHÃO. Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Maranhão. Organizado por Berlamino de Matos. São Luiz: Typografia de Progresso, n. 225, 1858 p. 139.

ALMANAK DO MARANHÃO. Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Maranhão. 1849. Organizado por Jomar Moares. Reedição Fac –Similar. São Luís: Edições AML, 1990.

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. A fundação de São Luís do Maranhão. **Revista Cultura**. Ano XIII, v. 23, p. 41, 2014.

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Documentos da Companhia Anil (1857 a 1889) São Luís, 1857. Manuscritos.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Ática, 1996

BARROS, R. T. V. et al. **Saneamento**. Belo Horizonte: escola de Engenharia da UFMG, 1995. 221 p. (Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios, 2).

BEER, Ferdinand Pierre; JOHNSTON JUNIOR, E. Russel. **Resistência dos materiais**. 3 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1995.

BORDIEU, Piere. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. Rio de Janeiro 2009. Tese de doutorado defendida junto ao departamento de história da universidade federal fluminense.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas**: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822). São Luís: Café & Lapes: FAPEMA, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial e teatro de sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, César Augusto. **Ação da inspetoria geral de instrução pública no Maranhão império**: 1841 -1889. São Luís, 2008.

CASTRO, César Augusto; VELÁZQUEZ, Samuel Luís Castellanos. Educação e instrução nas províncias do Maranhão e Piauí. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar. **Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822-1889)**. EDUFES, 2011.

CERASOLI, Josiane. **A grande cruzada: os engenheiros e as engenharistas de poder na Primeira República**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp (dissertação de mestrado), 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Vozes, 2006.

COE, Agostinho Junior Holanda. Higienizar para civilizar: a emergência de um discurso higienista em São Luís no século XIX. In: FARIA, Regina Helena Martins; COELHO, Elizabeth Maria Bezerra (org.). **Saberes e fazeres em construção: Maranhão, século XIX – XXI**. São Luís, EDUFMA, 2011

COE, Agostinho Junior Holanda. Saber médicos e debates científicos. In: FARIA, Regina Helena Martins; COELHO, Elizabeth Maria Beserra (org.). **Saberes e fazeres em construção: Maranhão, século XIX – XXI**. São Luís, EDUFMA, 2011

COMPANHIA ANIL. Estatuto da Companhia Anil. 1856.[São Luís].

COMPANHIA ANIL. Relatório da Companhia Anil. 1857.[São Luís].

COMPANHIA ANIL. Relatório da Companhia Anil. 1859.[São Luís].

COMPANHIA ANIL. Relatório da Companhia Anil. 1861.[São Luís].

COMPANHIA ANIL. Relatório da Companhia Anil. 1862.[São Luís].

COMPANHIA ANIL. Relatório da Companhia das Águas de São Luís, 1881 [São Luís].

CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908: álbum fotográfico de São Luís**. Edição Comemorativa. São Luís: AML, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungman. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. v.1.

ESTUDANTES brasileiros na Universidade de Coimbra 1772 a 1872, 1940, Rio de Janeiro. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. 62 v.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio século XXI** [online]. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/mudanca>>. Acesso em: 02 abr. 2017

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. **Engenheiros brasileiros nas “Grandes Ecoles” francesas no século XIX: um mapeamento em grande escala**. Antilia: Madrid, v.1, n.1, jan/2006. (revista eletrônica)

FONSECA, Janete Flor de Maio. **Correspondência de viagem: brasileiros na Europa Oitocentista 1855 a 1898**. 2007. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Gral. 1979

GALVES, Marcelo Cheche. **Ao Público sincero e Imparcial: Imprensa e Independência na Província do Maranhão (1821-1822)**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio. Saberes em circulação na América portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823). **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 32. 1, 2014. Disponível em: <www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao_e_silva_-_7.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

GARCIA, Rodolfo. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1942.

GIL, A. C., **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas, São Paulo, 2002.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GONÇALVES, Sérgio Campos. A adesão da cultura historiográfica brasileira ao pensamento civilizador no século XIX. In: **Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade**. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

GOUVEIA NETO, João Costa. **Ao som de pianos, flautas e rabecas...: estudo das vivências musicais das elites na São Luís da segunda metade do século XIX**. 168fls. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2010.

GUNNING, Tom. O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão. Dossiê do registro como Patrimônio Cultural do Brasil. São Luís: Iphan/MA, 2011.

JORNAL A Coalção. Ano I, n. 12, 28 jun. 1862, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

JORNAL A COALIÇÃO, ano 1, n. 01, 06 jan. 1862, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

JORNAL A COALIÇÃO, ano 1, n. 12, 28 jun. 1862, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

JORNAL A CONCILIAÇÃO, ano 1, n. 02, 27 set. 1856, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

JORNAL CORREIO MERCANTIL, edição 59, 28 fev. 1862, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2017.

JORNAL A FLECHA, ano 1, n. 4, 1879, p. 26. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

JORNAL A NOVA ÉPOCHA, ano 1, n. 22, 17.10.1856, p. 2-4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

JORNAL A NOVA ÉPOCHA, ano 1, n. 30, 05.12.1856, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

JORNAL CRÔNICA MARANHENSE, vol. 2, n. 32, 1839, p. 140. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL CRÔNICA MARANHENSE, vol. 2, n. 100, 10.01.1839, p. 146. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 14 set. 2017.

JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO, ano 1, n. 22, 16.11.1855, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO, ano 8, n. 1, 11.12.1877, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL ECHO DO NORTE, vol 3, n. 13, 21.07.1836, p.21. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10.mar. 2017.

JORNAL FAROL MARANHENSE, 23.01.1828, p. 21. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10.mar. 2017.

JORNAL IMPARCIAL. Os festejos joaninos. São Luis, 21.06.1899, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL INVESTIGADOR MARANHENSE, ano 1, n. 23, 26.04.1836, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

JORNAL O CENSOR MARANHENSE, ano I, n. 2, p. 29, 05.02.1825. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

JORNAL O CONCILIADOR, n. 106, 17.07.1822, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

JORNAL O ESTANDARTE, vol. 2, n. 87, 06.02.1851. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL O ESTANDARTE. vol. 5, n. 82, 07/09/ 1854. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL O ESTANDARTE. vol. 8, n. 7, 19 mar. 1856, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL O ESTANDARTE, vol. 8, n. 24, 20 jul. 1856, p. 2-3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

JORNAL O OBSERVADOR, ano 9, n. 467, 10 mar. 1856, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL O OBSERVADOR, ano 10 , nº 503, 14.08.1856, p.2-3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL PACOTILHA, ano I, nº 1, 30.10.1880, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016

JORNAL PACOTILHA, ano I, nº 4, 13.04.1881, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL PACOTILHA, ano 5, n. 264, 10.11.1885, p. 2-4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL PACOTILHA, ano 6, n. 266, 04.11.1886, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 28 set. 2017.

JORNAL PARA TODOS, ano 1, n. 12, 28.03.1877, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL PARA TODOS, ano 2, n. 3, 28.03.1878. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE, ano 7, n. 774, 27.02.1849, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE, ano 9, n. 1047, 12/12/1850 p.3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE, ano 11, n. 1279, 4/09/1852 p.4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE, ano 13, n. 1563, 08.08.1854, p 2-4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE, ano 14, n. 03, 05.01.1857, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 nov. 2016

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE, ano 21, n. 164, 21.07.1862, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE, ano 27, n. 28, 04.02.1868, p. 4 Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE, ano 8, n. 954, 04.05.1869, p 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE, ano 33, n. 57, 11.03.1874, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JUNQUEIRA, EULALIA. **As fontes d'art francesas - chafarizes e estatuas francesas.** Paris: Amateur ,2000.

KEESING, Felix M. **Antropologia cultural: a ciência dos costumes.** Vol. 1. Trad. José Veiga. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **Fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Edufma, 2002.

LEAL, Antonio Henriques. **Pantheon maranhense**, tomo II. Lisboa; Imprensa Nacional.1874

MARANHÃO. Assembleia Legislativa Provincial. Fala dirigida pelo exm. Presidente da província do Maranhão, o dr. Eduardo Olímpio Machado, à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1851. Maranhão, impresso na Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1851. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856 o exm. Presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado. Maranhão, Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1856. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em 20.abr.2017.

MARANHÃO. Discurso do Exm. Snr. Manoel Felizardo de Sousa e Mello. Presidente desta província, na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio do corrente ano. Maranhão, Typ. de I. J. Ferreira, 1839. p. 7. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

MARQUES, César, Trad. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. Pelo Padre Claudio D’Abeville (traduzido por Cesar Marques)São Luís: Tupy do Farias, 1874.

MARQUES, César. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. São Luís: Tupy do Farias, 1870.

MATOS, Marcos Fábio Belo. **Ecoss da modernidade: uma análise do discurso sobre o cinema ambulante em São Luís**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010.

MEIRELES, Mário Martins. **Dez estudos Históricos**. São Luís: Alumar, 1994.349p.

MELO, Maria Cristina Pereira de. **O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960)**. São Luís: SIOGE, 1990.

MILER, Lucia Pereira da Silva. **Imagens impressas: escravidão urbana e cotidiano**, São Luís, MA, século XIX. 2006

MORAES, Jomar (org.). **Ana Jansen Rainha do Maranhão**. 4 ed. São Luís: Edições AML, 2012.

MOREIRA, Vital. Os serviços públicos tradicionais sob o impacto da União Europeia. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, nº 19 ago./set./out. Salvador, 2009.

MOTA, Antonia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

MOTA, Antonia da Silva.; MELO NETO, U. P. (Org.) . **A sedução das ruínas. Arqueologia - salvamento e resgate.**. 1. ed. São Luís: IPHAN/EDUFMA, 2015. v. 1000. 168p

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 3. ed.– Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

OLIVEIRA, Flávio Silva de. **O conceito de cultura de Franz Boas e sua oposição historicista ao evolucionismo cultural do século XIX**. 2014. Disponível em: <[www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(90\)>](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(90)>)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PORTO, Augusto. **Collecção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão 1835-1855**. Secretaria da Câmara Municipal. São Luís, 1910. Diário do Maranhão. São Luís: L. Carvalho e cia, 1910

PROVÍNCIA DO MARANHÃO. Código de Posturas da Câmara Municipal de São Luís de 1842. PORTO, Augusto (org). São Luís: Typ. do Diário do Maranhão, 1910.

REIS, Lysie. Os “homens rudes e muito honrados dos mesteres”. In **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, 2005 I Série vol. IV, pp. 235-259.

REVISTA DO NORTE, n. 2 de 1905. Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>>. Acesso em: 09.nov. 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Zulimar Márita Ribeiro. **Geografia da saúde e o espaço urbano de São Luís-MA: interfaces da relação saúde e ambiente no período de 1854-1954**. São Luís: EDUFMA, 2014.

SELBACH, Jeferson Francisco (org.). **Código de Postura de São Luís/MA**. São Luís: Edufma, 2010.

SERRA, Joaquim. **A Imprensa no Maranhão 1820-1880**. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino. 1883

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura luso-brasileira no maranhão**. 2 ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

TEDESCHI, Denise. **Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)**. Campinas, SP: [s.n.], 2014.

TREBOR, Alif (Org.). **Fontes d’art: fortaines et statues françaises à Rio de Janeiro**. Paris: Amateur, 2000. Disponível em: <<http://www.jbrj.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2017.

VASCONCELOS, M. C. C. **Educação doméstica e escolaridade formal no Rio de Janeiro Oitocentista**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. São Luís: sem editora, 1971.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão 1612-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ESTUDANTES PARA A EUROPA POR CONTA DO ESTADO – SÉCULO XIX

ANO	Nº DA LEI	OBJETIVOS	Nº DE ALUNOS	TEMPO DE PREMÊNcia EM ANOS	PRESIDENTE
1835	10	Estudar ciências naturais na França	03		Antonio Pedro da Costa Ferreira
1838	76	Aprender o método Lancaster	01		Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo
1846	219	Mandar Caetano da Rocha Pacova, afim de aprender e ensinar metais e estudar os ramos científicos necessários ao completo desempenho de tal ofício.	01	02	Ângelo Carlos Moniz
1847	229	Mandar o jovem Raymundo Pereira Sanches Coqueiro estudar Botânica e Mineralogia na França.	01	04	Joaquim Franco de Sá
1847	235	Mandar José Telles Ferrão aos Estados Unidos da América, ou as Antilhas como mais convier, afim de estudar agricultura	01	03	
1849	264	Mandar para qualquer dos Estados da Europa, que entender mais conveniente, o jovem José Martins Ferreira Correa afim de estudar Escrita e Desenho aplicado as artes e ofícios. Ao regressar a Província lecionar gratuitamente por três anos no estabelecimento dos Educandos Artífices	01	03	Honório Pereira de Azevedo Coutinho
1849	269	Mandar Tito Jaime da Costa Nunes, estudar Engenharia Civil na França	01	03	
1857	447	Mandar aos Estados Unidos da América e a Ilha de Cuba uma Comissão Agrícola, composta por dois cidadãos agricultores a fim de estudar as agriculturas. Esta comissão estudará a cultura similar e cada um dos seus membros dará ao governo da Província, no fim de sua missão, um relatório circunstanciado, que versará sobre a maneira de arrotear e destocar a terra, a qualidade dos adubos, os instrumentos aperfeiçoados, os processos empregados, a divisão do trabalho, a natureza das pastagens, a criação dos animais, as sociedades, as exposições, e prêmios agrícolas.		01	Francisco Xavier Paes Barreto
1860	560	Mandar uma comissões agrícolas aos Estados Unidos da América do Norte, sendo cada comissão composta de dois lavradores, um de cana de açúcar e outro de algodão.		01	João Silveira de Souza
1861	599	Mandar o jovem Octaviano Pinheiro de Brito estudar agricultura na França no Instituto de Grignon			Francisco Primo de Souza Aguiar
1863	666	Mandar estudar na Europa os jovens Horácio Tribuzy e Joaquim Belfort Sabino, aquele desenho e pintura na Itália e este na Inglaterra Teórica e praticamente as artes mecânicas que dizem respeito a profissão de Engenheiro prático.	02	03	Ambrósio Leitão da Cunha
1864	703	Mandar estudar ciências tecnológicas em Roma ou qualquer academia da Europa o pensionista da província e aluno interno do seminário episcopal de Santo Antonio desta cidade, João Tolentino Guedelha Moura	01	04	Miguel Joaquim Ayres do Nascimento
1866	758	Mandar permanentemente a custa da Província quatros estudantes maranhenses na França três nas escolas de agricultura e um no conservatório das artes e ofício em Paris. 4 anos para fazer o preparatório nas escolas especiais na França e os três últimos para cursos completo nas escolas imperiais de agricultura e no conservatório das artes e ofícios.		07	Lafayette Rodrigues Pereira
1866	769	Mandar estudar desenho e pintura nas escolas da Europa o cidadão Francisco Peixoto Franco de Sá		03	

FONTE: CASTRO, César Augusto. Leis e Regulamentos: da instrução pública no Maranhão Império 1835-1889. São Luís: Edufma, 2010.

APÊNDICE B – MARANHENSES EM COIMBRA

ESTUDANTES MARANHENSES NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – 1772 - 1872					
ANO DA PRIMEIRA MATRICULA	NOMES	CURSOS	CIDADES	FILIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
21.10.1778 03.11.1780 05.11.1781	José Pereira da Silva	Filosofia (obg), Direito, Matemática (obg)	São Luís do Maranhão	Antônio Pereira da Silva	
31.10.1782 30.10.1783	Antônio Gomes Pires	Direito, Matemática (obg),	Maranhão	Antônio Gomes Pires	
03.10.1783	Gaspar Pereira de Castro	Direito, Matemática (obg)	Maranhão	Bernardino José Pereira de Castro	
30.10.1787 07.10.1788	José Nunes Soeiro	Direito, Matemática (obg)	São Luís do Maranhão	José Nunes Soeiro	
18.10.1792 19.10.1792 05.10.1795	Lourenço Belfort	Matemática (ord), Filosofia (obg), Medicina	Maranhão	Ricardo Belfort	
15.10.1793 16.10.1793 02.11.1793	José Felix Potier Lamas	Matemática (obg), Filosofia (obg), Direito	Maranhão	Bonifácio José Lamas	
17.10.1794	Joaquim Xavier d'Araújo	Direito	Maranhão	José Miguel de Araújo	
17.10.1794	Joaquim Antônio Belfort	Direito	Maranhão	Leonel Fernandes Vieira	
04.10.1794 04.10.1794 31.10.1794	Joaquim Gomes da Silva Belfort	Matemática (obg), Filosofia (obg), Direito	Maranhão	Felipe Marques da Silva	
04.10.1794 17.10.1794	José Constantino Gomes de Castro	Matemática (obg), Filosofia (obg)	Maranhão	Manuel Antônio Gomes de Castro	
18.03.1896	Antônio Gomes da Silva Belfort	Direito	Maranhão	Felipe Marques da Silva	Curso de 1795
09.07.1802	Miguel de Sousa Borges Leal	Filosofia ³⁸	Campo Maior (Maranhão)	Felix de Sousa Nogueira	
31.10.1798	Sebastião Gomes da Silva Belfort	Direito	Maranhão	Felipe Marques da Silva	
03.10.1798 03.10.1798 30.10.1798	Antônio Pedro Ferreira da Costa	Matemática (obg), Filosofia (obg), Direito	Alcântara (Maranhão)	José da Costa Ferreira	

³⁸ No Na. Da Universidade de 1901-1902, páginas 87, encontra-se esta nota curiosa: “No dia 31 Deste mesmo mês de julho de 1803, foi-lhe conferido o grau de Doutor em Leis . Não figura, porém na lista dos doutores, porque lhe foi anulado o grau por decreto de 29 do mesmo ano, mandano-se-lhe riscar e trancar o respectivo assento. Foi isso motivado pelo desacato feito pelo novo doutor à sua Faculdade e a toda a sua Universidade no próprio ato do seu doutoramento, e apenas recebido o grau, dirigindo insultos por palavras e gestos de arrogância no momento em que é costume dar graças, e isto pelo fato de ter aparecido um R na urna, quando foi julgado o seu exame privado. O referido decreto condenou a sair dentro de três dias de Coimbra para nunca mais cá voltar”

03.10.1799 02.10.1800	Patrício José de Almeida	Filosofia, Direito	Santo Antônio de Alcântara (Maranhão)	Estevão de Almeida	
03.10.1799	João Carlos da Costa Ferreira	Direito	Alcântara (Maranhão)	Antônio da Costa Ferreira	
31.10.1800	Inácio Gabriel de Almeida	Direito	Alcântara (Maranhão)	Estevão d'Almeida	
02.10.1800 03.10.1800	José Ascenso da Costa Ferreira Ribeiro Lima	Matemática (obg), Filosofia (obg)	Alcântara (Maranhão)	Ascenso José da Costa Ferreira	
16.10.1801 16.10.1801	José Felix Pereira de Burgos	Matemática (ord), Filosofia (obg)	Maranhão	José Felix Pereira	
12.10.1801 12.10.1801	João Inácio da Cunha	Matemática (ord), Filosofia (obg), Direito	Maranhão	Bento da Cunha	
23.10.1802	José Alves de Carvalho	Filosofia (obg)	São Luís do Maranhão	Inácio Luís Domingues	
13.10.1802	Raimundo Pedro da Silva e Cunha	Matemática (ord)	Maranhão	Antônio da Silva e Cunha	
10.1803	Feliciano Xavier Fernandes Nogueira	Matemática (vol)	Alcântara (Maranhão)	Francisco Xavier Fernandes Nogueira	
04.10.1806 07.10.1806	Antônio de Sales Nunes Belfort	Direito, Filosofia (obg)	Maranhão	José Marcelino Nunes	
10.1807	Carlos Peregrino Belfort Pereira de Burgos	Matemática (ord)	Maranhão	José Felix Pereira de Burgos	
31.10.1814	João Braulio Moniz	Direito	Maranhão	Raimundo José Moniz	
1816	Manuel Odorico Mendes	Matemática	Maranhão, 1799	Francisco Raimundo da Cunha	
12.11.1817 31.10.1822	Vital Raimundo da Costa Pinheiro	Filosofia (obg. Curso de 1816), Matemática, Direito	Alcântara (Maranhão)	Antônio da Costa Pinheiro	
08.11.1817	Leocádio Ferreira de Gouveia Pimentel Beleza	Direito	Maranhão	Antônio Ferreira de Gouveia Pimentel Beleza	
08.11.1817	José Vicente Freire e Bruce	Matemática (obg), Direito	Maranhão	Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce	
08.11.1817	Joaquim Mariano Ferreira	Direito	Maranhão	Filhos de pais incógnitos	
31.10.1817	Francisco Correia Leal	Direito	Maranhão	João Francisco Leal	
18.10.1817	Antônio Marcelino da Costa Pinheiro	Direito	Maranhão	Antônio da Costa Pinheiro	
31.10.1817	Joaquim Vieira da Silva	Direito	Maranhão	Luís Antônio Vieira da Silva	
1818	Antônio Belfort Pereira de Burgos	Filosofia	Maranhão	João Felix Pereira de Burgos	
14.10.1818 31.10.1817 25.10.1820	Manuel Pereira da Cunha	Matemática (obg), Filosofia (obg), Medicina	Maranhão	Manuel da Cunha	
23.12.1818	Raimundo Felipe Lobato	Direito	Alcântara (Maranhão)	Felipe Neri Lobato	

1819	Manuel Odorico Mendes da Cunha	Matemática	Maranhão, 1799	Francisco Raimundo da Cunha	
22.10.1819	Custódio Alves da Pureza Serrão	Filosofia (ord)	Alcântara (Maranhão), 1799	José Alves Serrão	Bacharelou-se em 25.06.1823 Formou-se em 19.07.1823 Fr. Carmelita Calçado
1819	Antônio Bernardo da Encarnação e Silva	Teologia	Viana (Maranhão)	João Antônio da Silva	Fr. Carmelita Calçado
26.10.1819 16.10.1819 24.11.1820	José dos Santos da Silveira	Matemática (obg), Filosofia (obg), Direito	Maranhão	Antônio da Silveira Souto	
24.11.1820	Antônio de Barros e Vasconcelos	Direito	Maranhão	Felipe de Barros e Vasconcelos	
1821	Felipe Jancen de Castro e Albuquerque	Matemática	Maranhão	Vicente Gomes de Lemos	
05.10.1821 04.10.1822	Sátiro Mariano Leitão	Matemática (obg), Filosofia (obg),	Maranhão, 1804	Antônio José Leitão	
1825	Estevão Rafael de Carvalho	Matemática	Alcântara (Maranhão)	João de Carvalho Santos	
07.10.1825	José Rodrigues Prego	Direito	Maranhão	Manuel José Prego	
27.10.1825	Antônio Raimundo Franco de Sá	Direito	Maranhão	Antônio Franco de Sá	Riscado da Universidade por pertencer ao Batalhão Acadêmico, organizado em 1826-1827 (aviso régio de 28.03.1829)
07.10.1825~10.03.1828 14.10.1825	Joaquim Mariano Franco de Sá	Filosofia (obg-ord), Matemática (obg)	Maranhão	Antônio Franco de Sá	
1825	José Roberto Ferreira de Sá	Matemática (vol)	Alcântara (Maranhão)	Romualdo Antônio Franco de Sá	
1826	Raimundo Nunes Cascais	Direito	Maranhão	José Antônio Nunes dos Santos	
27.10.1826 26.12.1827	José Ferreira Maia	Filosofia (obg), Matemática (obg)	Maranhão	Joaquim Ferreira Maia	
15.10.1827	Ângelo Custódio d'Araújo Bacelar	Direito	Campo Maior (Maranhão)	Antônio José d'Araújo Bacelar	
16.10.1827 17.05.1836	Ernesto Adolfo de Freitas	Direito	Maranhão	José Antônio de Freitas	Formou-se em 17.05.1836
05.10.1827	Joaquim Franco de Sá	Direito	Maranhão	Romualdo Antônio Franco de Sá	
1827	Raimundo da Cruz e Silva	Direito	Caxias (Maranhão)	Antônio da Cruz e Silva	
27.10.1827	Antônio Joaquim Tavares	Direito	Maranhão	Miguel Tavares	
31.10.1829	Eduardo José de Freitas	Direito	Maranhão	José Antônio de Freitas	
16.10.1830	Domingos Feliciano Marques Perdigão	Teologia (ord)	Maranhão	Bento Marques Perdigão	Real Colégio das Artes, 1829

29.10.1835 10.10.1836 14.10.1840	Pedro Miguel Lamagneri Barradas	Filosofia (obg), Matemática, Medicina	Maranhão	Manuel da Costa Barradas	
16.10.1835 13.10.1835 13.10.1838	Raimundo Bráulio Pires de Lima	Filosofia (obg), Matemática, Medicina	Maranhão	João Manuel de Lima	
16.10.1835 16.10.1835 03.10.1839	João Duarte Lisboa Serra	Matemática (obg), Filosofia (obg), Medicina	Itapecuru (Maranhão), 1818	Francisco João Serra	Formou-se em Filosofia, em 03.07.1841
1835	Alexandre José de Viveiros	Matemática	Alcântara (Maranhão)	Jerônimo José de Viveiros	
03.10.1836 07.10.1836 03.10.1839	José Tomaz Ferreira Amaral	Filosofia (obg), Matemática (obg), Medicina	Alcântara (Maranhão)		
18.10.1836 18.10.1837 31.10.1840	José Melitão Frazão Castelim	Matemática (obg), Filosofia (obg), Direito	Alcântara (Maranhão)	Apolinário Pereira Frazão	
24.10.1836	Frederico José de Novais	Direito	Alcântara (Maranhão)	Henrique José de Novais	
15.10.1836 15.10.1836 03.10.1839	Antônio do Rego	Matemática (obg), Filosofia (obg), Medicina	São Luís do Maranhão	Antônio do Rego (cirurgião do exército português)	Formou-se em Medicina em julho de 1844
03.10.1840	Joaquim Pereira Lapa	Matemática (obg), Filosofia (obg), Medicina	São Luís do Maranhão	Luís Pereira Lapa	
16.10.1837 14.10 12.10.1840	Francisco Leandro Mendes	Matemática (obg), Filosofia, Direito	Alcântara (Maranhão)	João Francisco Mendes	
	Fernando Antônio Ferreira do Amaral		Alcântara (Maranhão)		Real Colégio das Artes, 1838
26.10.1838 30.10.1838	Alexandre Teófilo de Carvalho Leal	Filosofia (obg), Matemática (ord)	Maranhão	Ricardo Henrique Leal	Tomou grau de Bacharel em Matemática, em 08.06.1842. Formou-se em 13.06.1843
1838	Gil Mariano Salazar	Matemática	Maranhão	Luís Francisco Salazar Padilha	
24.10.1838	Antônio Carneiro Homem de Souto-Maior	Direito	Maranhão	Antônio Carneiro Homem de Souto-Maior	
1839 27.10.1840	José Francisco Carneiro Junqueira	Matemática, Direito	Maranhão	João Raimundo Carneiro Junqueira	
11.10.1839 05.10.1839	Marcelino Gonçalves Machado	Matemática (obg), Filosofia (obg)	Maranhão	Domingos Gonçalves Machado	
11.10.1839 07.10.1839	Eduardo Manuel Francisco da Silva	Matemática (obg), Filosofia (obg)	São Luís do Maranhão	Manuel Francisco da Silva	

13.10.1840 13.10.1840	Acácio Augusto Bruce Barradas	Matemática, Filosofia	São Luís do Maranhão	Joaquim da Costa Barradas	
31.10.1840	Antônio Gonçalves Dias	Direito	Caxias (Maranhão), 1823	João Manuel Gonçalves Dias	Tomou grau de bacharel em 28.06.1844
27.10.1840	Pedro Nunes Leal	Direito	Maranhão, 1823	Alexandre Henrique Leal	Formou-se em 09.07.1845
12.10.1840 12.10.1840	José Joaquim Ferreira Vale	Matemática (obg), Filosofia (obg)	Maranhão	Domingos José Ferreira Vale	
1841	Pedro Miguel Lamgneri Viana	Matemática (vol)	Maranhão	Raimundo Gabriel Viana	
1843 06.10.1844	Adelino d'Almeida Vasconcelos Castelo Branco	Matemática (vol.), Direito	Maranhão	Antônio d'Almeida Vasconcelos Castelo Branco	
15.10.1844 15.10.1844	César Augusto Marques	Matemática (obg), Filosofia (obg)	Maranhão	Augusto José Marques	
15.10.1844 15.10.1844	Antônio Marques Ribeiro	Matemática Filosofia	Maranhão	Francisco Marques Rodrigues	
25.10.1847 23.10.1847 03.10.1851	João Francisco Correia Leal	Filosofia, Matemática, Medicina	Maranhão	Francisco Correia Leal	
22.10.1847 25.10.1847 22.10.18470	Cândido Francisco Lopes Lobão	Matemática (obg), Filosofia (obg), Medicina (obg)	Maranhão	Joaquim Lopes Lobão	
21.10.1847 20.10.1847	Manuel José Fernandes e Silva	Filosofia (obg), Matemática (obg)	Maranhão	Manuel José Fernandes e Silva	
23.10.1848	Joaquim Pereira Serva	Teologia	São Luís do Maranhão	José Pereira Serva	
04.10.1848	Manuel Tavares da Silva	Teologia	São Luís do Maranhão	Manuel Tavares da Silva	
04.10.1849	José da Mota e Azevedo	Maranhão	Maranhão	João Tibério da Mota	
13.10.1855	Leônidas Ferreira Barbosa	Matemática (ord)	Maranhão	Joaquim Ferreira Barbosa	
05.10.1858 05.10.1858	José Custódio de Melo Pereira	Matemática (obg), Filosofia (obg)	Maranhão	Constantino de Melo Pereira	
02.10.1860	Raimundo Honório da Silva	Direito	Maranhão	Lourenço Antônio da Silva	
30.10.1867 03.10.1867	Raimundo da Rocha Felgueiras	Matemática (ord), Filosofia (obg)	Maranhão	Joaquim da Rocha Felgueiras	

FONTE: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro de 1940. Rodolfo Garcia

APÊNDICE C– ESTUDANTES MARANHENSES CURSANDO O ENSINO SUPERIOR EM OUTRAS CIDADES DA EUROPA

NOME	CURSO	PAÍS /CIDADE
Miguel Inácio do Santos Freire e Bruce	ENGENHARIA	INGLATERRA
Tomas Wright Hall (medicina)	ENGENHARIA	
Henrique Rosa Guilhon	ENGENHARIA	FRANÇA
João Nunes de Campos	ENGENHARIA	estudou por conta do Estado
Raimundo Teixeira Mendes	ENGENHEIRO	
Francisco Gomes de Sousa	MATEMÁTICA	
Raimundo Rodrigues Baima	MEDICINA	
José da Silva Maia	MEDICINA	
José Maria Farias de Matos	MEDICINA	
José Ricardo Jauffret	MEDICINA	
José Alves Nogueira de Sousa	MEDICINA	
Afonso Saulnier de Peirrelevée	MEDICINA	
João Franco de Sá	MEDICINA	
Joaquim de Sousa Andrade	LETRAS (SOBORNE)	
		ESTUDARAM NA BÉLGICA
João Antonio Coqueiro	ENGENHARIA	
Francisco Antonio Brandão		ESTUDARAM NA SUIÇA
Antonio Enes de Sousa	ENGENHARIA	
Antonio Lopes Ribeiro Dias	ENGENHARIA	
Cristino Cruz	ENGENHARIA	
Palmério de Carvalho Cantanhede	ENGENHARIA	ESTUDARAM NOS E.U.A

FONTE: A PARTIR DO DICIONÁRIO DE CÉSAR MARQUES PRIMEIRA E TERCEIRA EDIÇÕES

APÊNDICE D – FONTES SEGUNDO CÉSAR MARQUES

1. **FONTE DO GAVIÃO**, soubemos também da existência desta fonte por outro registro de realengo, concedido pela Câmara a Manuel Jorge de Miranda .Desconfiamos ter sido no lugar ainda hoje assim chamado.
2. **FONTE DA SALINA**, sabemos desta fonte por um registro de realengo, que a câmara cedeu a Sebastiana Gertrudes, em 10.dez 1793,porém ignoramos o lugar onde esteve.
3. **FONTE DA TELHA**, ficava entre a cadeia pública e o Marajá, onde o Pe. Roque Jacinto Lopes Tourinho teve uma fábrica de pilar arroz, segundo o que podemos colher mais ou menos confusamente. Em 1774 , Joaquim de Melo e Póvoas informou uma representação ao Senado da Câmara da capital, datada de 17 jun 1773,propondo a edificação desta fonte, “visto ficar a das Pedras em um dos arrabaldes da cidade, o que seria de suma utilidade, pois ficaria na parte oposta àquele arrabalde”.
4. **FONTE DO AÇOUGUE**, Em 20 de set 1809 a Câmara dirigiu-se ao Dr. José Francisco da Silva Costa Furtado, ouvidor e corregedor da Comarca, pedindo-lhe permissão para erigir “ uma nova fonte no lugar próximo a Fonte das Pedras, e mística ao curral do açougue , onde já houve nos tempos mais remotos uma excelente fonte, visto serem constantes as faltas d’agua nesta cidade nos anos pouco abundantes de chuvas.” Dai a cinco dias insistiu de novo a câmara , pedindo a aprovação do ouvidor, a qual não conseguiu .Em 5 de maio 1831,a câmara oficiou ao presidente da Província dizendo que sabia pela Lei de 15 de dez. 1830, Tít.1º, Cap.2º, art.9º, estar o presidente autorizado em Conselho para dispor, a bem do município, da quantia excedente a despesa do canal ou furo e iluminação da cidade, afim de ser aplicada para as obras públicas e, como havia o excesso de 12 contos de réis, pedia a S. Exa, a vista da escassez das suas rendas, para atender ao estado de ruínas em que se achavam as fontes e as calçadas, aplicando quantia suficiente ao conserto delas.
5. **FONTE DO APICUM**, A Junta Provisória e Administrativa do Governo Civil da Província, em 27 agosto 1823, ordenou a câmara Municipal , que “ sem perda de tempo e com a assistência do tem de Engenheiros Joaquim Cândido Guilhobel, examinasse as virtudes das águas que se acham a margem do Apicum, denominadas da Quinta, das quais se provê a cidade de melhor águas” , e mande, naquelas que achar melhor, levantar bocais da altura de 4 palmos .Por um officio da câmara municipal de 1º de set.1827, dirigido ao vice presidente Romualdo Antonio Francisco de Sá, chega-se ao conhecimento de que o maj de engenharia André de Andrade Braga, “obrigado de um patriotismo e valor conhecido, deu este local tão interessante ao público, como muito digno de fonte .pública, que mandou fazer S.M. naquele lugar”. Declarou também que pedira ao mesmo eng.um desenho de sua fantasia, que não compreendesse menor território que 200 braças de frente a leste e 300 de fundo a cada lado norte-sul. Atualmente consiste num tanque, coberto por uma casa de pedra e cal, com portas arqueadas e cercadas por grades de ferro. Do lado do sul e norte tem este tanque 46 palmos de comprimento e 51 por cada um dos

outros lados. Água corria outrora por seis bicas. Além do tanque, tinha também seis poços, dois dos quais já estão abandonados. No do Dr. Olímpio Machado foi incumbido de consertar esta fonte o Dr. Raimundo Teixeira Mendes e, por causas que não sabemos, foi infeliz na execução do seu plano.

6. **FONTE DO BISPO**, É uma das mais antigas da Província e consta apenas de dois poços. Como fica bem perto do mar, na praia de entre Santiago e a Quinta da Boa Hora, do cirurgião-mor José Maria Barreto, na ocasião das grandes marés entra água salgada nos ditos poços. Em 1839 sofreu grandes consertos e foi franqueada ao público em 21 de julho do dito ano, sendo as 5 horas da tarde benzida pelo vigário da freguesia da Conceição, em presença da Câmara Municipal e de grande concurso de povo. As obras foram feitas por conta da câmara municipal. A noite queimou-se vistoso fogo de artifício.
7. **FONTE DO MAMOIM**, quando o brigadeiro Anacleto Henrique Franco, em 1976, administrava a obra do quartel, mandou construir no Mamoim um paredão, em cujo frontispício se lia essa época, e mais abaixo viam-se duas carrancas de onde corria água para um pátio fechado por dois paredões que partiam de um e outro lado do frontispício e fez a calçada que ainda hoje vemos bem deteriorada. Caiu o do lado do sul e com outros estragos está quase inutilizada esta fonte. Encontramos a respeito um ofício do mal. Agostinho Antonio de Farias, gov. interino das armas, datado de 12 ago. 1821, e dirigido ao brig. Sebastião Gomes da Silva Belfort, secretário da Junta, em que oferecia para auxílio desta obra mais 12 ou 15 soldados, além dos que trabalhavam nas calçadas, sendo isto em benefício do patrimônio da câmara. Cremos que se deteriorou em breve tempo, porque numa port. Dirigida em 28 nov. 1827 pelo senado da câmara aos juizes almotacés, se fala na limpeza desta fonte. Afinal, foi edificada a custa da câmara municipal, auxiliada pela Junta Provisória Administrativa do Governo desta província.
8. **FONTE DO MARAJÁ**, no lugar da capital, chamado Igarapé do Padre Roque, foi concedido a Manuel [José] de Medeiros um terreno com a condição dele conservar uma fonte de serventia pública que aí havia há muitos anos. Medeiros mandou cercar todo esse terreno, deixando correr para rua uma bem pequena pia d'água, o que chegando ao conhecimento da Presidência da Província, pela Port. de 6 nov 1828, foi ordenado a câmara municipal que, de combinação com o eng. Das obras publicas, "mandassem demarcar um suficiente ressalto, ou reentrante do dito terreno para que a queda d'água e mais externos da fonte ficassem sem cativar o espaço da rua, que além da pequena pia ou bacia da d'água deveria haver um tanque de cada lado, um para beber o gado, e outro para lavagem", e depois de mais algumas recomendações instantes sobre a encanação das águas, determinou a câmara "que procedessem sem perda de tempo a devida execução.
9. **FONTE DAS PEDRAS**, Encontra-se em um dos largos da capital. O largo da praça é notável por ter sido ai que, em 31 out. 1615, Jeronimo de Albuquerque acampou as tropas, com que sitiou pela parte de terra a fortaleza de São Luís, em poder dos Franceses. No verão de 1762 esteve quase inutilizada pelo seu estado de ruínas. O governador Joaquim melo e Póvoas, informando uma representação da câmara, de que disse a respeito desta o seguinte: "A Fonte das Pedras, nos meses de maior seca

corre pouco, e não chega para o povo desta cidade, sendo preciso que o governador nesse tempo mandasse por uma guarda para evitar as desordens que continuamente sucediam, sendo o povo desta cidade obrigado a ir buscar água a grande distância”. A requerimento do procurador da Câmara, em 8 mai.1818, ordenou esta corporação que se procedesse a uma vistoria para saber se são úteis e devem ser conservadas as arvores que estão por cima da fonte das pedras, declarou-se ser muito nocivo o corte dos arvoredos e muito mais o edificar-se casa, “porque a experiência tem mostrado que em todos os terrenos em que há água nativa, logo que se corta o arvoredo repentinamente seca, sendo as vezes às vezes até preciso replantá-lo para conservação e aumento da mesma água, e secando esta fonte seria de grave prejuízo, não só para o público por ser a única fonte e a melhor que há nesta cidade, mas também para as aguas de navios, que delas é que se fornecem, o o que se pode evitar nunca consentimento que naquele local se edifique casa alguma, nem se destrua o arvoredo que lhe faz sombra”. A Câmara, em 26 jan.1832, pediu ao 2º tem de Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes “um plano sobre o tanque desta fonte para que as águas que saísse das bicas não ficasse aí estacionada.”. Em 2. Abr., ordenou ao mesmo a abertura de um rego, em continuação do cano do tanque para dar saída às águas que se achavam estagnadas .Em 8 fev.1833 a Câmara determinou ao fiscal da freguesia da Conceição, Antonio Delgado, “que mandasse proceder ao conserto do cano interior deste chafariz, consertar o frontispício , e colocar as lajes caídas.” O ex- ouvidor Bernardo José da Gama , numa informação, disse “que nesta fonte com grande incômodo vinham as tripulações das embarcações fazer aguada em pipas, que voltavam cheias rolando até o mar. “Eis aqui –continua ele – “a vergonhosa maneira por que tem a Câmara perdido a mais formosa praça da cidade, uma praça que recebendo várias vertentes, que nascem dos montes vizinhos nada mais próprio para rodear-se de cais e chafarizes, e para este fim fiz tirar o nível, as dimensões e os desenhos, que ofereço também inclusos.

10. **FONTE DAS PEDRAS**, construída em 1796, no tempo do gov. D. Fernando Antonio de Noronha .Chegamos a este conhecimento por um officio que em 13. Fev. 1796 José Luís da Rocha, encarregado da inspeção da nova fonte, “ que se fazia no Ribeirão”, instava com o governador para que mandasse avaliar e comprar um quintal de uma pequena casa de João Gomes Viana, porque sendo ele muito baixo e não dando saída por parte alguma as aguas que nele se ajuntavam no inverno, ficavam encharcadas e iam filtradas pela terra a principal mãe d’água da dita fonte, que fica a mui pequena distancia , prejudicando-a com as suas impurezas e imundices , e tornando-se assim prejudiciais aos povos desta cidade. Em 13 ago. do mesmo ano, dizia o mesmo capitão sobre esta fonte, “ que já se achava com adiantado principio, sendo mandada fazer por S.Exa. , e calculado o que ainda se poderia gastar até a conclusão desta obra, lhe parecia ser preciso 1:200\$000 réis pouco mais ou menos para cantaria, que indispensavelmente havia de levar, não falando dos canos por onde se encaminhavam as águas a mesma fonte, e as carrancas em que estavam as biqueiras de bronze, por onde elas se despejavam, pedra, cal , tijolo, jornais de oficiais e serventes etc. sendo a maior parte da despesa que até aqui se tinha feito, o grande desmoronamento de terra que havia no sítio da dita fonte e

grossos paredões para se sustentar a grande altura, que ficava por detrás da parede principal da mesma, por onde passava uma rua”. A câmara, em 24 jan 1832, pediu ao 2º tem. de Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes, hoje mal. e barão de Matoso, o plano e orçamento para os reparos desta fonte, visto se achar arruinada. Em 18 jan. 1833, mandou a câmara assentar em seus lugares todo o lajeado que se achava disperso pelo tanque.

OBS

AS FONTES – DOMINGOS VIEIRA FILHO

1. Quando os francês chegaram a Ilha de Upaon Açú conheceram a abundância dos mananciais de água doce que a nova terra lhes oferecia: “ [...] nela encontramos belas fontes e regatos, que são a alma de uma cidade [...] em distância de mil ou mil e duzentos passos há um bonito lugar e recreio, onde existe uma fonte, especial pela limpeza e bom gosto de suas águas, viva e clara, que dela jorra e corre para o mar” (DABEVILLE:1975,P58/59).
2. A população de São Luís no decorrer de sua história utilizou vários métodos de abastecimento de água: ribeiras, igarapés, poços – muitas casa tinham poços particulares que serviam a dois ou mais vizinhos -, fontes ou mesmo comprando de aguadeiros, um negócio lucrativo administrado por Dona Ana Jansen
3. **FONTE DO APICUM**, Esse logradouro tem esse nome pelo fato de haver em suas imediações um apicum contornado por várias quintas: Barão de Bagé, MONTEIRO, das Laranjeiras. O presidente da província Ambrósio Leitão da Cunha no seu relatório com que passou o governo ao tenente coronel José Caetano Vaz Junior, em 1865, a respeito da rua do Apicum. “ Para poder tomar em consideração a representação, que me fez a câmara municipal desta capital, sobre a necessidade de remediar os estragos, que as águas pluviais tem feito naquela rua, entre a Quinta da Lombada e a fonte do Ingazeiro, aguardava o respectivo orçamento, de que foi incumbido o diretor de obras públicas, para mandar proceder aquela obra necessária”.

Na fonte do Apicum reuniam-se frequentemente bando de escravos em algazarra infernal que perturbava o sossego público. O vasto arvoredo então ai existente servia de abrigo aos cativos que reproduziam certos folguedos típicos da sua terra nativa. As autoridades provinciais estavam sempre de alerta porque eram comuns por então as insurreições negras. Na mais inocente brincadeira os Javerts indígenas viam o fermento de uma sublevação de pretos e se aprestavam logo para a repressão policial. A esse respeito em 1855 um morador das imediações do Apicum da Quinta reclamava pelas colunas do “Eco do Norte” contra a folgança dos negros que dizia, “ ali fazem certa brincadeira ao costume de suas nações, concorrendo igualmente para semelhante fim todas as pretas, que podem escapar ao serviço de seus senhores, de maneira tal que com este entretenimento faltam ao seu dever” (6/06/1855). Era importante essa fonte pois até 1874 a população das adjacências e mesmo de mais longe ai se abastecia de água potável. Ir a fonte, em busca de mulher para aplacar a sede de sexo, que grassava

violentamente a colônia , onde imperou luxúria mais desgarradas, a envolver até frades de aspectos beatífico, era uma constante nesse tempo, pesar das multas e outras penalidades impostas aos transgressores. A câmara de São Paulo, por exemplo comunicava a pena de multa de 50 réis a “ todo mancebo assim solteiro como casado que se achar pegando em alguma negra que vá a fonte ou ao rio” Para as filhas de santo da Casa das Minas, a fonte do Apicum tinha significado especial, pois com a água de suas bicas enchiam as jarras sagradas do culto para as obrigações e aspersões rituais.

Eduardo Olímpio Machado, nos refere algumas providencias tomadas no intuito de preservar esses manadeiros de grande utilidade para o povo. Assim, em seu relatório de 1854, informa: Esta acabada esta obra, restando apenas uma pequena calçada em torno da fonte, que deve ficar pronta dentro em breve. Existem seis torneiras, por onde se despeja a água, e que evitam os inconvenientes, que se teve antigamente. O reparo que acaba de ter a fonte do Apicum, está longe de satisfazer as necessidades dos habitantes desta capital, os quais, geralmente falando, recorrem a ela.

Em 1870 o conselheiro Silva Maia, então presidindo os destinos da Provincia, consignava em seu relatório desse ano algumas noticiais sobre a fonte do Apicum. Dizia: “ As fontes públicas carecem todas de concertos e a do Apicum, que é a única de água potável dentro da cidade, necessita de ser resguardada da invasão da maré, e de providencia em ordem a evitar que nela se despejem imundices de todo gênero , tomando-se além disto preciso melhorar-se a estrada que vai ter a mesma fonte para facilitar o transito das carroças, que vão ali encher água.”

“ A câmara municipal pede a extinção do cemitério do Senhor Jesus dos Passos, ou sua remoção para outro lugar mais conveniente, não só porque, em consequência da sua posição, torna-se ele prejudicial a fonte do Apicum [...] A situação dessa fonte pouco melhorou com o passar dos anos chegando a ser interdita para reparos e proteção de sua de sua pureza. Em 1897 foi entregue novamente à serventia pública, como se infere desta nota da intendência exarada no “ Diário do Maranhão”, em sua edição de 22 de junho: “ Por ordem do coronel intendente acha-se aberta a fonte do Apicum desde o dia 19 corrente, para todos aqueles que quiserem encher sua água”. (Maranhão, 21 de junho de 1897, O guarda João Clímaco da Conceição).

OBS Ali se reuniam os aguadeiros com suas pipas e carroções, quase sempre negros robustos e loquazes, e as negrinhas e molecotes das redondezas, todos empenhados em coletar água das bicas numa algazarra de entontecer.

APÊNDICE E – ACIONISTAS DA COMPANHIA ANIL

	ACIONISTAS DA COMPANHIA ANIL	AÇÕES
1	Major . João Vitor Vieira da Silva	200
2	Dr. João Pedro Dias Vieira	10
3	Ten. Coronel José Nunes de Sousa Belfort	10
4	Comendador José Vieira da Silva	20
5	Ten. Coronel Raymundo José Ferreira Vale	20
6	Ten Coronel Fernando Luís Ferreira	20
7	Dr. Viriato Bandeira Duarte	50
8	Barão do Coroatá	5
9	Cap. Raymundo José de Sousa Gayoso	20
10	José Gomes de Sousa Gayoso	20
11	João Pereira Bessa	20
12	Júlio Duchemin	20
13	José Maria Lourine	5
14	Domingos Ennes Pereira	5
15	Raymundo Nunes Ribeiro Belfort	3
16	Álvaro Nunes Ribeiro Belfort	1
17	Dr. Antonio Marcelino Nunes Gonçalves	20
18	Major José Antonio da Silva Guimarães	50
19	D. Maria Raymunda Nunes Belfort Serra	10
20	Barão de São Bento	20
21	Conselheiro Joaquim Vieira da Silva e Sousa	10
22	D. Cássio Antonio Costa Ferreira	10
23	Ten Coronel Manoel Gonçalves de Sá	10
24	D. Jesuina Amalia Ribeiro	5
25	D. Jesuina Amália Faria de Matos	1
26	Antonio Avelino Mendes	5
27	Bernardino Antonio Martins	5
28	D. Joaquina Carlota Serra	10
29	D. Anna de Jesus Maria Serra	10
30	Ten. Coronel Raymundo Brito Gomes de Sousa	300
31	Honório Pereira de Burgos	5
32	Roberto Achilles Freburg	100
33	Dr. Felipe Joaquim Gomes Macedo	40
34	D Olímpia Amélia de Macedo Belfot	40
35	D. Maria d' Assunção Gomes da Silva Belfort	45
36	Ten. Coronel Joaquim Mariano Franco de Sá	30
37	Conego Eleutério Marques da Silva Rosa	5
38	Felipe da Mota Azevedo Correia	10
39	Ten. Coronel Joaquim Serapião da Serra	20
40	Dr. Raymundo Alexandre Vale Carvalho	10
41	Dr. José Joaquim Ferreira Vale	30
42	D. Maria Clara de Sousa Vieira	10
43	D. Antonia Sivinia Vieira de Sousa	10
44	D. Maria Rita Vieira da Silva	6
45	D. Eduviges Rita Vieira (sobrinha)	5

46	D. Anna Rita Vieira da Silva (sobrinha)	5
47	D. Severa Augusta Vieira da Silva	5
48	Dr. Domingos Feliciano Marques Perdigão	10
49	Dr. Raymundo Teixeira Mendes	20
50	Major Ignácio José Gomes de Sousa	30
51	Fazenda Provincial	400
52	Dr. Carlos Fernandes Ribeiro	10
53	D. Mariana Estella Ribeiro	10
54	Dr. Francisco de Mello Coutinho de Vilhena	5
55	Dr. Francisco da Serra Carneiro	20
56	Capitão Luiz Manoel Ferreira Guterres	10
57	Clemente José Silva Nunes	20
58	D. Ezebina Rosa Picaluga	5
59	D. Malfada Adelaide Picaluga	1
60	D. Maria José Picaluga	1

ANEXOS

ANEXO A – DECRETO Nº 1755 DE 26 DE ABRIL DE 1856

A COMPANHIA ANIL

“ESTATUTOS DA COMPANHIA ANIL – 1856

“ DECRETO Nº 1755
DE 26 DE ABRIL DE 1856Aprova os Estatutos da Companhia do Anil , que tem por fim abastecer de água potável a
Capital da Província do Maranhão.

CONTRACTO

Para o encanamento das águas do Anil.

O Presidente da Província do Maranhão, usando da autorização que lhe confere a lei provincial, nº 287 de 4 de dezembro de 1850 para promover a organização de uma companhia, e com ela contratar, pelo modo mais conveniente, a execução da obra do encanamento da água potável do rio Anil par esta cidade, e de sua distribuição, por diversas partes dela , por meio de dutos de ferro que comuniquem com um reservatório superior a todos eles; havendo considerado sobre a proposta, que lhe foi apresentada pelo cidadão Raymundo Brito Gomes de Souza para a incorporação de uma companhia, que tome a seu cargo esta empresa; e tendo ouvido o procurador fiscal do tesouro público provincial, resolve celebrar com o referido cidadão Raymundo Brito Gomes de Souza o contrato constante dos artigos seguintes:

Art. 1. O empresário obriga-se a incorporar, o mais breve que for possível, uma companhia, que se denominará –Companhia do Anil, – cujo capital será de duzentos contos de reis, dividido em duas mil ações do valor de cem mil reis, para fim de levar a efeito a condução das águas do Anil para o abastecimento desta cidade.

Art. 2 A esta companhia pertencerá o privilégio com todas as vantagens e ônus deste contrato, e o empresário não poderá receber em plena remuneração de seus trabalhos, mais de 10 % do número total das ações.

Art. 3 Dentro de dois anos, contato da data deste contrato, a companhia deverá começar os trabalhos da empresa, sob pena de rescisão do mesmo contrato *ipso facto*; e se dentro de cinco anos, contato da mesma data não estiverem concluídas as obras, a companhia pagará ao tesouro público provincial a multa de um conto de reis por cada mês de excesso.

Art.4 As obras serão feitas de conformidade com o plano do engenheiro Raimundo Teixeira Mendes, organizado por ordem do governo da província; a companhia, porém, poderá fazer as modificações, que forem aconselhadas pelos melhoramentos modernos, ou pelas circunstâncias resultantes de sua execução.

Art. 5 As águas do encanamento serão distribuídas por seis chafarizes, colocados; – no centro da Praça que fica a oeste do Quartel do Campo de Ourique; na Praça do Mercado; de inteligência com seus empresários ; nos Largos de Santo Antonio, de São João, e do Carmo; e na Praça do Açougue velho, cercados de engradamento de ferro, em distância de oito a dez palmos, com tanques, que se conservarão sempre cheios, e quatro lampiões em cada um, sustentados por colunas de ferro, e acessos em noite de escuros.

Art.6 A venda d'água, nos seis chafarizes será feita desde as 4 horas da manhã até 9 da noite; no Largo do Carmo, porém, continuará por toda a noite.

Art. 7 O governo concede a Companhia o privilégio exclusivo da venda d'água por sessenta anos, contados depois de cinco, concedidos para a conclusão das obras, ficando desde então proibido todo o comércio d'água que não for da Companhia

Art. 8 A Companhia não poderá vender água por mais de vinte reis por caneco de doze frascos.

Art. 9 A água precisa para os casos de incêndio, e de irrigação pública, bem como para os hospitais, quartéis, e casas públicas de beneficência será fornecida gratuitamente; devendo estes estabelecimentos mandar buscá-la em vasilhas suas nos chafarizes.

Art.10 O governo poderá impor a companhia a multa de 100\$ a 1:000\$, se por culpa dela faltar água em um ou mais chafarizes.

Art.11 O governo concederá a companhia os terrenos públicos, que forem necessários, para o estabelecimento de depósitos das águas do Anil e na cidade, seu encanamento e edificações dos chafarizes, casa do maquinismo e armazéns.

Art. 12 O governo garante a companhia, por espaço de dez anos, contados do prazo concedido para a conclusão das obras, ou desta tiver lugar antes, o pagamento semestral do juro anual de 8% sobre o capital de 200,000\$ reis, ou sobre o realmente despedido se for menor. Antes, porém, da conclusão das obras o governo pagará por semestres o juro anual de 8% dos capitais chamados, desde as datas das entradas.

Art. 13 A companhia não será obrigada a repor a soma dos juros, que tiver recebido, em virtude da garantia do artigo antecedente, por maior que sejam seus dividendos posteriores.

Art. 14 Findo o prazo do privilégio, todas as obras, máquinas, e seus pertences serão propriedade da província, e ficará dissolvida a companhia.

Art. 15 O tesouro público provincial tomará a quinta parte do número das ações tendo porém preferência os particulares.

Art. 16 Se os dividendos por espaço de três anos consecutivos forem de mais de 20% o governo poderá baixar o preço da água dos reis por caneco; e se o dividendo ainda continuar superior a 20% poderá baixar gradualmente dois reis por ano, até o mínimo inalterável de dez reis por caneco.

Art. 17 As chamadas ou entradas das ações não excederão a quinta parte do seu valor, e serão feitas de modo que não haja em caixa quantia superior à de uma chamada, e a de um décimo da anterior.

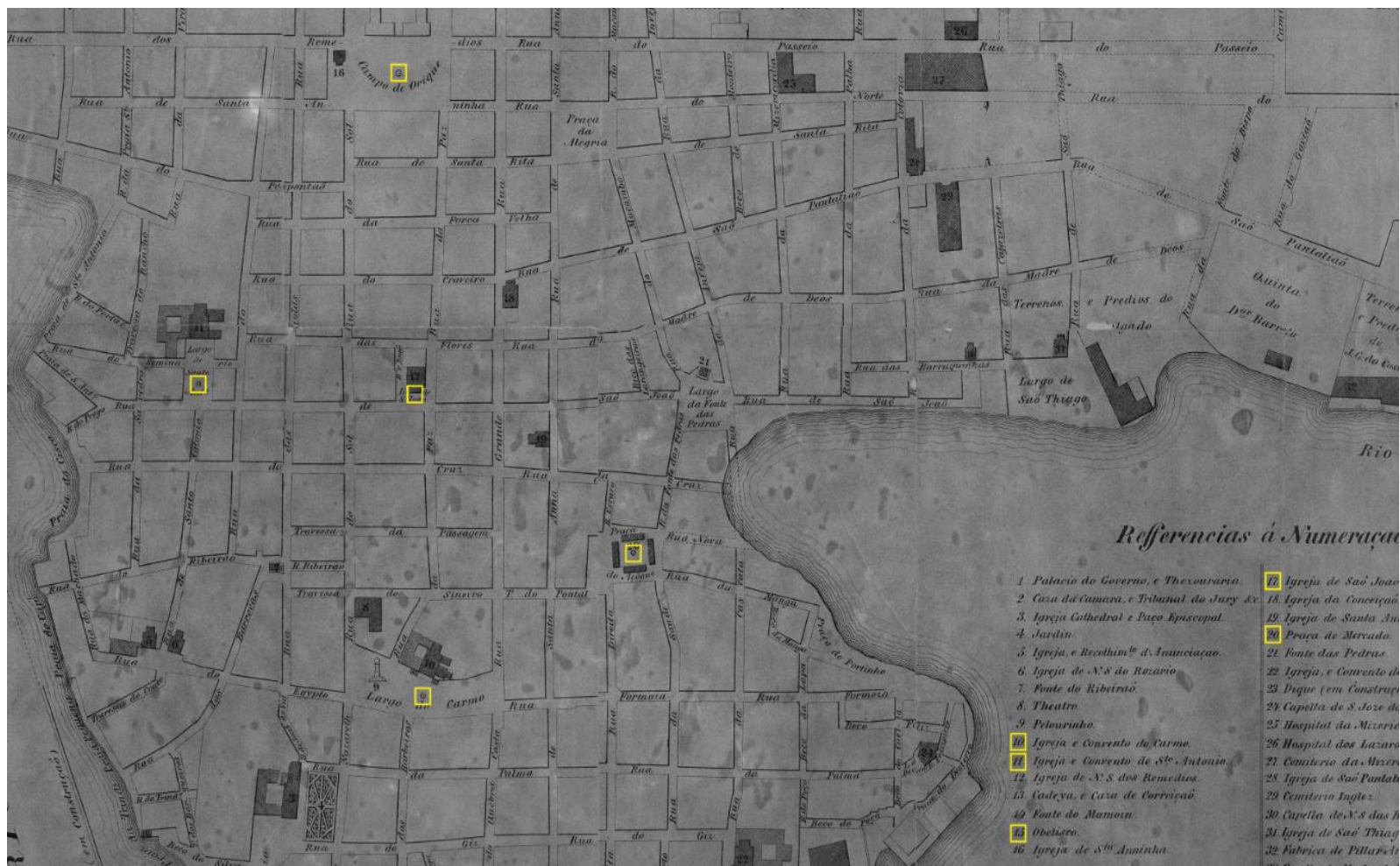
Art 18 A ninguém serão distribuídas primitivamente mais de duzentas ações, havendo outros que queiram ser acionistas.

Art. 19 Logo que estiver distribuída a mais da metade do número total das ações os acionistas reunir-se-ão em assembleia geral, para organização dos estatutos da companhia, que serão submetidos, em conformidade do decreto, nº 575 de 10 de janeiro de 1849, a aprovação do governo imperial.

Art. 20 Nos estatutos se prescreverá, que o acionista que tiver cinco ações terá um voto, que tiver dez ações terá dois votos, e assim por diante; que nenhum acionista terá vinte votos, quer por si, quer como procurador de outros; que ninguém poderá ser procurador de acionista sem que o seja e tenha voto; e finalmente que nenhum acionista que tenha menos de vinte ações será membro da diretoria.

Art. 21 Não obstante a autorização conferida ao presidente da província pelo art. 2 da lei provincial nº 287 de 4 de dezembro de 1850, pelo artigo 21 da lei provincial, nº 367, de 24 de julho de 1854, este contrato será submetido a aprovação da assembleia provincial. E para que essa resolução produza os mesmos efeitos legais que a escritura de um contrato, nela se assina o Exmo. Sr. Presidente da província Antonio Candido da Cruz Machado, o referido cidadão Raymundo Brito da Cruz Machado, e o procurador fiscal do tesouro provincial Dr. Frederico José Correa, Eu Augusto Cesar dos Reis Raiol chefe da 1ª secção da secretaria de governo a escrevi aos três dias do mês de março de 1856 –E eu Luiz Antonio Vieira da Silva, Secretário do governo da província, a fiz escrever e subscrevi. – ANTONIO CANDIDO DA CRUZ MACHADO. – RAYMUNDO BRITO GOMES DE SOUZA. – FREDERICO JOSÉ CORREA.

ANEXO B – MAPA DO CENTRO URBANO DE SÃO LUÍS DE 1858



ANEXO C – ESTATUTO DA COMPANHIA ANIL

ESTATUTOS DA COMPANHIA ANIL

TITULO 1º

Da Companhia

Art. 1º O empresário, Raimundo Brito Gomes de Sousa, cede à Companhia, que incorporou, em virtude do art. 1º do contrato celebrado com o Governo da Província, em 3 de março do corrente ano o privilégio com todas as vantagens e ônus constantes do mesmo contrato, mediante a indenização de duzentas ações, na conformidade do art. 2º do referido contrato.

Art. 2º O objetivo e fim da Companhia é levar a efeito o encanamento das águas potáveis do Rio Anil para esta cidade e sua distribuição por diversas partes dela por meio de dutos de ferro, que comuniquem com seu reservatório.

Art.3º O fundo da Companhia será de duzentos contos de reis, representados por duas mil ações no valor de cem mil reis cada uma.

Art. 4º Será acionista da Companhia quem subscrever uma ou mais ações, e ficará responsável pelo valor nominal das ações, que possuir.

Art.5º O acionista, que tiver cinco ações, terá um voto; o que tiver dez votos, terá dois votos, e assim por diante. Nenhum acionista, porém, terá mais de vinte votos, quer por si, quer como procurador de outros. Ninguém poderá ser procurador de acionistas, sem que seja e tenha voto.

Art 6º As entradas das ações serão realizadas por chamadas, que não excedam a 20 por cento do valor das ações, e feitas de modo que não haja em caixa quantia superior a de uma chamada de 20 por cento e a de um décimo da anterior.

Art 7º O acionista que, depois de verificar alguma entrada, deixar de pagar as subseqüentes no dia prefixo, poderá a benefício da Companhia as quantias, com que anteriormente houver entrado, e aquelas ações ficarão a disposição da Companhia.

Art.8º No caso de impedimento justificado, o acionistas, que não tiver feito sua entrada, terá um mês para o fazer; e excedendo este prazo até o de seis meses, poderá ainda faze-la pagando o prêmio de 20 por cento sobre o valor da entrada.

Art.9º . As ações poderão ser negociadas e hipotecadas ou por qualquer modo transferidas a arbítrio dos acionistas, precedendo a competente registro no livro da Companhia. Esta transferência não confere, porém, desde logo ao novo acionista o direito de votar, mas sim 30 dias depois do averbamento, salvo o caso de transferência por sucessão hereditária

Art. 10º As ações, que houverem sido distribuídas pelo empresário para incorporação da Companhia, não poderão ser emitidas sem prévio consentimento da Assembleia Geral, que determinará o que for mais conveniente a respeito de sua distribuição, valor e prêmio, que possam ter.

Art.11º Dos lucros provindos dos arts. 7º, 8º e 10º, se os houverem, se fará um fundo de reserva, do qual só poderá dispor a Assembleia Geral.

TITULO 2º

Da ADMINSTRAÇÃO

Art. 12º A administração da Companhia será feita por um gerente e quatro diretores eleitos em Assembleia Geral por maioria de votos, em escrutino secreto, como serão todas as mais eleições e deliberações. Sendo a eleição do gerente separada, e a dos quatro diretores em uma só lista; a Presidência da diretoria competirá ao mais velho d'entre os seus cinco membros.

Art.13º A administração da Companhia , assim constituída, funcionará por espaço de dez anos contados do dia, em que se der começo aos trabalhos da obra. Findo este prazo, far-se-á eleição da nova diretoria, que funcionará só por cinco anos, assim por diante, podendo recair a nova votação sobre as mesmas pessoas.

Art. 14º A diretoria terá plenos, amplos e ilimitados poderes, sem reserva alguma, para a direção

e administração até completa conclusão da obra; e finda esta, para a direção e administração da Companhia, salvo no que for deliberado pela Assembleia Geral.

Art.15º A diretoria fará dar começo, nos termos dos arts. 3º e 4º do contrato, às obras do encanamento segundo o plano do engenheiro Raymundo Teixeira Mendes, fazendo porém as modificações que forem aconselhadas pelos melhoramentos modernos, ou pelas circunstâncias resultantes da execução da mesma obra.

Art. 16º A diretoria reunir-se-á uma vez por semana ordinariamente, e extraordinariamente quando o gerente o julgar preciso

At. 17º A diretoria tomará suas deliberações pelos votos, e as lançará em livro especial, assinando-as pelo menos três de seus membros, servindo nesse caso de Secretário o Tesoureiro da Companhia.

Art. 18º Os fundos da Companhia serão guardados em casa forte e cofres de ferro, os quais terão duas chaves cada um, ficando um em poder do Tesoureiro, e a outra em poder do gerente, de maneira que só conjuntamente possam abri-los ou fecha-los.

Art.19º Durante o impedimento de mais de trinta dias de alguns dos quatro diretores, o gerente chamará para substituí-lo o imediato em votos.

Art. 20º No caso de impedimento do gerente, far-se-á este substituir por um dos diretores de sua escolha.

TITULO 3º

Da Diretoria

Art. 21º A eleição para a diretoria não poderá recair em acionista, que não tenha vinte ações pelo menos.

Artº 22 Não obstante a disposição dos arts. Anteriores, a diretoria prestará contas semestralmente à Assembleia Geral do andamento e estado dos trabalhos durante a obra, e de suas rendas e despesas depois. Estas contas serão submetidas à uma comissão de exame, composta de três acionistas nomeados pela Assembleia Gral, que sobre elas dará sua opinião; sendo-lhes pela diretoria fornecidos todos os dados para isso precisos.

Art. 23º Logo que estejam concluídos os balanços semestrais, que serão feitos em 30 de Junho e 31 de Dezembro, a diretoria os fará publicar pela imprensa, bem assim todas as deliberações, e por espaço de seis dias, depois dos balanços, poderão os acionistas tomar conhecimento do estado dos livros.

TITULO 4º

Dos Acionistas

Art.24º O gerente, diretores e mais empregados poderão ser nacionais ou estrangeiros indistintamente.

Art. 25º Havendo acionistas com firmas sociais, só um poderá votar e ser votado, podendo este no impedimento nomear o sócio, que o deva substituir como votante.

TITULO 5º

Dos Dividendos

Art.26º Os balanços semestrais serão impreterivelmente apresentados à Assembleia Geral em sua reunião ordinária.

Art 27º Dos lucros líquidos de cada semestre se fará o dividendo da Companhia nos meses de Julho e Janeiro, ficando em caixa um décimo para fazer face às despesas do semestre posterior, qual o deverá entrar na soma do dividendo seguinte.

TITULO 5º

Dos Empregados e seus ordenados

Art. 28º O escritório da Companhia terá os seguintes empregados. Um Tesoureiro, um guarda-livros e um caixeiro.

Art. 29º Os mais empregados precisos, assim como os acima mencionados, serão escolhidos e demitidos pela diretoria, prestando fiança aqueles que tiverem de receber e distribuir fundos.

Art.30º O gerente da Companhia terá o ordenado de três contos e seiscentos mil réis anuais, com a obrigação de fornecer à companhia casa decente com salas próprias para reuniões e escritórios, e os utensílios para o expediente de escrituração. Todas as mais despesas para inspeção e visita dos lugares da obra, onde a sua presença seja necessária, serão feitas à custa do gerente.

Para o Tesoureiro, guarda-livros e caixeiros ficam marcados, o máximo, dois contos e seiscentos mil réis. À diretoria compete estipular o ordenamento relativo a cada um desses empregados. Estes ordenados serão pagos semestralmente e começados a entrar do dia em que se fazer a primeira chamada de fundos.

TITULO 5º

Da Assembleia Geral

Art. 31º A totalidade dos acionistas será representada pela Assembleia Geral.

Art. 32º Formará Assembleia Geral a reunião legalmente convocada dos acionistas, que te direito de votar: os outros poderão assistir às deliberações, propor e discutir

Art. 33º A convocação da Assembleia Geral terá lugar por convite da diretoria, firmado pelo gerente e secretário, afixado à porta do estabelecimento, na Praça do Comércio e Publicado nos jornais mais lidos desta capital

Art.34º No dia e hora marcados para a reunião da Assembleia Geral, está se julgará constituída com os acionistas presentes, e tomará decisões por maioria total de votos; mas nenhuma deliberação poderá ser tomada na primeira convocação, senão estando presente tantos acionistas quantos representem dois terços dos que tem direito de votar.

Art.35º Quando a Assembleia Geral não poder trabalhar por falta de votos suficientes, haverá nova convocação, declarando-se o motivo; e nesta se tomarão decisões com qualquer número de votos, que se reúnam.

Art.36º As reuniões extraordinárias terão lugar, quando a diretoria as convocar, quando lhe for isto requerido em representação individualmente assinada por acionistas, que representem pelo menos um quinto das ações da Companhia.

Art. 37º Em virtude de tal representação deverá a diretoria convocar a Assembleia Geral dentro do prazo de oito dias úteis , incorrendo em responsabilidade se não o fizer, ficando aos representantes o direito de chamar os acionistas à reunião extraordinária por anúncio público, nos quais se assine com designação do número de ações de cada um, declarando o motivo do chamado e as razões, que tiveram para representar à diretoria.

Art. 38º A Assembleia Geral, reunida na forma do artigo antecedente, só poderá tomar deliberações, reunida a maioria absoluta dos acionistas

Art. 39º A Assembleia Geral terá um Presidente e dois Secretários, todos eleitos de cinco em cinco anos por maioria relativa de votos em escrutino secreto, sendo a do Presidente separada e a dos Secretários em umas só lista.

Art. 40º No impedimento do Presidente o substituirá o primeiro o substituirá o primeiro Secretário, e na falta deste o segundo: a este o imediato em votos até a primeira reunião da Assembleia, em que terá lugar a eleição do que faltar

Art. 41º Pertence ao Presidente abrir e fechar as sessões, conceder a palavra, manter a ordem e regularidade nas discussões, comunicar as resoluções da Assembleia à Diretoria, para fazê-las executar.

À nenhum acionista será permitido, mesmo para explicações, falar mais de duas vezes sobre o

mesmo assunto, à exceção da diretoria, para fazê-las executar.

Art. 42º Pertence aos Secretários ler, redigir as atas, apurar os votos, fazer a correspondência e o expediente, que será assinado pelo Presidente e primeiro Secretário, ficando ao serviço da mesa o guarda livros da Companhia nessas ocasiões.

Art.43º Durante a apuração dos votos, tomarão assento na mesa, ao par de cada Secretário, dois dos maiores acionistas, que com eles apurarão os votos.

Art.44º Depois de aprovados pela Assembleia Geral os presentes estatutos, só ela os poderá reformar; mas qualquer reforma ou inovação não terá lugar na sessão, em que for proposta.

Disposições gerais e transitórias

Art. 45º A diretoria da Companhia fica pelos presentes estatutos autorizada a demandar, ser demandada, obrar e exercer com livre e geral administração plenos e ilimitados poderes, compreendidos ou outorgados, mesmo os poderes em causa própria.

Art.46º A diretoria mandará imprimir os presentes estatutos, extrair quinhentos exemplares, dos quais reservará cem para a Companhia, distribuindo os mais como julgar conveniente, afim de dar-lhes a maior publicidade.

Art. 47º As ações da Companhia serão impressas e assinadas pelos cinco membros da diretoria.

Maranhão 29, de Março de 1856

Está conforme

O Secretário

Dr. José Joaquim Ferreira Valle

ANEXO D – CHAFARIZ DA PRAÇA DA ALEGRIA



Este chafariz esteve na década de 1860 no Largo de São João, anos mais tarde foi removido para a Praça da Alegria. E no ano de 1912 na gestão do governador Mariano Martins Lisboa Neto, o chafariz foi removido para a Praça da Misericórdia onde permanece até os dias atuais em situação de total abandono e degradação. Utilizado por moradores de rua e flanelinhas.